

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Projeto Rotas do Tejo - Contributo para a definição da Agenda Marítima da
RLVT**

Cláudia Sofia Barão Manuel

Relatório final de Estágio
Mestrado em Políticas Europeias

2014

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Projeto Rotas do Tejo - Contributo para a definição da Agenda Marítima da
RLVT**

Cláudia Sofia Barão Manuel

Relatório final de estágio orientado pela Professora Doutora Margarida Queirós,
IGOT-UL

Mestrado em Políticas Europeias

2014

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço profundamente à minha orientadora, Margarida Queirós, pelo apoio, paciência e motivação que me deu ao longo desta etapa. A sua força e dedicação foram realmente fatores imprescindíveis para finalizar esta etapa na minha vida académica. Deixo assim aqui, um sincero obrigado por nunca ter desistido de mim.

Agradeço ainda à equipa da CCDDR LVT, primeiramente ao Prof. Dr. Brito Henriques, pelo acolhimento na CCDDR LVT; ao Chefe de Divisão da DICC e meu coordenador de estágio, Mestre Luís Machado pelo acompanhamento e disponibilidade durante o período em que ‘residi’ no seu serviço; à Dr^a Fátima Malheiro pelo apoio e ajuda essencial para o desenvolvimento do trabalho; aos restantes membros, pela simpatia e bom ambiente de trabalho.

Todo este percurso seria impossível sem a ajuda do meu Pai, que sempre me deu toda a liberdade e força para seguir em frente, desde o primeiro dia que vim para Lisboa estudar. O esforço feito para me manter cá e seguir com o meu plano para um futuro melhor deixa-me sem palavras. Um sincero obrigado por tudo ao meu melhor amigo, o meu Pai.

À minha Mãe, pelo carinho e amor incondicional. Peço-lhe desculpa pelas saudades, mas apesar da distância que nos separa, espero que este esforço dê frutos para que eu um dia possa retribuir da melhor maneira possível.

Agradeço à minha família, aos meus avós que já partiram, à minha avó paterna que continua a me ajudar sempre que pode, agradeço pelo apoio dado desde o primeiro dia que ingressei na universidade.

Aos meus amigos, especialmente à Rita Severo, que além da sua amizade ainda me ajudou na realização dos mapas. Aos restantes amigos, cada um contribuiu de uma maneira ou de outra para que eu conseguisse seguir em frente, sem eles tudo seria mais difícil. Um obrigado pelos bons momentos, pelas palavras de encorajamento nos momentos menos bons, por estarem sempre presentes.

Resumo

O estágio realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) inseriu-se no projeto “Rotas do Tejo” como contributo para a Agenda Marítima da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), tendo este uma visão para o desenvolvimento turístico da região em causa.

O turismo como setor económico tem vindo a se destacar como principal fonte de rendimento de várias regiões, aproveitando principalmente os recursos naturais existentes. O forte investimento neste âmbito apesar de vantajoso para os locais em causa, tornou-se no entanto uma ameaça para o ambiente, visto que o seu aproveitamento nem sempre se realizou de uma maneira sustentável.

Apresenta-se assim neste relatório o potencial turístico da região, com um estudo específico sobre o levantamento de informação das zonas ribeirinhas de nove municípios do Vale do Tejo, interligando este trabalho com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Sendo da CCDR a dinamização desta área, as tarefas propostas foram realizadas nas seguintes etapas: pesquisa de informação relativa às políticas europeias e nacionais sobre o mar, águas interiores, ambiente e turismo; recolha e análise dos dados relativos à RLVT; elaboração de possíveis linhas de atuação e ações a desenvolver; propostas de fontes de financiamento.

Para uma melhor perceção da área indicada para o caso de estudo efetuou-se um levantamento e organização da informação disponível, colocando esta em tabelas descritivas seguido de uma análise da realidade local. Com esta tarefa foi possível efetuar uma proposta de fontes de financiamento, compatíveis com os fundos financeiros, europeus e os nacionais.

O presente relatório pretendeu assim compreender o que se tem feito na área das ações ligadas ao mar e águas interiores, a nível europeu e nacional, como forma de aplicar as diretrizes europeias estudadas ao longo do mestrado, ao trabalho efetuado durante o estágio na instituição acima referida. A relação entre o turismo e o ambiente permitiu a criação de ações sustentáveis que poderão ser concretizadas com o menor impacto possível sobre a área de estudo.

Palavras-chave: Europa, Portugal, turismo, mar, desenvolvimento sustentável.

Abstract

The intership at the Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT) was inserted in the "Rotas do Tejo" project as a contribution to the Region of Lisboa e Vale do Tejo's (RLVT) Maritime Agenda, with a vision for tourism development in the concerned region.

Tourism, as an economic sector, has come to stand out as the main source of income in many regions, taking advantage of its natural resources. The significant investment in this field despite advantageous for the locations in question, became a threat to the environment, since its use was not always made in a sustainable way.

Thus appearing in this report is the region's potential for tourism; with a specific study on the survey information about the coastal areas of nine municipalities of Vale do Tejo, linking this research with sustainable development goals. The objective of the internship concerned boosting this particular area, therefore, the proposed tasks were performed in the following steps: searching for information on the European and national policies regarding the sea, water, environment and tourism; collection and analysis of data relating the RLVT; elaboration of possible lines of action and actions to be undertaken; recommending financial sources.

For a better awareness of the area proposed for the case study, a survey and gathering of information were performed, organizing the latter in descriptive tables followed by an analysis of the local reality. When designing this data it was possible to make a proposal for funding sources, compatible with European and national funds.

This report seeks to understand what measures have been taken related to the sea and inland waters, both at European and national levels, in order to implement EU directives learned during the Masters' degree, to the work done during the intership at the institution above mentioned. The relationship between tourism and the environment led to the creation of sustainable actions that could be implemented with the lowest possible impact on the area of study.

Keywords: Europe, Portugal, tourism, sea, sustainable development.

Índice

Acrónimos usados	9
1. Introdução.....	10
2. Apresentação da instituição de acolhimento	13
3. Metodologia de trabalho.....	17
4. Descrição de objetivos e das funções realizadas no estágio	19
5. Políticas marítimas e ambientais na União Europeia e em Portugal.....	21
5.1. O contributo da economia do mar	21
5.2. O Mar e o Desenvolvimento Sustentável.....	26
5.3. As políticas e os instrumentos de proteção ambiental	29
5.4. O Turismo Sustentável.....	34
5.5. As políticas e os instrumentos para o mar	37
6. <i>Projeto Rotas do Tejo</i> no Vale do Tejo	42
7. Projetos ribeirinhos, equipamentos e infraestruturas na Lezíria e Médio Tejo	46
8. Propostas de linhas de atuação e ações a desenvolver	54
9. Identificação de fontes de financiamento	64
10. Conclusão	70
11. Balanço de competências e conhecimentos adquiridos.....	73
12. Bibliografia consultada.....	74
13. Anexos	80
ANEXO 1 - INFORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DA LEZÍRIA E MÉDIO TEJO	80
ANEXO 2 - DIÁRIO DE ESTÁGIO	97

Índice de figuras

Figura 1 - Organograma da CCDR LVT.....	14
Figura 2 - Área de jurisdição da CCDR LVT (NUTS III e Concelhos).....	15
Figura 3 - Emprego e dimensão das atividades económicas marinhas e marítimas..	23
Figura 4 - Sistema urbano regional do Oeste e Vale do Tejo.....	43
Figura 5 - Número de projetos apoiados. PO Regional 2007-2013.....	47
Figura 6 - Número de locais de apoio náutico.....	49
Figura 7 - Infraestruturas e equipamentos dos municípios.....	53

Índice de quadros

Quadro 1 - Cronograma semanal (Sn) de tarefas (Tn).....	18
Quadro 2 - Quadro comparativo das políticas e ações para o mar.....	40
Quadro 3 - Contabilização da informação recolhida sobre os municípios.....	46
Quadro 4 - Locais de apoio náutico existentes e respectivos pontos de atracagem das embarcações.....	48
Quadro 5 - Pontos fortes e fracos da náutica de recreio em Portugal.....	54
Quadro 6 - Oportunidades e ameaças da náutica de recreio em Portugal.....	56

Acrónimos usados

AEA - Agência Europeia do Ambiente

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE - Comissão Europeia

CNUAD - Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação

DGMARE - Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas

DICC – Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação

EMAM - Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENM – Estratégia Nacional para o Mar

OMT/UNWTO - Organização Mundial do Turismo

ONGs - organizações não-governamentais

PDM – Plano Diretor Municipal

PME - Política Marítima Europeia

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

QEC - Quadro Estratégico Comum

RLVT – Região de Lisboa e Vale do Tejo

UE – União Europeia

1. Introdução

No âmbito da realização de estágio curricular inserido no Mestrado de Políticas Europeias do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT), e em concordância com o protocolo estabelecido com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), foi proposto o desenvolvimento de um trabalho intitulado “Rotas do Tejo”, como contributo para a definição da Agenda Marítima da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT).

Na sequência da apresentação da proposta de trabalho, procedeu-se à exploração de vários documentos relacionados com as políticas do mar, para um melhor enquadramento do tema. O relatório de estágio contém uma parte preliminar com base teórica sobre os assuntos do mar e as estratégias nacionais e europeias que se encontram delineadas, bem como uma exploração dos estudos já desenvolvidos para a área específica em questão.

Portugal encontra-se empenhado no aproveitamento do recurso mar como fator de desenvolvimento económico, sendo de assinalar a recente produção de documentos neste domínio, nomeadamente a revisão do documento da Estratégia Nacional para o Mar (ENM 2013-2020). Neste âmbito, a CCDR-LVT pretendeu constituir uma agenda marítima na qual fosse definida a estratégia regional para a dinamização dos recursos existentes na região, tendo como especial atenção, o aproveitamento do potencial turístico do rio Tejo numa perspetiva de sustentabilidade. A navegabilidade do Tejo representa uma mais-valia regional que deve ser aproveitada como estruturante para o desenvolvimento regional, nomeadamente dos seus municípios ribeirinhos, dado que a questão da identidade nacional associada ao Tejo apresenta uma mais valia regional, com valor natural a proteger.

Pretendeu assim aquela entidade potenciar o desenvolvimento económico da região através de setores emergentes identificados, como é o caso do turismo náutico, indo ao encontro de preocupações expressas no âmbito da Estratégia Europa 2020, incrementando o crescimento e o emprego sustentáveis.

O setor do turismo comporta dimensões que facilmente se encontram na região mas que se encontram pouco valorizadas, especialmente a oferta turística de âmbito cultural, rural, gastronómico, de paisagem e natureza, abrindo espaço ao desenvolvimento de

projetos que façam a integração destas diferentes dimensões turísticas, melhorando a oferta turística regional.

Revelou-se portanto evidente a necessidade de desenvolver projetos que venham colmatar a lacuna existente no desenvolvimento de atividades relacionadas com a exploração sustentável e eficiente dos recursos hídricos da RLVT, sobretudo o Tejo, contribuindo para uma economia regional sustentável, tendo em consideração a promoção da imagem da região e a criação de emprego, em sintonia com os principais objetivos definidos para o período de programação financeira 2014-2020.

Para a preparação de uma análise desta natureza, revelou-se fundamental ter em conta as principais dificuldades e ameaças ao aproveitamento deste recurso, sendo portanto necessária a identificação dos entraves que se colocam no domínio do desenvolvimento do turismo náutico na RLVT. Há que ter ainda em conta o impacto que estas atividades possam ter, sendo particularmente importante a salvaguarda das condições ambientais, pois uma visão estratégica de crescimento económico tem de ter sempre em conta a preservação do ambiente, para que este crescimento possa ser atingido de uma forma sustentável.

O êxito da “agenda marítima” como estratégia regional para a dinamização dos recursos da região requer capacidade institucional, isto é, uma forte mobilização e parcerias entre as entidades ou os atores locais (“stakeholders”), bem como o envolvimento de outros parceiros que indiretamente atuam neste território, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região. Outros fatores favoráveis para o desejado envolvimento dos atores têm de ser tidos em conta, tais como: os instrumentos financeiros disponíveis; económicos (taxas ou medidas de discriminação positiva); legais (leis que apoiam e incentivam a atuação); e instrumentos de Ordenamento do Território associados a programas/projetos/medidas (por exemplo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-Alentejo), e os Planos Diretores Municipais dos municípios ribeirinhos, para além de outros planos de proteção da Natureza. A cooperação entre as diversas entidades poderá atingir os objetivos pretendidos se tirar o máximo partido dos incentivos dos fundos europeus disponibilizados.

Tendo o Vale do Tejo feito parte de um dos eixos estruturantes no QCA III (VALTEJO - Valorização do Tejo: Eixo 2 - Ações Integradas de Base Territorial, medida 3), revela-se fundamental compreender a evolução da aplicação de medidas/ações e projetos naquele âmbito.

No passado, foram realizados vários estudos sobre as potencialidades do Tejo em relação às atividades turísticas, havendo uma continuidade na elaboração de medidas que visam a dinamização das áreas ribeirinhas. Com a elaboração deste relatório sobre o projeto “Rotas do Tejo”, pretende-se fazer uma atualização da situação corrente graças à análise da informação recolhida pela CCDR-LVT, durante o ano de 2012.

Assim, no ponto referente à proposta de medidas e ações, serão tidas em conta as propostas no Estudo Valtejo de 2008, utilizando estas como um referencial para a formulação de novas propostas, tendo em conta as informações mais recentes que foram recolhidas, bem como os instrumentos financeiros que se perspetivam no âmbito do próximo período de programação financeira 2014-2020.

Sendo o setor do turismo o principal domínio de trabalho durante o período de estágio, procurou-se conjugar a pesquisa realizada durante os seminários do mestrado sobre as políticas ambientais e o desenvolvimento sustentável na União Europeia (UE), com o desafio colocado pela CCDR-LVT, relativamente ao trabalho de estágio, inserido no estudo da competitividade do Vale do Tejo na Região de Lisboa.

Assim, sabendo que o ambiente motiva a capacidade de atração de uma região, logo que a integração do turismo com o ambiente é fundamental, na concretização de projetos com um objetivo turístico, devem-se formular compromissos com os atores locais sobre a necessidade de um plano de desenvolvimento que tenha sempre em conta os valores ambientais, com o objetivo de se criar um impate significativo, quer local quer globalmente.

O foco de interesse principal deste mestrado incidiu sobre as políticas ambientais europeias, pelo que se procurou investigar sobre o papel desempenhado por estas políticas, a nível regional e local, e os papel do ambiente nos processos de desenvolvimento local que se têm verificado nas últimas décadas.

2. Apresentação da instituição de acolhimento

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), é um serviço periférico do Estado, que faz parte da Presidência do Conselho de Ministros, com tutela conjunta com o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

O modelo organizacional da CCDR LVT (figura 1) foi definido pelo Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro. Até à entrada em vigor deste modelo de organização interna, a CCDR LVT compreende 6 direções de serviço e 14 unidades orgânicas flexíveis (Portaria nº 528/2007, de 30 de abril e Despacho nº 12 166/2007, de 19 de junho).

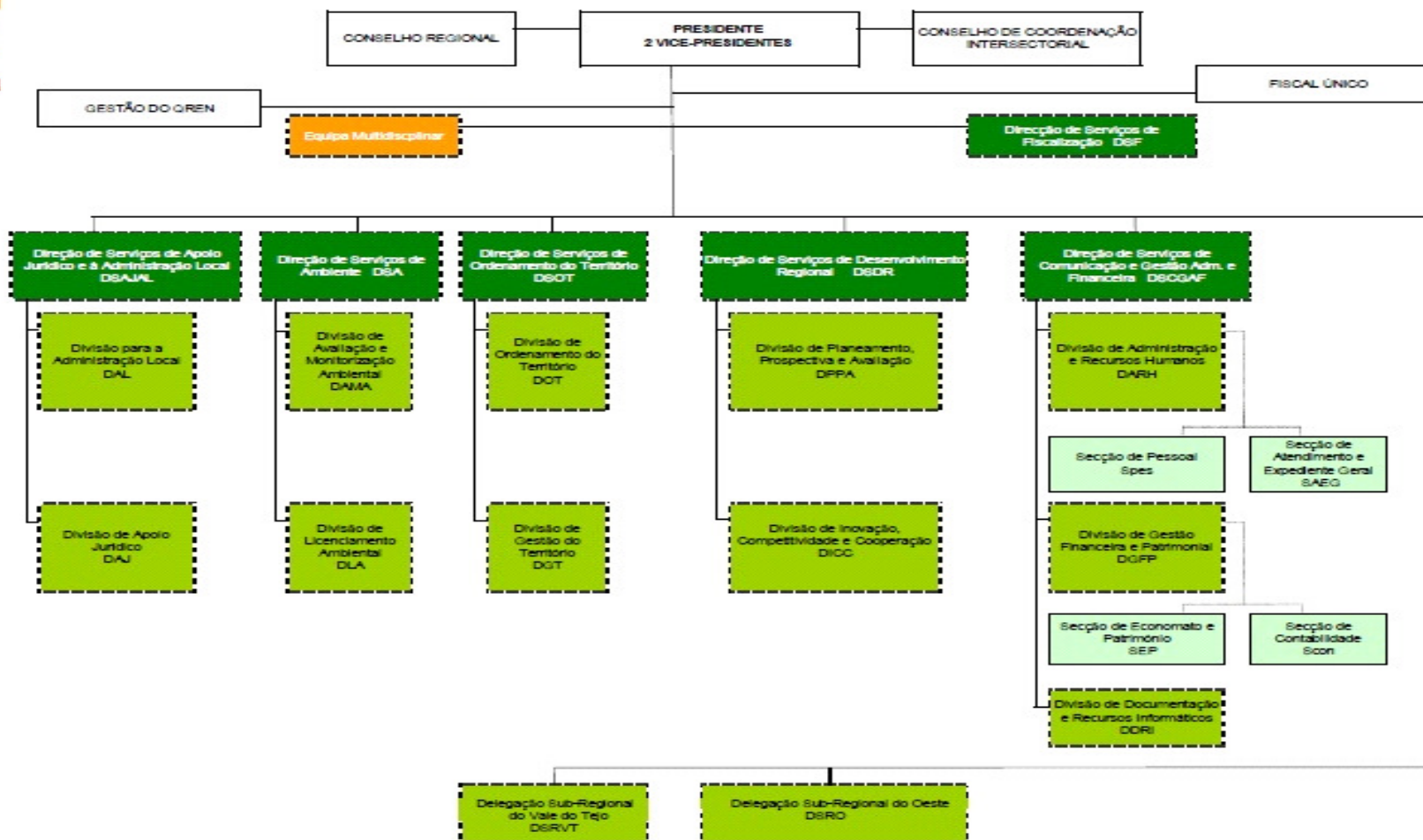
Assim, a CCDR-LVT reparte-se por seis Direções de Serviço:

- 1) - Direção de Serviços de Ambiente (DSA);
- 2) - Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local (DSAJAL);
- 3) - Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF);
- 4) - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR);
- 5) - Direção de Serviços de Fiscalização (DSF);
- 6) - Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT);

E duas Divisões Sub-regionais:

- 1) - Delegação Sub-Regional do Vale do Tejo (DSRVT);
- 2) - Delegação Sub-Regional do Oeste (DSRO).

Além das direções acima referidas existem ainda 14 unidades orgânicas flexíveis.



Fonte: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/organizacao-interna/46.htm>

Figura 1: Organograma da CCDRLVT

A missão principal deste órgão centra-se na execução de políticas de ambiente, ordenamento do território e de desenvolvimento regional, dando apoio às autarquias locais e coordenação aos serviços regionais. A área de intervenção da CCDR-LVT limita-se a Lisboa e Vale do Tejo, sendo esta composta por 5 sub-regiões (NUTS III): Grande Lisboa (2.042.477 hab.), Península de Setúbal (779.399 hab.), Médio Tejo (220.661 hab.), Lezíria do Tejo (247.453 hab.) e Oeste (362.540 hab.)¹, com uma área total de 12.204 Km², que engloba 52 concelhos e 355 freguesias (figura 2).



Fonte: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/a-rlvt/7279.htm>

Figura 2. Área de jurisdição da CCDR LVT (NUTS III e Concelhos)

¹ População Residente Total (Censos 2011). Fonte: INE.

O estágio realizou-se sob a égide da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR), sendo atualmente a direção de serviços a cargo da Dr^a Ana Barata da Silva, subdividida por:

- I.** Divisão de Planeamento, Prospectiva e Avaliação (DPPA);
- II.** Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação (DICC) - Chefe de Divisão: Mestre Luís Machado
- III.** Observatório Regional de LVT – Coordenador: Dr. João Afonso

O estágio de 800 horas realizou-se na Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação com a orientação interna dada pelo Eng.º Luís Machado contando ainda com o suporte da Dr^a Fátima Malheiro no desenvolvimento das tarefas propostas e no apoio à pesquisa, bem como no *feedback* referente à leitura das tarefas apresentadas quinzenalmente.

3. Metodologia de trabalho

Realizou-se primeiramente um estudo do tema proposto através dos documentos cedidos pela Divisão de Inovação, Competitividade e Cooperação (DICC).

Após uma pesquisa bibliográfica na divisão de documentação e recursos informáticos da CCDR-LVT, na biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), no Centro de Informação Jacques Delors, e na biblioteca do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), realizou-se a pesquisa e recolha de dados na internet, e iniciou-se a elaboração do enquadramento teórico como base e justificação da temática.

Havendo um plano quinzenal proposto pela DICC para a apresentação de esboços relativos às tarefas propostas, as etapas referidas no ponto anterior foram elaboradas em seguimento da informação cedida e recolhida. A construção de cada ponto realizou-se com apoio bibliográfico adequado à temática, relacionando os dados fornecidos com este.

A elaboração deste trabalho teve assim em consideração o peso da informação cedida pela CCDR-LVT, pela orientadora, e da pesquisa e recolha efetuada ao longo do período de estágio, interligando a vertente teórica com o trabalho prático desenvolvido.

As tarefas realizadas cumpriram um plano quinzenal que foi sendo avaliado pelo coordenador e outros membros da divisão, no período temporal de Janeiro a Abril de 2013.

O plano geral do trabalho desenvolvido resume-se nos seguintes pontos (para uma leitura detalhada sobre o trabalho realizado semanalmente ver Anexo 2), sendo que, ficou estabelecida a entrega de esboços/rascunhos de análise periódicos, correspondentes ao final de cada tarefa designada (quadro 1):

- 1) Leitura e análise de documentação sobre o mar, tendo a preocupação de procurar o respetivo enquadramento europeu e internacional;
- 2) Leitura e análise de documentação para o contexto nacional e regional – Lisboa e Vale do Tejo;

- 3) Organização de uma base de dados digital sobre o tema nas diferentes escalas;
- 4) Análise dos 16 municípios do Vale do Tejo no que respeita a todas as iniciativas e identificação dos projetos com forte potencial de investimento relacionados com o mar e água;
- 5) Sugestões para projetos futuros (para o próximo período de programação);
- 6) Identificação de potenciais fontes de financiamento;
- 7) Entrega do relatório final ao chefe de divisão.

Quadro 1. Cronograma semanal (Sn) de tarefas (Tn)

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	S13	S14	S15	S16	S17	S18
T1																		
T2																		
T3																		
T4																		
T5																		
T6																		
T7																		

4. Descrição de objetivos e das funções realizadas no estágio

No âmbito da realização de estágio curricular inserido no Mestrado de Políticas Europeias do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, e em concordância com o protocolo desta instituição com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), desenvolveu-se uma investigação sobre o desafio proposto com o tema “Rotas do Tejo” como contributo para a definição da Agenda Marítima da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Este projeto formulado pela CCDR-LVT enquadra-se na náutica de recreio e turismo náutico na região de Lisboa e Vale do Tejo, com um enfoque particular na valorização dos estuários do Sado e do Tejo e nas particularidades destes espaços ribeirinhos, incluindo áreas de lazer e recreio ligadas ao mar e aos estuários, espaços com importância geográfica, histórica, económica e ambiental. O objetivo seria definir uma estratégia para esta região, ao identificar os componentes relevantes de cada local ligadas ao Tejo, com o propósito de maximizar os aproveitamentos possíveis dentro desta área.

O objetivo geral por parte da CCDR-LVT assentou assim em três pontos essenciais:

- 1) *Identificação dos locais considerados fundamentais ao estabelecimento de uma rede de abrigos e apoios para a navegação de recreio, designadamente através da reconversão de áreas portuárias e do aproveitamento de estuários, enseadas e lagunas, abrangendo as frentes ribeirinhas do Tejo e do Sado e a frente oceânica da RLVT;*
- 2) *Promover a criação de oportunidades desejáveis ao investimento e à exploração pelo sector privado de todas as instalações portuárias de recreio para as quais possa existir um mercado de suporte;*
- 3) *Analisar as possibilidades de financiamento das ações e projetos propostos, no âmbito dos fundos estruturais do próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020.*

A proposta de trabalho define que o relatório realizado venha a fazer parte de um contributo para o plano estratégico da Agenda Marítima da RLVT, no que respeita às atividades da náutica e turismo náutico, tendo para tal, sido construídas três etapas fundamentais:

- a) Recolha e tratamento da informação relevante;
- b) Definição das linhas de atuação e ações a desenvolver;
- c) Identificação dos recursos necessários, financeiros e outros.

a) O tratamento da informação relevante foi elaborado com base nas respostas obtidas (9) no questionário proposto pela CCDD-LVT aos municípios selecionados (12).

b) Analisados os locais e as suas infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio existentes/potenciais no apoio ao turismo náutico foram desenvolvidas propostas de ações e projetos a implementar, como forma de rentabilizar o potencial existente em cada local.

c) Propostas as ações e projetos foram identificados os recursos necessários para que estas possam ser implementadas, tendo em conta o futuro quadro de programação financeira para o período 2014-2020.

5. Políticas marítimas e ambientais na União Europeia e em Portugal

5.1. O contributo da economia do mar

O retorno do mar à agenda nacional é cada vez mais evidente, quer pelos estudos realizados nos últimos anos, quer pelo crescente interesse por parte da governação na elaboração e aplicação de políticas estratégicas neste âmbito. O conhecimento recolhido sobre a oferta privilegiada dos recursos marinhos portugueses demonstra claramente o potencial e a importância que este sector tem para impulsionar o desenvolvimento económico nacional.

Segundo o Relatório *Blue Growth for Portugal* (COTEC, 2012), Portugal tem a possibilidade de desenvolver múltiplas atividades ligadas ao mar, tais como o transporte marítimo, pesca e aquicultura, exploração de energias renováveis, investigação dos ecossistemas marinhos e extração de minerais, também como investir nos espaços de lazer e turismo, tanto nas áreas costeiras como nas áreas ribeirinhas. As áreas ribeirinhas merecem uma especial atenção, pois o seu alcance estratégico engloba o seu historial de atividades económicas tradicionais relacionadas com os recursos dos rios, onde se agregam aglomerados populacionais, com aptidão para aumentar as ações neste âmbito.

É evidenciado que no caso português, o investimento na economia do mar nas últimas décadas foi muito reduzido, o que levou à redução e estagnação dos setores relacionados com esta área (*Relatório Blue Growth for Portugal*, COTEC 2012, p.15). O setor é visto como relevante para o país, pois as suas características geográficas são consideradas excecionais nesta área.

A Estratégia Nacional para o Mar (ENM), formulada para o período de 2006-2016 (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº163/2006, de 12 de Dezembro), pretende «criar as condições e mecanismos que possibilitem aos diversos agentes desenvolver, de forma equilibrada e articulada, as múltiplas actividades ligadas ao mar, tendo em vista a promoção da qualidade do ambiente marinho, do crescimento económico e a criação de novos empregos e oportunidades.» (ENM, 2006, p.7). A ENM reforça a posição de Portugal em relação ao mar, incentivando à iniciativa em processos internacionais que valorizem a governação do oceano e o desenvolvimento das atividades ligadas ao mar, bem como fomentar a economia, valorizar e preservar o

património natural e assumir-se como o país marítimo da Europa (Queirós, 2011). Neste contexto, é importante salientar que esta estratégia, além de apresentar como seu objetivo principal o aproveitamento dos recursos marítimos e das zonas costeiras, tem em conta que este deve ser feito para apoiar o desenvolvimento económico e social. Em conformidade com esta intenção, as orientações do Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (2005-2008), reconhecem a importância da economia do mar para o desenvolvimento económico do país.

Apesar da valorização das vertentes económica e social, a sustentabilidade ambiental é igualmente tida em conta, havendo ligação com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2005-2015), pois esta apresenta como uma das suas linhas de ação, a utilização sustentável dos recursos marinhos e das zonas costeiras. Do mesmo modo, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), reconhece a importância do mar para a afirmação de Portugal no mundo: a política de ordenamento do território apresenta a oportunidade única de gestão do território terrestre, a ele se associando o litoral e o território marítimo: ordenar o mar e o litoral pelos benefícios de um crescimento económico sustentável (Queirós, 2011).

Em relação aos assuntos marítimos, em termos europeus, estes englobam cinco políticas principais²:

- 1) O «Crescimento Azul»;
- 2) O conhecimento e dados sobre o meio marinho;
- 3) Ordenamento do espaço marinho;
- 4) Vigilância marítima integrada;
- 5) Estratégias para as bacias marítimas.

A primeira política, já mencionada na ENM, apresenta-se como um pilar fundamental da política do mar europeia. Segundo a comunicação lançada pela Comissão Europeia a 13 de Setembro de 2012³ sobre as oportunidades para o crescimento sustentável marítimo, o conjunto das atividades económicas dependentes do mar representam 5,4

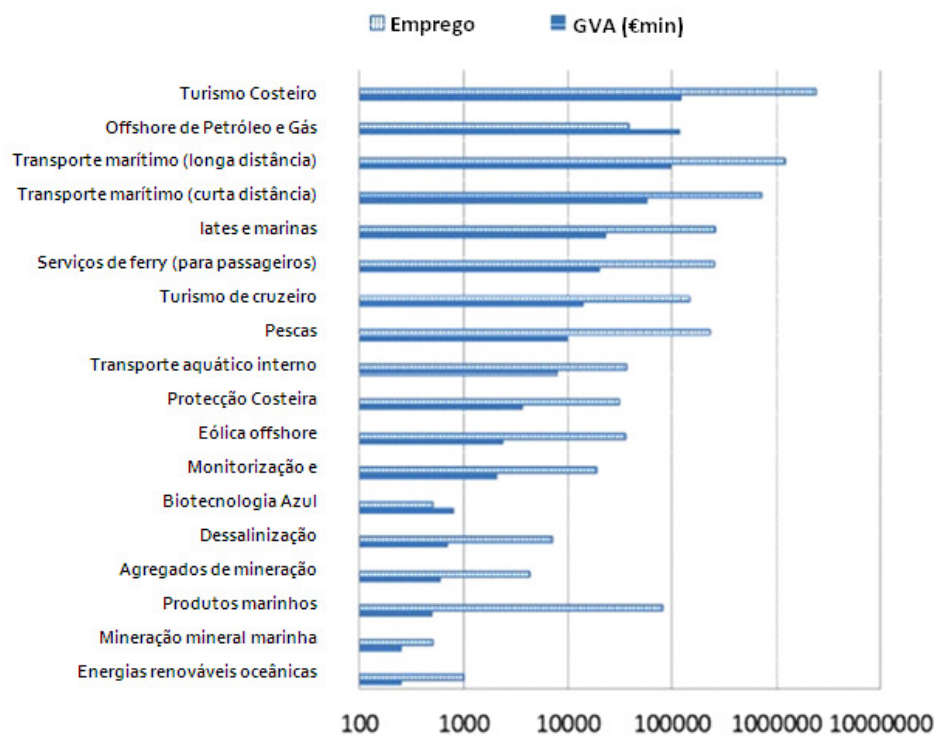
²Comissão Europeia: *Assuntos Marítimos, Política Marítima Integrada* (http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/index_pt.htm).

³*Blue Growth: opportunities for marine and maritime sustainable growth. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*, Bruxelas, 13 de Setembro de 2012. (http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth/documents/com_2012_494_en.pdf).

milhões de empregos, sendo que esta “economia azul” tem um valor bruto pouco abaixo dos 500 mil milhões de euros por ano. Em relação às trocas comerciais realizadas através de transporte marítimo, 75% destas são exportações transoceânicas e 37% pertencem às trocas comerciais dentro da União Europeia, demonstrando assim a importância deste sector nas relações económicas da UE.

Esse documento ilustra ainda a interdependência dos diferentes setores dentro da “economia azul”, assim como a relação entre o emprego e a dimensão das atividades económicas marinhas e marítimas, pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB)⁴

Ao analisar a figura contida no documento mencionado (figura 3) é relevante assinalar a importância do setor do turismo na criação de emprego, sendo o turismo costeiro aquele com o maior número de empregados, em comparação com os restantes sectores mencionados na figura 3.



Fonte: Comissão Europeia, 2012

Figura 3: Emprego e dimensão das atividades económicas marinhas e marítimas

⁴Valor Acrescentado Bruto (VAB) é constituído pelo valor acrescentado por cada unidade produtiva no processo produtivo, obtido pela diferença entre o valor de produção e o valor do consumo, ou seja, é o resultado final da atividade produtiva durante um determinado período.

A preservação da competitividade dos setores ligados à política marítima é um dos pontos principais nas diretrizes para o futuro desta política. O Livro Verde sobre os diferentes aspectos da futura política marítima comunitária⁵, publicado pela Comissão Europeia em Junho de 2006, salienta a importância do papel socioeconómico destes setores.

As referências ao mar têm vindo a aumentar, colocando as atividades marítimas como um pilar essencial para a Agenda Territorial da União Europeia 2020, tendo em conta a importância destas atividades para a coesão territorial da Europa. O Quadro Estratégico Comum (QEC) para 2014-2020 dá igualmente ênfase às regiões marítimas como áreas aptas ao investimento estratégico. A atenção crescente para esta área surge pela importância que lhe dá a Estratégia para o Crescimento Azul (*Blue Growth Strategy*), proposta pela Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (DG MARE). Este serviço da Comissão Europeia, é responsável pela política marítima europeia que inclui um quadro complexo de ações, tendo como missão principal desenvolver o potencial da economia marítima, assegurando uma exploração sustentável dos recursos e a prosperidade das comunidades costeiras⁶.

Esta estratégia europeia orientada para a economia azul foca-se nos locais onde existam atividades em emergência ou com potencial para se expandirem, tais como, o transporte marítimo, turismo costeiro, energia eólica *offshore*, dessalinização e uso dos recursos marinhos nas indústrias farmacêutica e de cosmética. Com esta abordagem, a União Europeia propõe a redução das barreiras administrativas, abrindo o caminho ao investimento e inovação, promovendo simultaneamente educação e formação especializada, dando assim o impulso necessário para um melhor aproveitamento deste recurso onde as diversas atividades potenciarão o desenvolvimento regional e nacional.

Espera-se assim, que o contributo da economia do mar envolva várias atividades, em particular para o caso português, através de uma forte aposta na componente piscatória, aquacultura, construção naval, energia, investigação e náutica de recreio, capaz de motivar uma sociedade empenhada no desenvolvimento das atividades ligadas ao mar e por consequência, potenciando a criação de emprego nos variados setores que surgem das atividades marinhas. Estes resultados serão possíveis ao se apostar numa política

⁵Livro Verde da Comissão: Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e dos mares [COM(2006) 275 final - Não publicado no Jornal Oficial].

⁶http://ec.europa.eu/dgs/maritimeaffairs_fisheries/about_us/mission_statement/index_pt.htm

pública que alavanque medidas e incentivos de apoio às atividades produtivas para o investimento nestes domínios. A criação de uma imagem forte sobre as oportunidades e vantagens da “maritimidade” de Portugal e da Europa é a chave para que os incentivos nesta área cresçam.

5.2. O Mar e o Desenvolvimento Sustentável

Atualmente a garantia da proteção ambiental é unânime, no sentido em que tanto os governos como os cidadãos exprimem sérias preocupações neste âmbito. As sociedades humanas ao se encontrarem integradas no próprio ambiente, considerando este como um bem-comum, têm o direito e dever de o proteger.

É inegável que a sociedade humana depende da natureza. Presentemente existe uma maior consciencialização sobre as relações entre o desenvolvimento regional e o ambiente, sendo este reconhecido como um fator determinante para que se atinja um desenvolvimento sustentável a vários níveis dentro de uma região ou local. Nas últimas décadas, a lista de organizações internacionais, organizações não-governamentais (ONGs) e estudos académicos a usar o conceito de desenvolvimento sustentável aumentou consideravelmente. Este conceito surge então como resposta ao sentimento geral de que o ambiente tem sido degradado em função da atividade humana (Queirós, 2001).

Desde o início do século XX que as preocupações sobre o impacto do desenvolvimento industrial e económico sobre o ambiente têm vindo a aumentar. Os debates públicos acentuaram-se nos anos 70, sendo a partir daí que se multiplicam os estudos e os esforços políticos para atenuar o impacto do desenvolvimento económico no ambiente.

Um grande primeiro marco internacional onde se colocaram em foco estas preocupações realizou-se em 1987, quando a Comissão das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) estabeleceu que a deterioração do ambiente estava a crescer e que tal estava diretamente ligado ao desenvolvimento económico regional e global. Esta Comissão publicou a sua investigação no conhecido Relatório Brundtland⁷, chamando a atenção que as mudanças provocadas pela atividade económica do presente, iriam passar sistematicamente para as gerações futuras. O relatório mostrou ao mundo que os problemas ambientais não podem ser separados do bem-estar humano e do desenvolvimento económico. Surgiu assim uma maior divulgação do conceito de “sustentabilidade” como sendo a única forma de combater um desastre ecológico e económico, a médio e longo prazo.

⁷ “Our Common Future”, World Commission on Environment and Development (WCED), Nações Unidas, 1987.

Este conceito de desenvolvimento sustentável resume-se à capacidade de atender às necessidades atuais sem comprometer o futuro das gerações futuras. É esta a definição mais frequentemente usada, retirada do Relatório de Brundtland, onde se destacam dois pontos-chave:

1. Ao mencionar as necessidades atuais, procura-se dar prioridade aos que passam maiores dificuldades, ou seja, aos países em que a pobreza afecte a população, e;
2. A ideia que o estado atual das tecnologias e das organizações sociais, limita a capacidade de atender às necessidades atuais e futuras.

Esta noção de sustentabilidade marcou um ponto de viragem nas políticas económicas e ambientais e tem sido assim globalmente aceite. Este relatório argumenta a favor de formas alternativas de desenvolvimento que assegurem o desenvolvimento económico a curto e longo prazo, simultaneamente melhorando o ambiente e preservando os recursos, demonstrando que a compatibilidade deste conceito com o crescimento económico contribui para mudanças dos modelos económicos assim como uma mudança de mentalidades.

Em 1992 realizou-se Conferência do Rio, que veio reafirmar a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, adotada no ano de 1972, em Estocolmo, sendo este um momento importante para a colocação das preocupações ambientais no centro das atenções políticas. Organizada pelas Nações Unidas, nesta conferência reforçou-se a necessidade de incorporar a ideia de desenvolvimento sustentável nas políticas ambientais e económicas. A comunidade internacional aceitou na generalidade esta visão de desenvolvimento para todo o mundo e desde então, este princípio é adotado não só pelos governos, mas também pelas empresas, administrações locais e organizações ambientais com o objectivo de cooperarem na criação de estratégias e programas a implementar, desde uma escala global até à local.

Nesta primeira conferência foram construídos quatro domínios concretos:

- 1) Declaração Rio sobre o Ambiente: o objetivo é trabalhar para um desenvolvimento sustentável, eliminar os modos de produção e consumo não viáveis e estabelecer uma parceria global neste campo.

2) Convenção das Mudanças Climáticas: estabeleceu o objetivo de constituir um nível de concentração dos gases de efeito de estufa que não ameacem o clima mundial. Isto será feito ao estabelecer programas e estratégias regionais e nacionais.

3) Convenção sobre a Biodiversidade: visa a preservação de várias espécies e ecossistemas.

4) Declaração das Florestas: reconhece o papel vital das florestas nos diversos ecossistemas. Organiza assim uma série de medidas de proteção e chama as nações, consumidores e produtores no uso destas da maneira mais sustentável possível.

Em Junho de 1997, os 160 signatários do Rio reuniram-se para a segunda cimeira da Terra, em Nova Iorque. Apesar da presença maciça de chefes de Estado, revelando vontade política de intervir, e de alguns resultados encorajadores desde os acordos do Rio, o documento final apresentou resultados preocupantes com o conhecimento que a deterioração do ambiente continuava a acentuar-se, como por exemplo, evidenciou-se o crescimento das emissões de gases de estufa. A batalha contra a desertificação, a necessidade de proteção da biodiversidade e outros assuntos urgentes foram reafirmados, mas não foram determinados fundos financeiros suplementares. Ficou confirmado um compromisso dos signatários de um acordo, onde consentiram sobre planos para a implementação das várias convenções e declarações.

Em síntese, iniciativas como estas e o grau de adesão às mesmas, revelaram um sentimento de crise geral em torno do ambiente, a uma escala internacional, conduzindo à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e de agências de proteção ambiental. Não é que preocupações semelhantes não tivessem já emergido anteriormente, contudo, um verdadeiro surto de atenção pública e governamental é desencadeado pelo lado da pesquisa científica que acabaria por revelar o carácter global e interdependente dos desafios ambientais (Queirós, 2003).

Para além das Nações Unidas, que têm tido um papel relevante ao nível mundial relativamente a estas preocupações, a União Europeia tem sido um motor incontornável no estímulo e aprofundamento de políticas ambientais.

5.3. As políticas e os instrumentos de proteção ambiental

Nos anos 90 surgiram vários planos e acordos internacionais sobre o estado do ambiente e medidas que deveriam ser tomadas globalmente para atenuar e assegurar um desenvolvimento adequado tendo em conta os impactos de cada setor. A União Europeia teve um papel importante na organização de programas e medidas, sendo pioneira na forma como envolveu vários agentes, procurando que os estados-membros atuem localmente.

No período 1992 a 1995 com o *5º Programa de Política e Acção em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, deu-se uma mudança crucial na forma como a União Europeia passou a abordar o desenvolvimento sustentável. Este programa, originou mudanças nos comportamentos e tendências que abrangeram desde a economia aos cidadãos. Com efeito, a política ambiental europeia reforçou a partilha de responsabilidades entre o Estado, a atividade produtiva e as instituições não governamentais e reconheceu a importância da dimensão da sociedade civil (Queirós, 2001). Se com o Quinto Programa se instituiu o “desenvolvimento sustentável” (objetivo confirmado pelo Tratado de Amsterdão em 1997), a UE compreendeu que uma estratégia mais ampla exigiria o empenho da integração do ambiente nas demais áreas políticas (COM (2001) 31 Final).

Para este 5º Programa foi realizado, em 1995, um relatório de avaliação do programa, complementado pelo “Relatório sobre o Estado do Ambiente”, produzido pela Agência Europeia do Ambiente (AEA). Este 5º Programa, executado nos anos 90, surge como forma de demonstrar a necessidade crescente de atingir o desenvolvimento sustentável com a criação de medidas claras, coesas e efetivas (5º Relatório *Em direcção a um desenvolvimento sustentável*). No 5º Programa foram abordados cinco setores que merecem uma atenção especial face aos seus impactos sobre o meio ambiente, sendo estes: a indústria transformadora, energia, transportes, agricultura e turismo.

Este programa resume-se com uma estrutura que procurou a integração dos aspetos ambientais no mundo político, o alargamento destes instrumentos de carácter ambiental dentro da área económica, o aumento das parcerias entre as administrações e a sociedade civil, procurando uma mudança de atitudes por parte de todos os atores em relação à aceitação destas políticas, nomeadamente a sua responsabilização coletiva, procurando um rumo diferente com transformações visíveis a longo prazo. Foram tidas

em conta a aplicação destas políticas em termos legislativos, no entanto, os obstáculos burocráticos de cada país foram vistos como impedimentos na construção de soluções, revelando que a legislação era claramente insuficiente para a resolução dos problemas ambientais. O relatório afirma que não basta o “ataque” dos problemas ambientais com legislação, ficando assim claro que são precisos outros instrumentos (de mercado) para que as metas sejam atingidas de forma eficaz.

No entanto, apesar das várias medidas implementadas, a missão mais problemática em adquirir resultados claros foi na mudança de atitudes. Mesmo havendo alguns sinais positivos, graças às medidas aplicadas localmente, não se verificou a mudança necessária para que este programa atingisse completamente os seus objectivos. *A estratégia geral e os objectivos do 5º Programa mantêm-se válidos; o que falta são as mudanças de atitudes e a vontade de dar o salto quântico indispensável para se poder avançar rumo à sustentabilidade* (5º Relatório “Em direcção a um desenvolvimento sustentável”, 1995).

No período seguinte, entre 2002 e 2012, formulou-se o *Sexto Programa de Acção em Matéria de Ambiente* intitulado “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”. Este novo programa seguiria os princípios do anterior, dando ênfase à urgência de acabar com a abordagem ambiental por meios legislativos, apostando em diferentes instrumentos que atuassem sobre as decisões dos políticos, empresas e cidadãos. Este programa, tal como o anterior, formou uma série de eixos prioritários, sendo estes:

- Melhoria na aplicação da legislação;
- Integração do ambiente nas várias políticas;
- Maior colaboração com o mercado;
- Incentivar mudanças de comportamento dos cidadãos;
- Ter sempre em conta o ambiente nas práticas de gestão do território.

Para cada eixo foram formuladas ações específicas, sendo de salientar o primeiro eixo que aborda a legislação, pois passadas duas décadas de políticas ambientais, o fraco alcance dos instrumentos legais e a burocracia continuavam a ser um entrave na aplicação dos programas comunitários, levando a discrepâncias entre os Estados membros, visto que cada país tem o seu modelo legislativo.

A UE, com este novo programa, tenta assim aplicar as suas ações ao exigir a divulgação de relatórios e resultados da sua aplicação, tendo também como meio de garantia a possibilidade de recorrer ao Tribunal de Justiça Europeu, nas situações em que não se respeitassem as diretrizes comunitárias.

Com o 6º Programa, a União Europeia força mais ainda a integração do ambiente nas suas políticas, formulando medidas e dando estímulos às empresas que apresentem claramente o seu bom desempenho em matéria ambiental, como forma de criar interesse dentro deste setor. Isto seria feito por via de recompensas desde que as empresas demonstrassem mudanças em relação à atitude face ao ambiente, levando à adoção de um sentido de responsabilidade ambiental numa perspetiva contínua, apostando na mudança de comportamentos, dentro e fora das empresas – envolvendo-se as empresas empresarial com os cidadãos, assimilando, em conjunto, uma maior consciencialização ambiental.

Para complementar estes incentivos, a UE continua à procura de informação sobre cada Estado membro como forma de melhorar a sua aplicação em cada território tendo em conta as suas especificidades e necessidades. É assim referido, neste 6º Programa, a planificação de uma estratégia à escala regional, convocando as entidades regionais e locais para que sejam adotadas medidas no âmbito urbano e rural, e que os resultados/*performance* ambiental sejam comunicados como forma de aperfeiçoar a sua aplicação tendo em conta as particularidades da região/local.

Salienta-se ainda que no último eixo, a UE inclui o setor do turismo na gestão sustentável do território, onde propõe uma parceria com o setor de maneira a minimizar os seus impactes a nível regional e local.

Em comparação ao 5º Programa, o 6º Programa apresenta mais resumidamente os seus domínios, centrando-se em quatro ações prioritárias:

- Mudanças climáticas;
- Natureza e Biodiversidade;
- Ambiente e Saúde;
- Gestão sustentável dos recursos e resíduos.

Dentro de cada ação assumem-se vários objetivos cujo cumprimento deve ser concluído a curto prazo (como por exemplo, os compromissos do Protocolo de Quioto para o período 2008-2012, na redução das emissões de gases de efeito de estufa em 8% em relação aos níveis de 1990), ou a longo prazo, de acordo com as metas da nova estratégia *Europa 2020*, em conjunto com os objetivos da *Estratégia de Lisboa* em matéria de criação de emprego, e em concordância com os acordos internacionais. Com efeito, para além dos programas referidos na UE, existem também influências vindas de acordos internacionais, visto que a União participa em várias convenções com os atores mundiais em matéria de ambiente.

Foi nos anos 1990 que se deu um grande passo nestes acordos, com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), tendo a União Europeia um papel fundamental neste evento. Os princípios assinados nesta conferência vieram de encontro ao 5º Programa, que entrava em vigor nesse mesmo ano de 1992. Assim, ao adotar os trabalhos realizados nesta conferência internacional (Declaração do Rio, Agenda 21, Declaração sobre as Florestas, Quadro relativo às Alterações Climáticas e Convenção sobre a Biodiversidade) afirmaram-se os princípios que a UE tinha delimitado com a realização do 5º Programa, sublinhando que a Europa se assumia como um ator principal em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.

Esta partilha de objetivos entre o 5º Programa da União Europeia e a CNUAD, veio a salientar a importância da criação destas estratégias para um novo modelo de desenvolvimento, com cooperação e consciência global. Na sequência, o 6º Programa continuou com estes princípios mantendo como objetivo as relações externas e cooperação com os países (incluindo uma visão de alargamento da UE), empresas e organizações não-governamentais, e a sociedade civil, prevendo a troca de informação e encorajamento mútuo na aplicação dos princípios retirados das convenções internacionais sobre ambiente.

Para além dos programas de política ambiental e das estratégias firmadas nos acordos internacionais, a UE disponibilizou fundos financeiros, como o Fundo de Coesão, para reforçar a incorporação de preocupações ambientais no seio do seu território de intervenção direta.

A União Europeia, tem continuado o incentivo à inclusão da política ambiental nos temas mais recentes. Com a elaboração do *Livro Verde da Futura Política Marítima Europeia*, surgiu a proposta de uma diretiva para a proteção do meio marinho e extensão da Rede Natura 2000 neste meio. A aplicação da *Directiva Quadro da Água*, pelo terceiro pacote de segurança marítima (ERIKA III) e da Política Comum de Pescas, são também programas de política a considerar.

Os esforços desenvolvidos pela UE para a diminuição do impate ambiental das atividades económicas têm sido cada vez mais desenvolvidos e melhorados, no entanto, a interligação do setor do turismo e as atividades ligadas ao mar, no que respeita ao impate ambiental, foi tardiamente equacionado e continua a ser uma tarefa de difícil abordagem, até porque, por um lado, se equacionam os direitos soberanos e de jurisdição sobre o mar e as águas interiores comuns, colocando “em cima da mesa” uma inovadora ordem de apropriação e de uso de “novos territórios”, bem como estes “recursos aquáticos” devem ser olhados numa perspetiva interdisciplinar, constituindo um enorme desafio às estruturas de decisão da UE. Por outro lado, atividades relacionadas com o turismo, como os transportes, restauração, hotelaria e eventos lúdicos diversos, necessitam de recolha de informação específica para que seja possível a aplicação de uma estratégia coerente do ponto de vista da proteção ambiental, e bem estruturada e coerente, para o espaço comum da UE (ENM, 2006).

5.4. O Turismo Sustentável

Tendo em conta a natureza do conceito de desenvolvimento sustentável, torna-se evidente que este abrange todos os setores de atividade económica, sendo um deles o turismo, tendo por isso vindo a gerar preocupações com a noção de turismo sustentável (Cernat e Lucian; Gourdon e Julien, 2012⁸). Mas então, como pensar um turismo sustentável? Nesta perspetiva, o turismo pode ser encarado como instrumento de desenvolvimento social e económico, como um método para melhorar as oportunidades, e não como um fim em si mesmo. Neste sentido, o turismo está integrado em programas de desenvolvimento económico e social e pode ser um meio para proteger o capital natural e o capital social em que a indústria do turismo se constrói. Esta visão liga as culturas ao seu ambiente.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO), a definição de turismo sustentável, assenta no princípio que o desenvolvimento deste setor deve ir de encontro às necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, enquanto, em simultâneo, se deve ter em conta a proteção e o aumento das oportunidades para as gerações futuras. Esta definição aponta para que a manutenção dos recursos seja pensada de maneira que as necessidades económicas e sociais sejam atingidas, mantendo a integridade cultural e a biodiversidade das áreas de atração turística. Deste modo compreende-se que a sustentabilidade tem vindo a ser considerada como um veículo capaz de abordar os impactos negativos causados pelo turismo, e de manter a viabilidade deste conceito a longo prazo (Liu, 2003⁹).

No entanto, existe uma complexidade relacionada com o conceito de turismo sustentável, surgindo questões sobre a sua utilidade, devido à diversidade de problemas conetados com o desenvolvimento rural, ecoturismo, impacto ambiental, heranças culturais e naturais, desenvolvimento urbano, turismo alternativo, parques naturais, vida selvagem, etc. (Cernat e Lucian; Gourdon e Julien, 2012).

É amplamente reconhecida a relevância e o peso do setor turístico na economia global, constituindo mesmo um pilar importante para a economia de muitos países, na medida

⁸Paths to success: Benchmarking cross-country sustainable tourism, Tourism Management Volume 33, Issue 5, October 2012, Pages 1044–1056.

⁹ Sustainable tourism development: a critique, Journal of Sustainable Tourism, 11 (6) (2003), pp. 459–475.

em que se apresenta como um grande contributo para o PIB, gera empregos e cria oportunidades de desenvolvimento, existindo potencial favorável em relação à procura turística.

Todavia, o crescimento e expansão do turismo não aconteceu sem custos, já que a degradação, a má alocação ou destruição dos recursos naturais tem sido acompanhada por uma variedade de consequências negativas sociais, económicas, culturais e políticas, amplamente discutidas na literatura sobre o turismo. Por isso, na ausência de políticas adequadas de planeamento e gestão do turismo, existe uma ameaça permanente de destruição dos recursos sobre os quais o próprio turismo depende (McCool e Moisey, 2008)¹⁰.

Assim, apesar do potencial atribuído ao turismo sustentável, algumas economias não têm sido capazes de conciliar o crescimento da atividade turística com o desenvolvimento sustentável, na medida em que repetidamente se reportam efeitos negativos do turismo para as populações locais, tais como: aumento do preço dos alimentos, problemas de alojamento, problemas no fornecimento de água, etc. Bem como muitas vezes a maioria dos lucros não vão para a comunidade local mas sim para grandes multinacionais que detêm as companhias aéreas e os hotéis (por exemplo).

Os progressos relativamente às políticas para a sustentabilidade ambiental do turismo, têm sido apontados como particularmente decepcionantes. Com efeito, as decisões de negócios de turismo normalmente priorizam as atividades geradoras de lucro ao invés de equacionarem o "custo" de certas atividades como a proteção ambiental. Este contexto evidencia uma lacuna entre diretrizes sobre as políticas de turismo sustentável, o *know-how* cultural e tecnológico, com a implementação de planos e a execução dos projetos turísticos por entidades públicas, junto das atividades de empresas turísticas privadas (Cernat e Lucian; Gourdon e Julien, 2012).

Vários autores apontam para a dificuldade em avaliar o nível de sustentabilidade do turismo, pois apesar do desenvolvimento sustentável ser um dos objetivos contemporâneos da indústria turística em geral, a medição do seu desempenho e impactos é difícil de verificar a curto-prazo.

¹⁰ McCool S., Moisey, R. N. 2008 (eds.). *Tourism, recreation and Sustainability. Linking culture & the environment*. Oxfordshire, UK.

Apesar deste obstáculo, considera-se relevante que cada local construa uma avaliação do nível de sustentabilidade alcançado com o desenvolvimento do turismo. No caso das regiões onde a base do turismo se relaciona com o mar e águas interiores, é particularmente importante uma avaliação prévia tendo em conta as Estratégias europeias, nacionais e locais no âmbito do ordenamento do território e da gestão dos recursos costeiros/ribeirinhos. Esta articulação entre estratégias, planos e programas assegura o aproveitamento sustentável destas áreas, partindo do princípio que além da coordenação entre as várias diretrizes, haja diálogo com os parceiros envolvidos nos projetos a desenvolver. A afirmação que *o nosso futuro está em grande medida no “azul”, apenas sustentável através de um crescimento “verde”* (Queirós, 2013) salienta a importância da junção de políticas marítimas e ambientais no setor marítimo, bem como nas restantes atividades que impliquem alterações no ambiente.

5.5. As políticas e os instrumentos para o mar

Na Europa, a importância do mar tem tido claramente um peso elevado nas atividades económicas, e no desenvolvimento das populações. Graças à sua geografia, existe uma relação privilegiada com os mares e oceanos: a sua orla costeira estende-se por 70 000 quilómetros, entrando em contato com dois oceanos (Atlântico e Ártico) e quatro mares (Báltico, mar do Norte, Mediterrâneo e mar Negro). É de referir que na UE-27 somente 5 países não têm costa marítima. Nas regiões marítimas concentra-se cerca de 40% da população, e gera-se atualmente cerca de 40% do seu PIB (Coelho, 2007)¹¹.

Os novos usos para os oceanos (ou seja, a maior diversidade na exploração dos recursos) trouxeram rendimentos consideráveis, nomeadamente através dos setores da construção naval, do transporte marítimo, dos portos e das pescas. A crescente importância da investigação e inovação acentuou a exploração dos recursos naturais, da aquicultura, da biotecnologia azul, entre outras tecnologias emergentes, revelando estas um enorme potencial em termos económicos. A importância económica das atividades recreativas, lúdicas e culturais é igualmente elevada, fazendo assim do mar, um bem imprescindível no bem-estar geral da população europeia.

A intensidade das interações colocaram o mar como uma mais-valia essencial nas diversas atividades humanas, no entanto, o efeito da intensificação destas atividades gera consequências, tais como conflitos de utilização das riquezas do mar e a deterioração do ambiente marinho (Livro Azul sobre *Uma política marítima integrada para a União Europeia*, Bruxelas, 2007)¹².

A evolução tecnológica permite-nos hoje em dia retirar conhecimento e proveito do meio marinho, no entanto a dependência deste recurso coloca um desafio às políticas europeias sobre as águas interiores, costeiras e o mar, pois a rápida globalização e maior afluência da população ao litoral europeu requer uma estratégia de ação capaz de tirar partido do que é gerado pelas diversas atividades relacionadas com o mar e na sua

¹¹Dicionário dos Termos Europeus: Política Marítima Europeia, Coelho, 2007 (http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu=35&gloss=732)

¹²Livro Azul: *Uma política marítima integrada para a União Europeia*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas, 2007.

interação com as outras águas, da maneira mais sustentável possível. Por isso, a UE tornou-se sensível à necessidade de aprofundar políticas para uma utilização sustentável do ambiente aquático e marinho, pois a relação entre os setores ligados à exploração das águas, quer marítimas quer interiores, constitui um dos maiores desafios à escala local, regional e global.

Assim, dando forma às referidas preocupações, a *Política Marítima Europeia* (PME) é criada através da Comissão Europeia (CE), sendo oficialmente apresentada em Outubro de 2007, com a Presidência portuguesa nesta Comissão. O objetivo primário desta política centra-se na procura de uma resposta ao este desafio que é a utilização responsável das águas. Esta política surge com maior importância no período 2005-2009, tida como uma das prioridades estratégicas da Comissão Europeia. É então em 2005 criada a pasta dos Assuntos Marítimos em conjunto com o *Livro Verde* “Para uma futura Política Marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e mares”. Portugal, juntamente com Espanha e França, apresentou a sua contribuição conjunta a nível europeu, adotando no ano seguinte a *Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar* (EMAM), que, segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2006, esta dá *corpo à necessidade de adoção, por Portugal, de uma política integrada e abrangente na governação de todos os assuntos do mar, alicerçada numa estratégia transversal e multidisciplinar, contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional*.

A proposta da EMAM teve em conta o *Livro Verde* da Futura Política Marítima Europeia, tendo como base uma consulta interna entre as entidades públicas, privadas, agentes económicos, organizações não governamentais, comunidade científica e de peritos em assuntos do mar. Seguindo as diretrizes europeias, a estratégia nacional para o mar enquadra-se com as várias estratégias, políticas e programas nacionais, tais como: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia de Lisboa, o Plano Tecnológico, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira, os planos de ordenamento da orla costeira, o Livro Branco Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI e as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário, o Plano Estratégico Nacional de Turismo, o Programa Nacional de Turismo de Natureza, a Estratégia Nacional para a Energia, o Programa

Nacional de Desporto para Todos e o Plano Estratégico Nacional das Pescas.¹³ Dentro desta listagem, deve ser aplicada uma especial articulação com aqueles que incidam diretamente sobre as zonas costeiras e água adjacentes.

Constata-se assim que tanto a nível europeu como nacional, foi reconhecida a importância de uma estratégia para os assuntos marítimos. Em 2007, durante a presidência portuguesa no Conselho da União Europeia, obtiveram-se avanços na definição de uma Política Marítima Europeia, tendo como base o *Plano de Ação* elaborado pela Comissão Europeia nesse mesmo ano. Dentro das medidas elaboradas durante este período, é importante mencionar a Diretiva-Quadro "Estratégia para o Meio Marinho"¹⁴, visto que esta constitui o pilar ambiental da política do mar. Esta diretiva apresenta uma base de princípios ecológicos pelos quais os Estados membros se devem guiar, com o fim de assegurar o estado dos ecossistemas marinhos e minimizar o impacto das atividades económicas ligadas a este meio.

Como se pode observar no quadro 2, o mar tem vindo a assumir um destaque nas preocupações de política europeia. A Comissão Europeia tem vindo a propor uma política marítima integrada, reconhecendo que todas as questões relacionadas com o mar estão interligadas. Neste contexto, a articulação entre diferentes políticas torna-se evidente nos domínios da investigação, tecnologia e inovação, coordenando estes com o aspecto económico e social (Agenda de Lisboa¹⁵ para o crescimento e emprego) e com o ambiental (Agenda de Gotemburgo¹⁶ para o desenvolvimento sustentável).

¹³Diário da República, 1.ª série—N.º 237—12 de Dezembro de 2006, Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2006.

¹⁴Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho de 2008.

¹⁵A Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego nasce em 2000 a partir de uma resolução do Conselho Europeu, com o objetivo primário de tornar a Europa na sociedade mais competitiva até 2010. Em 2005 o Conselho modificou esta estratégia, focando-a no crescimento e na criação de empregos.

¹⁶A Agenda de Gotemburgo surge na Cimeira de Gotemburgo em 2001, onde foi lançada pelos líderes europeus a primeira estratégia conjunta sobre desenvolvimento sustentável.

Mundo		CEE / UE		Portugal	
		1957	Tratado de Roma		
1958	I Conferência sobre Direito do Mar				
1960	II Conferência sobre Direito do Mar				
1970	Resolução n.º 2749 ONU onde se afirma que os fundos marinhos e oceânicos e subsolo além da jurisdição nacional são património da humanidade				
1973	Início III Conferência sobre Direito do Mar				
1982	Assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNDM)				
		1983	Política Comum de Pescas		
1987	Relatório Brundtland – definição de desenvolvimento sustentável – os oceanos como algo que une uma multiplicidade de sectores				
1992	Cimeira da Terra e Agenda 21				
1994	Entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar				
1996	Lei dos Oceanos Canadiana				
				1997	Ratificação da CNDM
1998	Ano Internacional dos Oceanos			1998	Expo 98
	Relatório Comissão Independente dos Oceanos «Oceanos o nosso futuro»				
	Política australiana dos oceanos				
		2000	Diretiva Quadro da Água		
		2001	Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável		
2002	Cimeira de Joanesburgo	2002	Comunicação «Rumo a uma Estratégia de Protecção do Meio Marinho»		
				2003	Criação da Comissão Estratégica para os Oceanos
				2004	Relatório “O Oceano: um desígnio para o século XXI”
		2005	Estratégia Temática de Protecção do Meio Marinho	2005	Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM)

		2006	Livro Verde sobre a Política Marítima Europeia (PME)	2006	Estratégia Nacional para o Mar
		2007	Livro Azul da PME	2007	Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM)
		2008	Diretiva Quadro Estratégia Marinha		Fórum Permanente para os Assuntos do Mar (FPAM): A voz da sociedade civil
			Roteiro para o ordenamento do espaço marítimo: definição de princípios comuns na UE		
			Dia Europeu do Mar		
				2009	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal (ENGIZC) Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM)
				2011	<i>Simplex</i> Mar
				2013	Estratégia Nacional para o Mar (2013-2020)
					Sessão Oficial de lançamento do Horizonte 2020

Fonte: Baseado em Domingues, 2009

Quadro 2: Quadro comparativo das políticas e ações para o mar

6. *Projeto Rotas do Tejo no Vale do Tejo*

A região de Lisboa e Vale do Tejo compreende as NUTS III da Grande Lisboa, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Oeste e Península de Setúbal, integrando um total de 52 concelhos, com cerca de 3,7 milhões de habitantes (figura 1).

O trabalho proposto pela CCDR LVT, abrange 12 municípios ribeirinhos da Lezíria do Tejo e Médio Tejo, com o objetivo de reafirmar a importância das atividades ligadas ao rio para o desenvolvimento das áreas envolventes, num quadro de fortalecimento da região de Lisboa e Vale do Tejo na política para o mar.

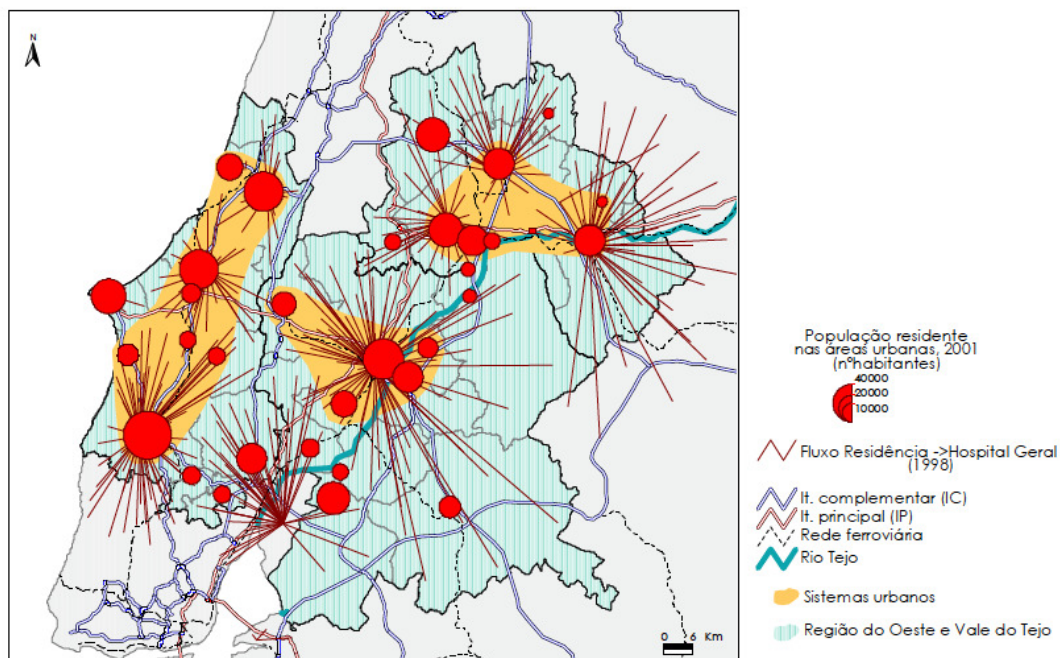
A água sob as suas diferentes formas constitui um recurso estratégico na Região da Lezíria e do Médio Tejo Vale do Tejo. A proximidade ao oceano, os recursos hídricos superficiais e os recursos hídricos subterrâneos, assumem uma dimensão que os colocam ao nível dos recursos fundamentais para a sustentabilidade regional (PROT OVT, 2009). Nesta região a influência do rio Tejo é marcante, havendo séculos de história de desenvolvimento da população nas suas margens e foz. Com efeito, de acordo com o PROT OVT, ao Rio Tejo é o seu principal recurso natural, pelo que a ele se associa um inegável valor do ponto de vista da conservação da natureza, mas também um elevado potencial para o turismo sustentável. Esta é, portanto, uma área com potencialidade para o lazer e recreio, através de atividades ligadas à pesca e/ou aos desportos náuticos.

Salienta-se ainda a particularidade da Lezíria e do Médio Tejo serem NUTS marcadas por uma forte presença de alojamentos clássicos de uso sazonal (13% e 20,8%, respetivamente), o que é explicado, segundo o PROT OVT (2009), através da dinâmica de segundas residências na região, dada a boa acessibilidade e a elevada qualidade ambiental, quer de famílias residentes em Lisboa, quer de emigrantes. Isto significa que existe todo um potencial de aproveitamento de recursos naturais em ambas as NUTS, assumindo o rio Tejo relevância pelo seu potencial cénico, paisagístico e turístico.

Deve referir-se ainda que, numa perspetiva de aproveitamento turístico regional, em ambas as NUTS que possuem municípios ribeirinhos, se demarcam duas grandes centralidades urbanas, com potencialidades de oferta turística complementar ao turismo náutico ribeirinho que a CCDR LVT pretende apoiar. Assim, como se pode observar na

figura 3, e de acordo com o PROT OVT (2009), na Lezíria do Tejo, Santarém assume destaque na rede urbana regional, afirmando a continuidade territorial por núcleos de menor dimensão em direção a Rio Maior, ao Cartaxo e Almeirim. No Médio Tejo, destaca-se o eixo Torres Novas, Tomar e Abrantes que podem associar-se a Ourém, Entroncamento e Alcanena.

O recreio, o lazer e o turismo são encarados pelo PROT OVT como integrados nos valores patrimoniais e paisagísticos como uma oportunidade regional que se procura afirmar como um território de lazer, de turismo cultural e residencial em complementaridade com o maior destino turístico do país, a região metropolitana de Lisboa.



Fonte: PROT OVT, 2009 (RCM 64-A, 2009)

Figura 4: Sistema urbano regional do Oeste e Vale do Tejo

Efetivamente, de acordo com o PROT OVT (eixo estratégico 2), *o turismo e o lazer deverão constituir vertentes estratégicas de um desenvolvimento baseado nos recursos próprios regionais e nas identidades territoriais fortemente marcadas pelas diferenciações históricas, culturais e paisagísticas, devendo contribuir, também, para a minimização de desequilíbrios internos à Região, nomeadamente entre o litoral e o interior, e entre as duas margens do Tejo.*

No passado, em 1998, foi realizado um estudo de referência ara a CCDDR LVT, conhecido como Valtejo, onde se destacou o dinamismo da região (Simões e Vale, 1998). Muito em particular, os Municípios de Abrantes, Constância, Vila Nova da Barquinha, Santarém e Cartaxo, já nessa altura, demonstravam grande capacidade para, individual ou coletivamente, apresentar projetos dinamizadores da economia local, sendo a vertende do turismo e lazer um dos domínios de intervenção¹⁷. O estudo realizado em 1998 refere assim espaços de intervenção, considerando o turismo náutico como uma oportunidade/aposta, nomeadamente nos seguintes “eixos”:

- **Área de Constância/Vila Nova da Barquinha:** *No domínio dos lazeres e turismos náuticos é, do nosso ponto de vista, a área mais interessante e talvez com maiores potencialidades. Embora se possa considerar que existem várias nucleações ou locais estratégicos de intervenção: Constância, Almourol/Tancos/Arrepiado, Barquinha. Trata-se de uma área que deve ser perspectivada de uma forma global e integrada. Uma área que se pode vir a afirmar como um produto de múltiplas procuras e um ex-libris do vale do Tejo.*
- **Área da Barragem do Castelo de Bode:** *A área da Barragem do Castelo de Bode, ainda que existam várias restrições, tem características únicas e constitui um grande potencial para a ancoragem de lazeres e turismos náuticos. As apostas devem orientar-se sobretudo para a criação e valorização de algumas nucleações turísticas, as quais se podem alicerçar em algumas das antigas aldeias existentes.*
- **Sector Santarém/Salvaterra de Magos:** *(...) Os significativos teores de poluição registados são um factor limitativo a maiores apostas no campo dos lazeres e turismos náuticos (mormente no que respeita à criação de praias fluviais).*

¹⁷ Acção Integrada de base territorial VALTEJO – Relatório Final, Janeiro de 2008, p. 10.

- **Área de Alpiarça:** (...) *Acresce que a área ribeirinha do Patacão oferece condições para a sustentação de novos projectos na área dos lazeres e turismos náuticos.*
- **Área de Santarém/Ribeira de Santarém/Caneiras:** *Esta área pode ter três pontos de ancoragem: cidade de Santarém, aglomerado da Ribeira de Santarém e área de Caneiras/Omnias. Caneiras: (...) a especialização gastronómica em “pontos do rio” é uma aposta de alcance estratégico, já que pode alargar as procuras associadas aos lazeres e turismos náuticos. Deverá ser um ponto de apoio nos percursos do Tejo tantos mais que o plano de água é interessante. Área do Vala da Azambuja/Palácio das Obras Novas: É uma área bastante atractiva, mas que carece de várias intervenções de reabilitação do património existente, bem como de apetrechamento ou criação de infra-estruturas e equipamentos de sustentação dos lazeres e turismos náuticos.*¹⁸

O estudo Valtejo (1998) tinha então como o objetivo fundamental para a valorização do Tejo, centrar-se em *criar condições de sustentabilidade e de afirmação do território, como espaço de lazeres e turismos e como espaço de dinâmicas económicas e de bem-estar social*,¹⁹ onde se refere ainda, a necessidade de *criação de redes, de infraestruturas/equipamentos e/ou de serviços, e a necessidade de criação de rotas com vista a uma promoção conjunta do vale do Tejo, não só enquanto produto turístico, mas inclusive como território económico*.²⁰

Este projeto, iniciado em 1998, viria a fazer parte da medida 2.3 do POR LVT 2000-2006, onde se reafirma a necessidade de intervenção nesta área com a colocação deste como *Programa Estratégico e Operacional VALTEJO* neste período de Programação.

¹⁸Valtejo, 1998, p. 76.

¹⁹Valtejo, 1998, p. 66.

²⁰Valtejo, 1998, p. 67.

7. Projetos ribeirinhos, equipamentos e infraestruturas na Lezíria e Médio Tejo

A CCDR LVT, na sua estratégia para o enquadramento do rio Tejo na política regional para o mar, optou por solicitar informação, através de um questionário, junto dos Municípios que tivessem no seu território o rio Tejo. De acordo com os dados recolhidos por parte da CCDR LVT, foram obtidas respostas de 9 dos 12 municípios inquiridos, sendo estes, o Município da Azambuja, Chamusca, Cartaxo, Golegã, Vila Nova da Barquinha, Salvaterra de Magos, Santarém, Benavente e Abrantes.

Com o questionário realizado, recolheram-se dados relativos ao número de projetos apoiados respeitantes à frente ribeirinha do município, no âmbito dos Programas Operacionais Regionais do Alentejo e do Centro, no período 2007-2013; aos locais de apoio náutico existentes e respetivos postos de atracagem das embarcações identificando as coordenadas GPS; às infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade e tipo de alojamento, bem como de estabelecimentos de restauração; e à identificação de locais de interesse e atração turística do município. O quadro 3 e as figuras 5, 6 e 7 ilustram a informação recolhida.

Quadro 3: Contabilização da informação recolhida sobre os municípios

NUTS III / PO Regional 2007-2013	Municípios	Nº Projetos apoiados	Nº locais de apoio náutico	Infraestruturas turísticas	Alojamentos	Restauração	Outros	Locais de interesse
Médio Tejo/ PO Regional do Centro	Abrantes	3	7	S/info.	S/info.	S/info.	S/info.	24
	Vila Nova da Barquinha	10	2	14	2	12	0	13
Lezíria do Tejo/ PO Regional do Alentejo	Azambuja	2	3	13	5	7	1	35
	Chamusca	0	6	19	3	16	0	48
	Cartaxo	1	1	2	1	1	0	9
	Golegã	1	S/info.	20	11	8	1	39
	Salvaterra de Magos	0	3	19	3	16	0	12
	Santarém	Não se aplica	Não se aplica	1	0	1	0	8
	Benavente	1	2	19	7	12	0	22

Fonte: CCDR-LVT, 2012

Em relação ao número de projetos que foram apoiados no âmbito dos Programas Operacionais Regionais, no POR Centro de 2007-2013, Vila Nova da Barquinha é o município com o maior número, dez projetos, seguido por Abrantes com três. No âmbito do POR Alentejo, para o mesmo período, dos municípios da Lezíria do Tejo, a Azambuja apresentou dois projetos, o Cartaxo, Golegã e Benavente tiveram apenas um, sendo que nos restantes municípios não constam projetos aprovados no âmbito desta intervenção (figura 5).

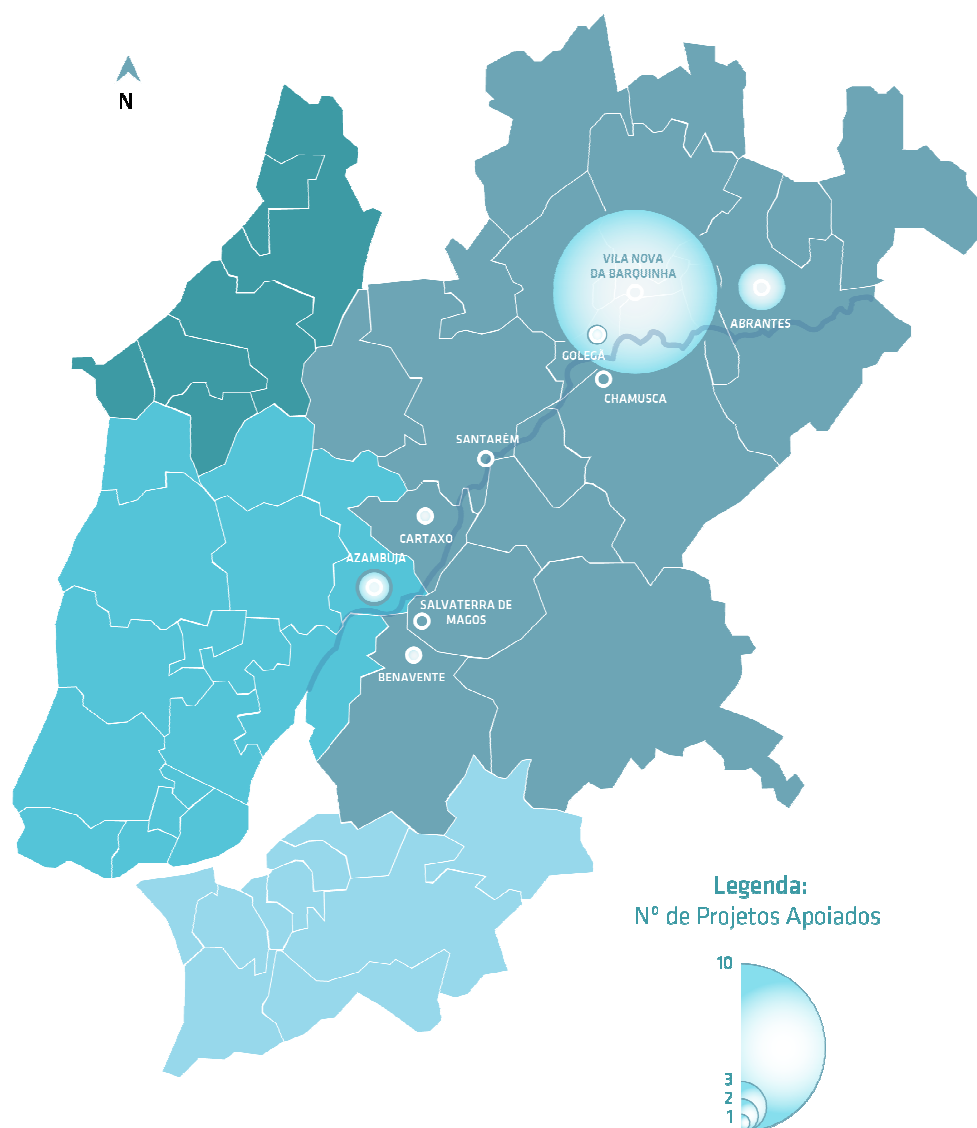


Figura 5: Número de projetos apoiados. PO Regional 2007-2013

Em termos de locais de apoio náutico, é em Abrantes e na Chamusca que se apresentam em maior número (sete e seis respetivamente), seguindo-se a Azambuja e Salvaterra de Magos com três, Vila Nova da Barquinha e Benavente com dois, e o Cartaxo com um. Sobre a Golegã não existe informação e sobre Santarém apresenta-se este domínio como “não aplicável” no município. No quadro 4 e na figura 6 apresenta-se informação mais detalhada sobre os locais de apoio náutico em cada município.

Quadro 4: Locais de apoio náutico existentes e respectivos pontos de atracagem das embarcações

Municípios	Locais de apoio náutico existentes e respectivos pontos de atracagem das embarcações
Azambuja	<ul style="list-style-type: none"> • Cais de atracagem, em madeira, e rampa junto à foz da Vala Real/Estagem das Obras Novas • Cais/pontão praia fluvial (difícil acesso devido a mouchões existentes) • Rampa e pequenos pesqueiros (rudimentares) na Aldeia Avieira "Lezirão"
Chamusca	<ul style="list-style-type: none"> • Locais com pontos de atracagem: Lugar de Arrepiado (Porto civil e Porto militar) • Locais de interesse sem ponto de atracagem: Lugar de Pinheiro Grande (Arrezima e Dique) • Lugar: Vila da Chamusca (Porto do Carvão, Porto das Mulheres e Porto da Cortiça)
Cartaxo	<ul style="list-style-type: none"> • Fluvina Valada/Cartaxo
Golegã	Sem informação
Vila Nova da Barquinha	<ul style="list-style-type: none"> • Cais de Tancos; • Cais de Almourol (junto ao Castelo)
Salvaterra de Magos	<ul style="list-style-type: none"> • Cais da Vala - Clube Náutico: Embarcações à vela, 38 postos de amarração, fundeadouro/ancoradouro/embarcadouro, passadiço flutuante, terraplino ou estaleiro, cais de acostagem, cais de amarração, passeio marítimo • Aldeia Avieira do Escaroupim: Embarcações de recreio, cais de acostagem, cais de amarração, passeio marítimo • Foros de Salvaterra: Barragem de Magos
Santarém	Não se aplica
Benavente	<ul style="list-style-type: none"> • "Vala Nova" (EN118) e Rio Tejo - Porto alto: pontos de apoio náutico e respectivos pontos de atracagem, como zona navegável
Abrantes	<p>Rio Tejo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquapólis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Margem Norte: rampa de acesso ao rio e um cais de atracagem • Aquapólis - Margem Sul (Fonte dos Touros): Local de acesso ao rio para a prática de desportos náuticos. Existe escola de canoagem • Estação de Canoagem de Alvega • Cais da Barca, Tramagal • Cais de Rio de Moinhos

	<p>Rio Zêzere:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Praia Fluvial de Aldeia do Mato • Ancoradouro Vale Manso (Martinchel, Albufeira de Castelo de Bode) - Ancoradouro flutuante com 12 lugares, privado mas aluga espaço para embarcações
--	--

Fonte: CCDR-LVT, 2012

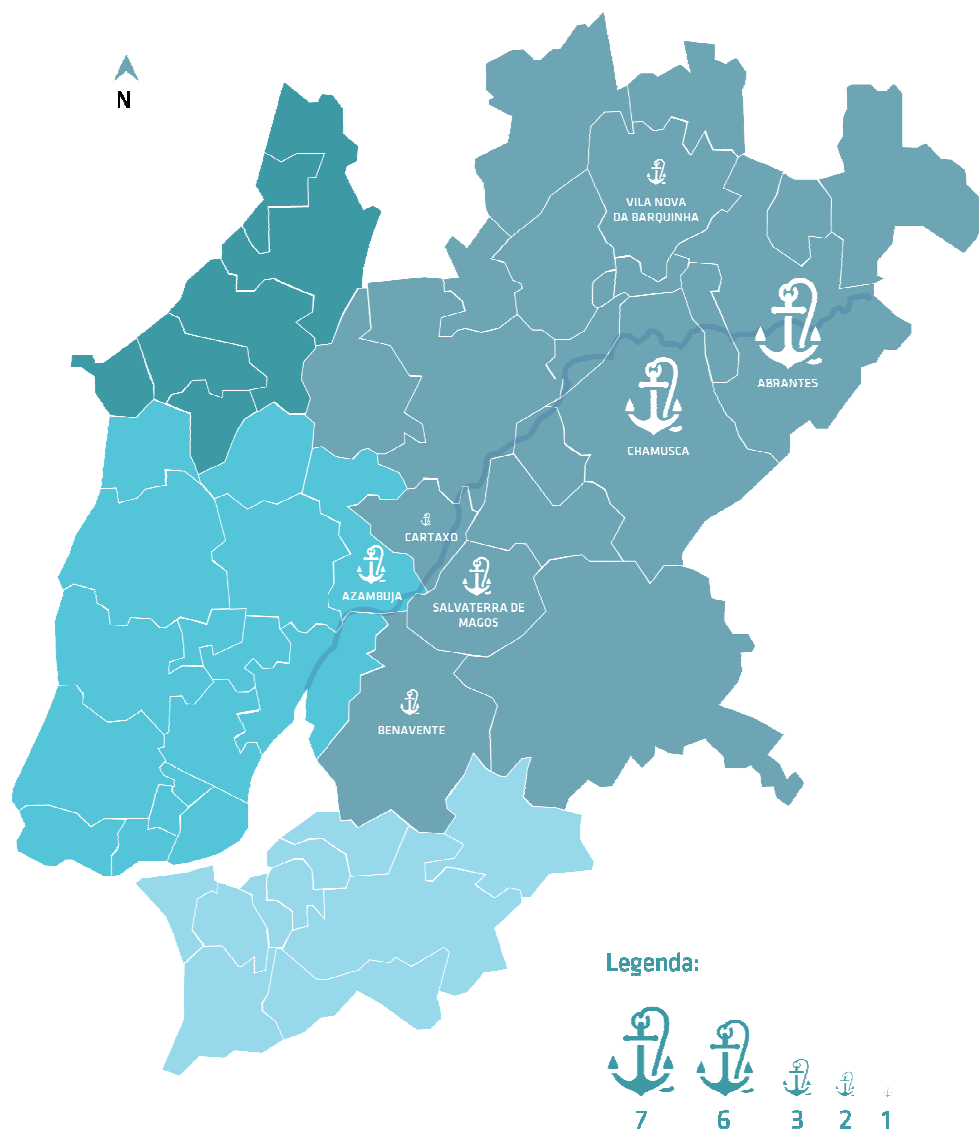


Figura 6: Número de locais de apoio náutico

O levantamento de informação sobre as infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas dos municípios, coloca a Golegã em primeiro lugar, com 20 locais, que incluem alojamento, turismo de habitação e restauração. Segue-se Salvaterra de Magos, com 19 locais ribeirinhos que apresentam infraestruturas turísticas, sendo estas maioritariamente inseridas na categoria “restaurantes”. Com igual número de infraestruturas turísticas, apresentam-se a Chamusca e Benavente onde estas também se dividem entre estabelecimentos de restauração e unidades hoteleiras. Depois, com um número significativo de infraestruturas, são os municípios de Vila Nova da Barquinha e Azambuja, onde foram contabilizados 14 para o primeiro (maioritariamente restauração) e 13 para o segundo município (5 alojamentos, 7 restaurantes e 1 agência de viagens).

O Cartaxo apresenta alojamento no âmbito do turismo em espaço rural, na Quinta da Marchanta e um restaurante. Sobre o município de Santarém, só consta informação de um restaurante, e de Abrantes não consta qualquer informação.

O conhecimento respeitante à identificação de locais de interesse e atração turística do município, identifica Chamusca como o município com mais locais (48) que podem ser agrupados por “área de interesse”, que englobam: artes e cultura; artesanato; espaços verdes; igrejas; miradouros; património; e a zona ribeirinha (com percursos pedestres e espaços de lazer), ilustrados na figura 7.

A Golegã apresenta 39 locais de interesse com espaços naturais, espaços verdes de recreio e lazer, um monumento nacional (Igreja Matriz da Golegã), imóveis de interesse público, património religioso e património cultural, muitos destes estando incluídos na Freguesia de Azinhaga.

O município da Azambuja identifica 35 locais de interesse localizando-se, a maioria deles, na freguesia da Azambuja, com especial relevância para o turismo fluvial com uma rota existente: a Rota dos Mouchões (passeio fluvial em barco Varino no rio Tejo). Existem vários locais no conjunto das freguesias deste município que incluem várias Igrejas/Conventos, monumentos e imóveis de interesse público, quintas, praia fluvial e eventos culturais/gastronómicos.

O município de Abrantes destaca-se pelo seu património natural, nomeadamente a Albufeira de Castelo de Bode, onde é possível o uso do local como espaço de lazer incluindo a prática de desportos náuticos (vela, remo, canoagem, caiaques, windsurf, pesca, natação e navegação). Abrantes, como cidade histórica, contém um leque variado de monumentos nacionais (como Igrejas, Conventos, Capelas e Castelo/Fortaleza, entre outros imóveis de interesse público) assim como vários espaços verdes, jardins e miradouros, tendo especial relevância, o Parque Urbano e Ribeirinho (Aquapólis), pois como polo de atração turística e cultural, oferece condições para a realização de atividades desportivas e de lazer. A construção deste parque resulta da reabilitação das duas margens do Tejo, junto à encosta sul da cidade, assente na criação de um espelho de água graças a um açude insuflável, detentor de tecnologia de ponta Japonesa, que permite a passagem das espécies piscícolas existentes. É também constituído por zonas pedonais, parque de merendas, parque infantil, bares, esplanadas, espaços de lazer e animação cultural, um estabelecimento de restauração e uma estação de serviço para autocaravanas. Em relação às infraestruturas desportivas, existe um polidesportivo e um parque equipado com aparelhos e um circuito para promoção do exercício físico, incluindo zonas pedonais e ciclovias à beira-rio. Na margem sul, encontra-se um anfiteatro com cobertura extensiva para a realização de eventos, um miradouro virtual e o testemunho de uma antiga ponte de Barcas. Outro local relevante é a Praia Fluvial de Aldeia do Mato, sendo esta descrita como um local ideal para desportos náuticos, tais como: vela, remo, canoagem, passeios de gaivota e caiaques, windsurf, pesca, natação e navegação, passeios de barco e jangada (figura 7). Outras atividades possíveis incluem a realização de percursos pedestres, BTT e orientação.

O município de Benavente identifica 22 locais demarcados como de interesse e atrativos próprios que incluem igrejas/capelas, fontes, edifícios históricos e espaços culturais (bibliotecas e centro cultural de Samora Correia). Sobre atividades ao ar livre, é referida a Reserva Natural do Estuário do Tejo e a Companhia das Lezírias (em Samora Correia), ambas apresentando condições favoráveis para o contato com a natureza e diversas espécies. Como complemento das atrações turísticas, deteta-se a existência de três empreendimentos de golfe na freguesia de Santo Estêvão.

Vila Nova da Barquinha faz um levantamento de 13 locais de interesse, entre eles, o Castelo de Almourol, Parque de Escultura Contemporânea de Almourol, Igrejas, Museu Etnográfico e o Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo. Nas atividades de lazer e desporto, neste município encontra-se um Centro Náutico, um Clube Náutico, uma escola de mergulho (TEMPLAR) e o Pára Clube Nacional “Os Boinas Verdes” que, para além do paraquedismo, inclui balonismo, equitação e mergulho. Existe também o *Diver Almourol* com a oferta de atividades como canoagem, BTT, paintball, arborismo, rappel, slide, caça ao tesouro, escalada, orientação, insufláveis, kartcross e 4x4.

Salvaterra de Magos expõe locais de interesse históricos como a Falcoaria Real, Capela do Antigo Paço Real, Igrejas, Espaço Cultural do Celeiro da Vala Real, Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Cais da Vala, Cais da Vala onde existem embarcações tradicionais, entre outros locais de importância histórica.

O levantamento sobre o município do Cartaxo identifica 9 locais como igrejas, a Antiga Central Eléctrica, quintas e museus, sendo de maior importância o Museu Rural e do Vinho e o Complexo da Quinta das Pratas.

Santarém destaca-se pelo seu centro histórico com jardins e miradouros, um Complexo Aquático, e pelo concelho existem locais de observação de pegadas de dinossauros (Vale de Meios), um Centro de Interpretação Subterrânea - Gruta do Algar do Pena, o Castelo de Alcanede, a Quinta da Ribeirinha, a Quinta de Vale de Lobos e o Convento de Almoester.

Não existe informação para o município de Abrantes sobre as infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município (unidades hoteleiras, capacidade de alojamento, restauração), pelo que seria importante obter esta informação visto que este município apresenta um grande potencial turístico ribeirinho.

Concluída esta exposição sobre a informação mais relevante que foi recolhida, foi então possível pensar e delinear ações possíveis para cada município ribeirinho, de acordo com as infraestruturas já existentes e potencialidades presentes graças às particularidades de cada local.

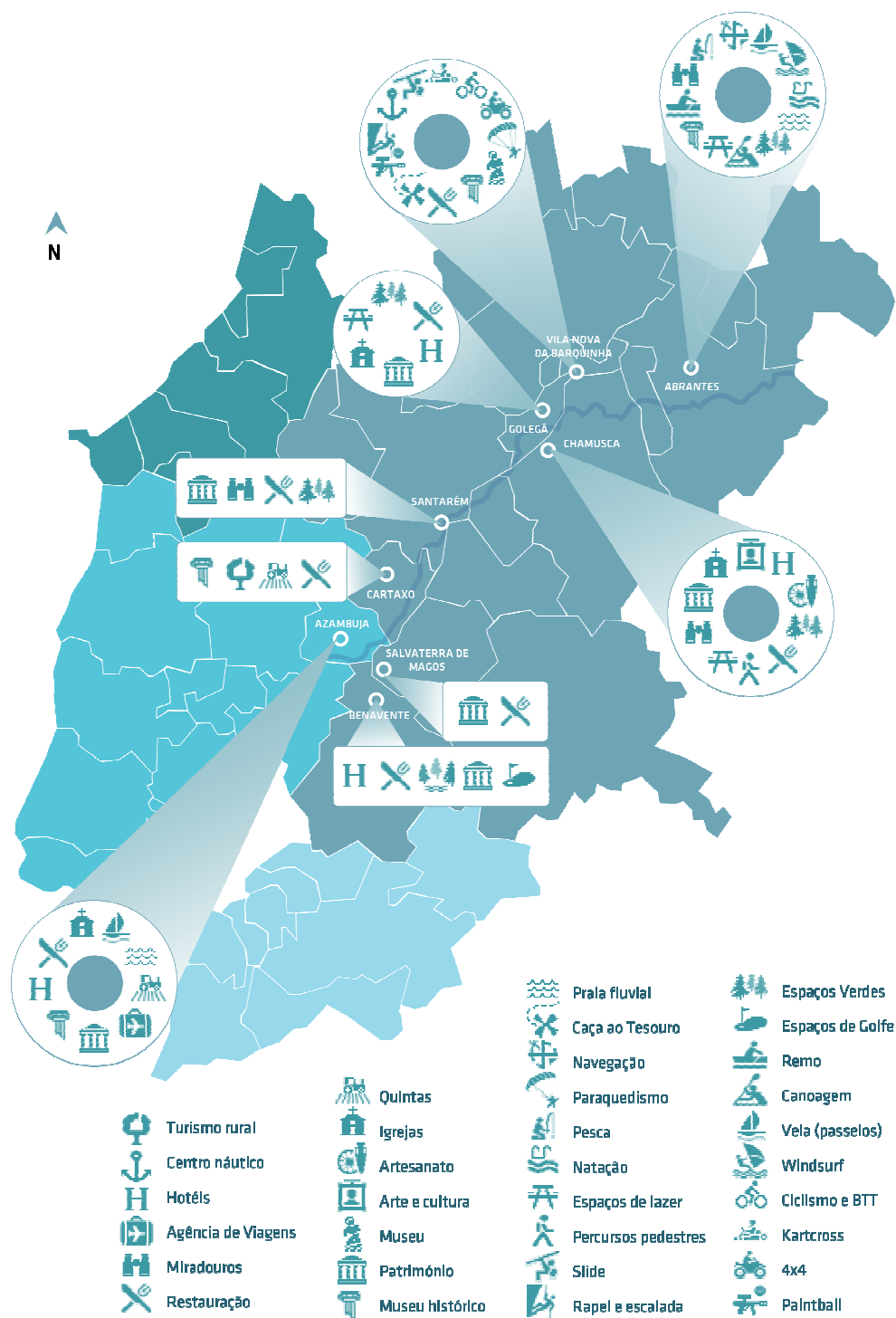


Figura 7: Infraestruturas e equipamentos dos municípios

8. Propostas de linhas de atuação e ações a desenvolver

Perante a análise da informação recolhida e de acordo com os estudos já efetuados sobre o tema da náutica de recreio em Portugal, tem-se em conta que existem vários desafios e oportunidades, bem como ameaças ao desenvolvimento deste setor em território nacional. A análise SWOT, realizada pelo Grupo de Trabalho da Náutica de Recreio, ilustra integralmente os pontos fortes e fracos, bem como as oportunidades e ameaças da náutica em Portugal. No quadro 5 apresentam-se alguns dos pontos referidos no relatório “Náutica de recreio em Portugal” (2012).

Quadro 5: Pontos fortes e fracos da náutica de recreio em Portugal

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Contribui para o reforço de uma cultura marítima nacional	Falta de postos de acostagem flutuantes e em seco face a uma procura potencial que se pretende incentivar
Características de alguns pontos específicos da costa portuguesa (condições climáticas e paisagísticas favoráveis) para prática da Náutica de Recreio	Elevado custo, face às capacidades financeiras do cidadão nacional, dos produtos da Náutica de Recreio, incluindo postos de acostagem flutuantes e a seco, em parte devido ao regime fiscal desajustado
A Náutica de Recreio promove a criação de emprego diferenciado	Legislação complexa ou inadequada, em domínios conexos com a Náutica de Recreio, em que se inclui a problemática do Domínio Público Hídrico
A Náutica de Recreio reforça a componente cívica para uma maior sensibilização da qualidade ambiental da orla costeira	Insuficiente preocupação ambiental e de proteção da natureza, em especial do meio marinho
	Inexistência de sistematização da informação sobre a Náutica de Recreio

Fonte: Relatório “Náutica de Recreio em Portugal”, Grupo de Trabalho da Náutica de Recreio do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, 2012

A análise SWOT referente aos pontos fortes e pontos fracos da náutica de recreio em Portugal, demonstra primeiramente que existe um número superior de pontos fracos. Apesar de não ser uma diferença considerável, a lista dos pontos fracos apresenta vários entraves ao desenvolvimento deste setor. A falta de infraestruturas e de condições de navegabilidade são fatores que têm um peso negativo elevado, juntando-se à complexidade e desajuste em termos de legislação, o que impede encontrar soluções simples para os problemas expostos, de uma forma eficaz.

Os pontos fortes mencionados no quadro 5 são, sem dúvida, atributos que surgem das características geográficas nacionais, que permitem a expansão da prática da náutica com resultados positivos, quer no setor quer na criação de novas oportunidades de investimento, investigação e emprego no âmbito marinho e ribeirinho. No entanto, estas possibilidades encontram obstáculos a ultrapassar para que haja um aproveitamento positivo e uma mudança favorável no mercado da náutica, contrapondo a estagnação evidenciada nos últimos anos.

No quadro 6, onde são evidenciados as ameaças e oportunidades, apresenta-se uma multiplicidade de oportunidades que a náutica pode vir a trazer para a economia nacional que, se forem aproveitadas, poderão minimizar as ameaças. Com os devidos incentivos e com o conhecimento do contributo positivo que esta área pode oferecer, existe a capacidade de forçar mudanças legislativas e amenizar o processo burocrático para que os investidores nacionais e internacionais apostem na realização de projetos pioneiros e inovadores. Para que estes constrangimentos sejam ultrapassados é portanto essencial uma estratégia interna que permita o desenvolvimento inteligente neste âmbito.

Segundo as metas delineadas no *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (PENT), a náutica faz parte dos objetivos estratégicos nacionais. De acordo com as novas metas para 2013-2015, a náutica é incluída como um produto válido no *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de Abril, um dos objetivos para o PENT centra-se no desenvolvimento do turismo náutico (incluindo a náutica de recreio e o surf), qualificando as infraestruturas como meio de resposta à procura crescente nesta área. O objetivo principal do PENT relativamente a esta área, segundo o despacho acima referido, centra-se em *desenvolver o turismo náutico nos segmentos da náutica de recreio e do*

surfing, qualificando as infraestruturas para responder a uma procura crescente e dinamizando as atividades conexas.

Quadro 6: Oportunidades e ameaças da náutica de recreio em Portugal

Desafios e Oportunidades	Ameaças, riscos e constrangimentos
Atração de nautas estrangeiros originando a consequente entrada de divisas	Excesso de burocracia nas certificações e nos licenciamentos de embarcações de recreio e marítimo-turísticas e de atividades conexas
Criar destinos e produtos turísticos e investir num «branding» adequado	Fragmentação de competências
Potencial de reconversão de algumas infraestruturas portuárias subaproveitadas, em especial associadas aos sectores da pesca profissional e comércio	Falta de uma entidade que fomenta e divulga as atividades associadas à Náutica de Recreio
Valorização sociocultural de comunidades piscatórias visitáveis através da Náutica de Recreio	Preconceitos sobre a Náutica de Recreio, como atividade apenas para ricos
Rever, integrar e simplificar a legislação relativa à Náutica de Recreio e às marítimo-turísticas	Legislação, taxas e obrigações de controlo da atividade, desajustados ao contexto internacional
Promoção de pequenas e médias unidades industriais e comerciais, nos domínios da construção naval, turismo especializado e serviços	
Incentivo para que existam agentes económicos que prestem serviços de aluguer de embarcações, credenciadas de «passaporte» de qualidade	
Contributo para um desenvolvimento sustentável no âmbito da Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC)	

Fonte: Relatório “Náutica de Recreio em Portugal”, Grupo de Trabalho da Náutica de Recreio do Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, 2012

Aquele documento sublinha ainda a estagnação do turismo náutico, sobretudo da náutica de recreio, que *registou um crescimento anual de 0,5% nos últimos 5 anos, valor inferior aos 9% verificados entre 2000 e 2005, estimando-se um crescimento futuro de 3% a 4% ao ano.*

A Administração Central está ciente do estado atual deste setor, indo de encontro às conclusões dos estudos realizados sobre esta área. Existe a noção que em termos de concorrência, os mercados da Alemanha, Escandinávia, Reino Unido, Holanda, França, Rússia, Itália e Áustria, representam 84% do mercado europeu emissor de turismo náutico. Segundo o Grupo de Trabalho da náutica de Recreio, os principais destinos considerados como concorrência direta são a Espanha, França, Reino Unido e Irlanda, estimulando Portugal a apostar em fatores competitivos singulares que este produto oferece a nível nacional, tais como:

- i) Linha de costa com especial interesse, em função da diversidade e valor natural, paisagístico e cultural;*
- ii) Marinas e portos de recreio de qualidade, em particular no Algarve;*
- iii) 800 Km de costa no continente e diversas ilhas capazes de garantir condições de surf 365 dias;*
- iv) Ericeira, enquanto 2.^a reserva mundial de surf;*
- v) Peniche, palco de um dos mais importantes eventos de surf do mundo;*
- v) Nazaré, com record mundial de ondas grandes (tow-in);*
- vi) Figueira da Foz com a onda (direita) mais comprida do continente europeu;*
- vii) O Guincho, com excelente conjunto de vento e ondas para a prática do kitesurf;*
- viii) A baía de Cascais e a de Lagos, com uns dos melhores campos de regata do mundo;*
- ix) Condições naturais para a prática de mergulho nos Açores.*

O referido Grupo de Trabalho alerta para as disfuncionalidades que as frentes ribeirinhas apresentam nas relações com o tecido urbano, o que faz delas áreas para a oportunidade de requalificação e renovação urbanas, em franjas de território com características únicas. Nesta perspetiva, a regeneração das frentes ribeirinhas permite atrair múltiplas atividades – desportivas, culturais, de contemplação da natureza, entre muitas outras naturalmente compagináveis com a náutica de recreio.

Tendo em conta o potencial da náutica de recreio e as suas fragilidades em contexto nacional, as propostas elaboradas no âmbito do estágio vão de encontro à informação específica do caso de estudo, sendo esta respeitante aos municípios do Vale do Tejo anteriormente identificados, abrangidos pelo rio.

Ao estruturar e analisar a informação fornecida pelas Câmaras Municipais, em conjunto com as leituras e análises efetuadas, tornou-se possível formular projetos e propostas de ações a implementar, com o objectivo principal de valorizar os recursos naturais locais, nomeadamente o Rio Tejo, criando condições para que os municípios ribeirinhos se afirmem como espaços de lazer e turismo ao nível local e na região Metropolitana de Lisboa. Entendeu-se assim, que a criação de rotas teria uma importância elevada na promoção da região do Vale do Tejo, no entanto, a estratégia proposta foi seletiva na medida em que foram propostas ações e projetos para os locais que à partida apresentam maiores potencialidades de valorização.

Seguida a análise de toda a informação recolhida foram então propostas iniciativas em três “eixos territoriais para intervenção”:

- 1- Abrantes/Vila Nova da Barquinha/Chamusca/Golegã.
- 2- Santarém/Cartaxo.
- 3- Azambuja/Salvaterra de Magos/Benavente.

A escolha destes três eixos de intervenção justificou-se pela sua proximidade geográfica, conjugando as principais aglomerações urbanas (Abrantes/Santarém/Azambuja) com as suas freguesias envolventes. Tendo em conta as potencialidades de cada local, assumiu-se que, em conjunto, serão capazes de gerar ações integradas e inovadoras, assim como projetos interessantes para o seu desenvolvimento. É importante uma visão integrada de todo o espaço de intervenção, no entanto houve a preocupação de considerar que cada lugar apresenta especificidades que devem ser aproveitadas de uma forma sustentável.

Antes de mais é condição prévia, definir ações localizadas para o desassoreamento e despoluição do rio, tendo em conta a preservação dos ecossistemas e o melhoramento do atravessamento do Tejo, fundamental para uma maior mobilidade de transporte para as populações e para passeios entre os locais ribeirinhos.

Em termos de turismo as ações propostas apontam para uma maior aposta no turismo cultural, ao divulgar o património histórico e as tradições, e no turismo rural, de natureza e aventura, que inclua passeios pedestres e de bicicleta pelos locais rurais, colocando nas rotas paragens em lugares típicos da região.

Eixo 1: Abrantes/Vila Nova da Barquinha/Chamusca/Golegã

A primeira área apresentada é a que apresenta melhores condições para o desenvolvimento de atividades ribeirinhas. Abrantes apresenta-se como um polo em que existem já várias atividades ligadas ao rio, muito em resultado do Aquapólis que impulsionou a utilização recreativa do rio. Devem-se incluir assim ações de cooperação entre as freguesias vizinhas, criando um roteiro que aproveite o potencial de cada local; os locais de apoio náutico (cais, pontos de atracagem); as infraestruturas turísticas; e os locais de interesse.

Propõe-se assim um roteiro que venha a apostar na navegabilidade do rio, com paragens nos locais de apoio náutico disponíveis:

- Abrantes: Aquapólis, Cais da Barca (Tramagal), Cais de Rio de Moinhos;
- Vila Nova da Barquinha: Cais de Tancos e Cais de Almourol;
- Chamusca: Lugar do Arrepiado, Porto do Carvão, Porto das Mulheres e Porto da Cortiça.

É importante apostar em ações que aproveitem as particularidades de cada local e as suas infraestruturas existentes, registando-se assim a complementaridade dos pontos fortes. O vasto património histórico e cultural existente oferece potencial para tornar esta área mais atrativa com a criação de rotas inovadoras, fazendo uso dos locais de apoio náutico e serviços de apoio turístico, como por exemplo:

- Partida de barco num dos locais e chegada a outro ponto, seguido por passeios pedestres, de bicicleta ou a cavalo pelos locais históricos e outros de interesse relacionados com as tradições regionais;
- Refeições e animação dentro dos barcos;
- Passeios náuticos temáticos (observação da paisagem, natureza e espécies);

- Refeições em restaurantes ribeirinhos com uma gastronomia típica, com opção de menus *low-cost* ou *buffets* com preço fixo para grupos;
- Envolvimento da população com a criação de feiras artesanais nas zonas ribeirinhas que coincidam com as épocas de maior fluxo turístico.

Abrantes e Vila Nova da Barquinha apresentam uma boa oferta na área dos desportos náuticos, pesca, natação e navegação, havendo um grande potencial para a realização de eventos desportivos ligados ao rio. Com esta capacidade de atração seria estimulante a construção de uma rota que ligasse as diversas atividades ribeirinhas com visitas ao património histórico e natural, aproveitando ao máximo os lugares de interesse como o Castelo/Fortaleza de Abrantes, o Castelo de Almourol (Vila Nova da Barquinha), os espaços naturais da Golegã e o seu património religioso e cultural, e a vasta oferta do município da Chamusca na área das artes e cultura, espaços verdes e património.

Naturalmente que estas rotas devem estar sustentadas na profissionalização dos serviços associados, bem como na sua estreita interligação com a náutica de recreio no rio, sendo que a afirmação regional e nacional das rotas passa pela realização de eventos interligados com os produtos turísticos locais, como já o fazem Abrantes e Vila Nova da Barquinha.

Eixo 2: Santarém/Cartaxo

Apesar da informação disponibilizada sobre o município de Santarém ser reduzida, sabe-se que esta cidade, pelo seu património arquitetónico e cultural, é colocada como um polo de afirmação com capacidade de atração turística, pelo que ao criar-se um roteiro, este município irá destacar-se pela sua riqueza histórica.

No Cartaxo existe a informação que no âmbito do POR Alentejo de 2007-2013 foi aprovado um projeto no Eixo 4 (Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural) para uma intervenção na área fluvial de Valada, porém por razões de conjuntura financeira este projeto não avançou. Seria assim relevante que se retomasse este projeto, visto que ao existir um local de apoio náutico, existem também oportunidades para um investimento que venha a valorizar as atividades ribeirinhas.

Propõe-se para este eixo, em concordância com as suas características:

- A criação de um roteiro histórico e rural, com visitas aos locais históricos de Santarém e às quintas no Cartaxo;
- Criação de um pequeno cais de acostagem na zona da Valada (Cartaxo) ou em Santarém, articulado com um complexo de restauração/café/bar;
- Apoio a atividades ribeirinhas nos dois municípios, tais como: criação de uma semana dedicada aos desportos náuticos, oferta de cursos que possibilitem a aprendizagem de alguns desportos náuticos, e criação de caminhos ribeirinhos feitos por pequenas embarcações.

Eixo 3: Azambuja/Salvaterra de Magos/Benavente

Este terceiro grupo tem grandes potencialidades para o desenvolvimento de atividades náuticas, existindo locais de apoio nos três municípios. Azambuja oferece a Rota dos Mouchões com passeio fluvial em barco Varino pelo Rio Tejo, Salvaterra de Magos tem um Clube Náutico que oferece atividades como canoagem e embarcações de recreio à vela e em Benavente existem duas zonas navegáveis: Vala Nova e Porto Alto.

Propõe-se para este eixo:

- Um roteiro temático incidindo no tema das aldeias piscatórias, para que haja um maior envolvimento das freguesias nestas ações e uma aprendizagem dos visitantes sobre os modos de vida locais;
- Reconstrução e recuperação de embarcações tradicionais (contribuindo assim para a recuperação de técnicas tradicionais) e promoção de regatas para que sejam possíveis circuitos turísticos pelo rio em embarcações históricas;
- Recuperação da memória dos antigos portos fluviais e sua dinâmica económica, através da promoção de exposições fotográficas, e de gravuras e pinturas locais, etc., que mostrem as atividades tradicionais e o envolvimento que a população outrora teve nestas relações com o rio.

Para que se consiga uma maior atratividade nos roteiros para estes locais é importante que se reforce a oferta de serviços, infraestruturas e equipamentos, para que seja possível aos turistas a possibilidade de escolherem entre vários serviços de aluguer (barcos, bicicletas, cavalos, etc.).

Estes roteiros propostos poderiam ser incluídos numa “grande Rota” a partir de Lisboa, navegando pelo Tejo com paragens nos portos acima referidos que têm capacidade para tal, com estadia, refeições e passeios pelos locais de interesse, havendo a possibilidade de escolher um ou mais roteiros. Esta rota ganharia maior atratividade com pequenos roteiros temáticos em que seja apresentado aos turistas diversidade de opções consoante as preferências.

Numa visão geral, que inclua os municípios com capacidade para tal, propõe-se uma aposta em embarcações de pequeno porte, que possam ser alugadas para duas pessoas ou por pequenos grupos, que incluía um *pack* com:

- Parcerias com alguns restaurantes que ofereçam menus variados com a gastronomia local a um preço acessível;
- Visitas a locais de interesse como monumentos/património histórico, museus, quintas e a espaços verdes que ofereçam atividades ao ar livre (teatro, jogos, música, etc.)

Ainda de acordo com as propostas de rotas e roteiros apresentadas, acrescentam-se ainda as seguintes iniciativas:

- Elaboração de uma brochura para distribuir aos turistas e visitantes na sua chegada a Lisboa e a outros locais com postos turísticos na região de Lisboa e Vale do Tejo, que contenha informação sobre as possíveis rotas, locais de interesse e atividades náuticas; estas brochuras poderão incluir pacotes especiais para grupos ou vales de desconto em certos estabelecimentos da região;
- Criação de uma aplicação para *smartphones* (iPhone e Android) que mostrem a localização dos locais próprios para passeios/desportos náuticos, as unidades hoteleiras e restaurantes próximos, e os locais turísticos de interesse; esta aplicação marcando a localização via GPS do utilizador, mostrando ainda os preços, e as parcerias existentes (com estabelecimentos hoteleiros, restaurantes,

bares, castelos, museus, quintas, eventos culturais edesportivos, etc.) que ofereçam diversos descontos aos utilizadores da aplicação.

Com estas propostas salienta-se que quanto maior for o envolvimento e cooperação de vários sectores (turismo, desporto, cultura, etc.), maior será o benefício para as atividades relacionadas com a náutica de recreio. Ao valorizar o turismo náutico associado ao rio Tejo, aposta-se simultaneamente no desenvolvimento socioeconómico das respetivas zonas ribeirinhas e centros urbanos regionais.

As rotas propostas assentam em embarcações tradicionais recuperadas, modos de transporte complementares por terra “amigos do ambiente” e em atividades de lazer “não intrusivas”, procurando desenvolver modalidades de turismo integrado no ambiente natural e cultural, logo assentes em projetos de desenvolvimento sustentável. Ao reaver percursos e modos de vida tradicionais, recupera-se a memória de um povo e estimula-se todo um potencial social local, ao mesmo tempo promove-se a economia local, através da criação de emprego e da captação de investimentos em torno da náutica de recreio. Salienta-se ainda que, *é importante criar condições para o desenvolvimento do turismo, aplicando políticas de qualificação do território que hoje não se limitam à simples conservação de recursos patrimoniais ou à apresentação de um ambiente limpo e agradável, mas implicam um envolvimento mais activo de composição da oferta de actividades e atracções. Estas medidas não devem criar conflitos com as populações locais nem desviar investimentos para resolução das suas necessidades básicas.* (Barata Salgueiro, T., 2001)²¹

Iniciativas deste tipo estão em consonância com os planos territoriais e setoriais de desenvolvimento para a região, podem ser estudadas, compreendidas e adaptadas, tendo em consideração as potencialidades locais e o contexto e social de outras áreas onde poderão vir a ser aplicadas.

²¹CCDRLVT (2001). Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. *Ligar a Europa e o Atlântico: competitividade e solidariedade*, pp. 90-91

9. Identificação de fontes de financiamento

Para que sejam concretizadas as ações e projetos propostos é essencial encontrar possíveis fontes de financiamento e recursos necessários, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região. Nesta fase, seria viável uma diminuição da despesa pública, apostando em investimentos privados e na aplicação dos fundos europeus apropriados, bem como nos que já se encontram integrados nos Planos Operacionais.

Propõe-se um levantamento das entidades e atores envolvidos nos projetos realizados no âmbito do *Valtejo*, que fez parte da Medida 2.3 do Programa Operacional Regional (2000-2006), podendo assim listar todos os potenciais interessados em participar em novos projetos de valorização da região, tais como:

- Câmaras Municipais;
- Comunidades Intermunicipais da Lezíria e Médio Tejo;
- Regiões de turismo;
- Associações de desenvolvimento local;
- Institutos públicos dos sectores de turismo, ambiente e desenvolvimento regional;
- Empresas privadas nacionais e estrangeiras.

O envolvimento de mais entidades especializadas ao nível nacional poderá ser fundamental para uma melhor coordenação das iniciativas. De acordo com a *Estratégia Nacional para o Mar* (2013-2020) as equipas técnicas distribuem-se entre as seguintes entidades²²:

Ministério da Economia e do Emprego (MEE):

- Turismo de Portugal (TP);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT);

Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT):

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação;

²²http://www.dgpm.gov.pt/Documents/19_Fichas_P_OutrosUsos_Nautica_VF.pdf

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Docapesca;
- Comissões Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);

Ministério da Educação e Ciência (MEC);

Ministério da Solidariedade e da Solidariedade Social (MSSS);

Presidência do Conselho de Ministros (PCM);

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ);
- Municípios;

Governo Regional dos Açores (GRA);

Governo Regional da Madeira (GRM);

Outras entidades:

- Instituições de ensino públicas e privadas;
- Instituições e empresas de desportos náuticos;
- Federações e associações de apoio aos desportos náuticos;
- Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEM);
- OCEANO XXI;
- Aporvela;
- Intercéltica;
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos.

Os fundos europeus constituem um pilar para o desenvolvimento territorial, económico e social. Os instrumentos financeiros do Quadro Estratégico Comum (QEC) constituídos pelos Fundos Estruturais – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pesca (FEAMP) – apresentam uma nova estrutura para o período de 2014-2020.

Com esta nova estrutura, grande parte dos projetos serão capazes de cumprir os seus objetivos graças a estes apoios, não desvalorizando o trabalho das comunidades locais e associações, que são essenciais na aplicação e cofinanciamento destes instrumentos. A cooperação entre diversos atores e instituições é essencial para que os investimentos possam gerar os efeitos desejados nas áreas abordadas. Dos fundos europeus disponíveis, os seguintes apresentam-se como aplicáveis em ações e projetos de carácter turístico, náutico e de desenvolvimento regional:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER): fazendo parte da Política de Coesão, o objectivo principal deste fundo centra-se no combate às disparidades entre as regiões europeias, financiando ações que desenvolvam a economia regional. Com a *Estratégia para 2020* os recursos irão para a eficiência energética e energias renováveis, inovação e apoio às PMEs²³.
- Fundo Social Europeu (FSE): o FSE pretende continuar a melhorar as oportunidades de educação e emprego, combatendo a exclusão social e a pobreza. Atualmente os desempregados (principalmente os jovens e os de longo-termo) requerem uma maior atenção. Este fundo marca uma oportunidade para desenvolver as regiões mais afectadas pelo desemprego, apoiando a formação e qualificação nas áreas que apresentam um maior potencial para o desenvolvimento da região.
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER): este instrumento nasce de uma das reformas da Política Agrícola Comum (PAC) com o intuito de simplificar a implementação das políticas agrícolas e de

²³http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/erdf/erdf_summary_en.pdf

desenvolvimento rural. O financiamento proveniente deste fundo pretende aumentar a competitividade do setor agrícola e florestal; melhorar as condições ambientais do meio rural; e aumentar a qualidade de vida e o desenvolvimento económico destas áreas.

- Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e a Pesca (FEAMP): este fundo, para a política marítima e das pescas, tem como objetivo principal auxiliar os pescadores e as comunidades costeiras com o financiamento de projetos que venham a diversificar a economia deste setor. Com a possibilidade de cofinanciamento por parte deste fundo, as autoridades nacionais ganham uma maior capacidade para executar projetos que diversifiquem a economia marítima.
- Fundo de Coesão: este instrumento dá apoio às regiões menos desenvolvidas ou a locais com maior necessidade de apoio. Financia ações nos seguintes domínios: Redes transeuropeias de transportes, nomeadamente os projetos prioritários de interesse europeu definidos pela União Europeia; Ambiente, podendo também intervir em projetos ligados à energia ou aos transportes, desde que apresentem vantagens manifestas para o ambiente: eficiência energética, recurso às energias renováveis, desenvolvimento dos transportes ferroviários, apoio à intermodalidade, reforço dos transportes públicos, etc.

Todos estes fundos se inserem na política estrutural para o período de 2014-2020 em que os seus objetivos vão de acordo com a Estratégia Europa 2020. Foi decidido que para este novo período de programação financeira, as políticas de coesão, de desenvolvimento rural, e do mar e das pescas assumem um papel essencial para o cumprimento dos objectivos propostos até 2020²⁴. Estas políticas têm vindo a ganhar importância para o desenvolvimento das regiões, sendo a partir de agora oportuno apostar em projetos dentro destes domínios para que possam vir a ser financiados e monitorizados pelos organismos competentes.

²⁴http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/summaries/general/general_summary_en.pdf

Outros apoios provenientes da União Europeia poderão ser explorados no âmbito de projetos inovadores que tenham em conta a aplicação de “ações verdes”, com o desenvolvimento de práticas ecológicas nas atividades turísticas relacionadas com o mar e recursos hídricos interiores. A Comissão Europeia encontra-se a trabalhar sobre novas normas para reduzir a poluição dos combustíveis navais, expostas no documento intitulado “*Ambiente: Novas normas reduzem a poluição dos combustíveis navais e vão melhorar a saúde pública*” de 2012, onde se lê:

*“Como alternativa a combustíveis com baixo teor de enxofre, pode optar-se por equipar os navios com métodos equivalentes de observância das normas, como sistemas de depuração dos gases de escape, ou com máquinas a GPL. Os instrumentos de que a UE dispõe para financiar os transportes, como os programas Marco Polo e das redes transeuropeias de transportes, bem como o Banco Europeu de Investimento (BEI), apoiam financeiramente projetos de cariz ecológico no domínio naval. Por outro lado, a Comissão tomou iniciativas destinadas a incentivar a utilização do GPL naval nos navios. Continuará também, juntamente com o setor e os Estados-Membros, a pôr em prática medidas de médio e longo prazo de fomento de tecnologias navais ecológicas e de combustíveis alternativos, assim como de incentivo ao desenvolvimento de infraestruturas de transporte ecológicas, no contexto da Caixa de Ferramentas para o Transporte Aquático Sustentável.”*²⁵

Esta alternativa de financiamento poderá impulsionar projetos distintos e interessantes para o desenvolvimento sustentável da região, podendo vir a atrair entidades privadas com recursos neste âmbito e simultaneamente, turistas que manifestem interesse em práticas inovadoras e amigas do ambiente.

A União Europeia apresenta um vasto leque de programas e fundos, que sendo explorados e aproveitados pelas entidades, associações e cidadãos, podem vir a concretizar os objetivos pretendidos. É evidente que existem diversos recursos preparados para apoiar ações no âmbito das zonas ribeirinhas e costeiras que, em conjunto com ações que impulsionem o desenvolvimento regional e local, apresentem-se como um pilar fundamental quando se pretende impulsionar o desenvolvimento local e regional.

²⁵<http://ulisses.sibul.ul.pt/cde/docs/2012/NL112012NoticiasCombustiveisNavais.pdf>

Ao serem identificadas as necessidades e o potencial das áreas será possível aplicar medidas que potenciem o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, envolvendo a população, as entidades locais e os parceiros (nacionais e internacionais). Em suma, é com uma cooperação entre vários atores que o investimento proveniente de fundos nacionais e europeus atinge a capacidade de gerar frutos, mostrando que os locais podem ser rentáveis se forem aplicadas ações bem estruturadas, aproveitando assim ao máximo os apoios disponíveis.

10. Conclusão

Ao elaborar o presente relatório, a perceção que existe um “mar de oportunidades” no âmbito do aproveitamento das zonas costeiras e ribeirinhas nacionais em complementaridade com as estratégias definidas para o mar, ficou bem presente. Existem muitos documentos direcionados para as atividades marítimas e ribeirinhas que merecem atenção, bem como os planos e propostas de entidades experientes nessas áreas. A leitura de documentos sobre o tema abriu caminho para uma melhor compreensão da evolução das atividades ligadas ao mar e rio, dando especial atenção à situação atual, em particular da náutica de recreio integrando valores ambientais, tema central do trabalho proposto. Evidenciou-se que o reconhecimento do potencial das atividades marítimas e ribeirinhas em Portugal tem vindo a aumentar, estando construída um conjunto de propostas como suporte essencial para ações neste âmbito e dando assim cumprimento aos objetivos deste estágio.

Ao trabalhar sobre os dados específicos de alguns municípios ribeirinhos da Região do Vale do Tejo compreendeu-se que apesar dos esforços para a requalificação destas áreas nas últimas décadas, ainda existem vários desafios e obstáculos a ultrapassar. O subaproveitamento das condições únicas da região do Médio Tejo e da Lezíria em relação a atividades como a náutica tem de ser ultrapassado, pois cada entrave ao seu desenvolvimento acaba sendo um impedimento ao crescimento económico. Uma estratégia regional/local de turismo náutico com respeito pelos valores ambientais, aproveitando algumas propostas e ações elaboradas neste relatório, poderá servir de incentivo a projetos mais amplos, de cariz turístico.

As conclusões principais a retirar deste relatório sobre o trabalho proposto pela CCDD LVT resumem-se nos seguintes pontos:

- 1) Os municípios estudados demonstram um vasto leque cultural e natural, que deve ser aproveitado, complementando as ações no âmbito ribeirinho;
- 2) Existem já vários projetos apoiados por fundos europeus, direcionados às frentes ribeirinhas, denotando experiência adquirida em projetos anteriores, havendo assim a possibilidade da continuação de intervenções nestas zonas;
- 3) Os municípios com mais locais de apoio náutico (como por exemplo, Abrantes) que usufruíram de um melhoramento das condições na zona ribeirinha, tornam o local mais atrativo. A modernização e divulgação dos locais ribeirinhos deve ser

uniforme para que se torne possível a criação de um roteiro atrativo a partir do rio, para as suas margens, colocando os municípios envolvidos com um nível similar de atratividade;

- 4) A análise do caso do subsector da náutica de recreio, no âmbito das atividades marítimas, permite concluir que muito pode ser feito sem que para tal tenha que se recorrer a investimentos avultados. Foi identificado um conjunto de medidas, de carácter essencialmente administrativo, que podem ser assumidas pelas entidades oficiais que tutelam o setor, com grande impacto no desenvolvimento da atividade e sem custos acrescidos para o contribuinte, criando condições de contexto mais favoráveis para o investimento privado.

Como foi referido, a cooperação entre diversos atores e instituições é essencial para um desenvolvimento inteligente e sustentável dos locais, trazendo assim iniciativas e ideias inovadoras, que podem surgir baseadas em exemplos de sucesso, demonstrando que é possível atingir os objectivos pretendidos, mesmo com os obstáculos existentes.

Incentivar os autarcas e a população local a aderir a projetos deste tipo, bem como delinear um plano para a Lezíria e o Médio Tejo, no âmbito da náutica de recreio com capacidade de angariar investidores, responde ao apelo do Relatório *Blue Growth: o que se pede, para o presente e não apenas para o futuro, sistematicamente adiado, é que o país passe a ser pensado como país marítimo que naturalmente é, e que o potencial que o mar encerra seja libertado em benefício da economia portuguesa* (Relatório *Blue Growth for Portugal*, COTEC, 2012).

Existindo o conhecimento ligado ao mar, divulgado quer em relatórios, leis e planos, e ao se frisar a importância do desenvolvimento dos setores ligados ao mar e ao rio, será possível ultrapassar a descrença ou o desinteresse sobre as atividades ligadas a estes recursos naturais e encontrar para eles novos usos e valores. O lazer e o turismo são provavelmente as atividades que apresentam capacidade para aproveitar rapidamente o potencial que reside no recurso Tejo, e as competências a ele ligadas que sempre existiram nas suas margens, criando mais-valias locais e promovendo o estabelecimento de complementaridades entre o turismo da capital e o da região metropolitana, demonstrando que apostar no aproveitamento dos recursos naturais pode ser uma solução, principalmente perante o cenário de crise económica atual.

Em suma, o presente relatório resume o trabalho de estágio desenvolvido a partir da proposta da CCDR LVT. Esta entidade forneceu uma parte da informação a nível local, e a partir dela procurou-se mostrar que o conhecimento contido nos documentos consultados pode resultar em projetos concretos de desenvolvimento local. As Rotas do Tejo oferecem ideias e traduzem propostas, naturalmente a serem desenvolvidas, que mostram que o desenvolvimento local em tempos de crise pode ser sustentável, a partir dos recursos naturais e humanos disponíveis, desde que assente em modalidades turísticas ecológicas e sustentáveis.

Na Lezíria e no Médio Tejo, o impulso da náutica de recreio e o turismo associado aos recursos naturais, numa lógica integrada e de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, pode conduzir a benefícios sociais e económicos: receitas turísticas, expansão de negócios, revitalização de técnicas e saberes tradicionais ligados à reparação de embarcações de pesca, fortalecimento da atuação das Autarquias locais no apoio aos projetos, aos investidores e à revitalização das frentes ribeirinhas e, consequentemente, o reforço da rede urbana e da competitividade local e regional. Este tipo de benefícios está em concordância com as propostas do Grupo de Trabalho da náutica de recreio e tem condições para promover a coesão social, económica e territorial.

11. Balanço de competências e conhecimentos adquiridos

A realização de estágio na CCDR LVT deu primeiramente a oportunidade de ganhar experiência de trabalho num órgão estatal, onde obtive o conhecimento das tarefas que se realizam diariamente sobre os dados recolhidos localmente, aplicando esta informação às diretrizes europeias no âmbito da preparação dos programas comunitários. O contato com os atores locais e a análise de cada município veio a trazer um melhor entendimento sobre a forma como se aplicam as medidas de desenvolvimento local e regional, bem como a aquisição de capacidades para elaborar as tarefas propostas.

A base de dados efetuada com o dados adquiridos e recolhidos aperfeiçoou as competências organizacionais melhorando assim o trabalho efetuado, facilitando a interligação da análise com o contexto nacional e europeu.

Como balanço geral dos quatro meses de estágio concluo que esta experiência foi enriquecedora, na medida em que foi possível colocar os conhecimentos adquiridos durante o percurso académico em prática, bem como uma abertura para a realidade das funções que são possíveis de desempenhar nesta área, abrindo caminho para o futuro profissional, que espero alcançar assim que surgir uma nova oportunidade de entrar em contato os meus interesses dentro das Políticas Europeias.

12. Bibliografia consultada

CCDR LVT (2000). *Acção Integrada VALTEJO*, 1º Documento de trabalho, CCRLVT, Fevereiro de 2000.

CCDR LVT (2001). *Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. Ligar a Europa e o Atlântico: competitividade e solidariedade*. CCDR LVT, Lisboa.

CCDR LVT (2007). *Lisboa 2020, Uma Estratégia de Lisboa para a Região de Lisboa*. CCDR LVT, Outubro de 2007, Lisboa.

CCDR LVT (2007). *Lisboa e Vale do Tejo 1998-2007, Mudança e Desenvolvimento*. CCDR LVT, Dezembro de 2007, Lisboa.

CCDR LVT (2009). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)*.

CCDR LVT (2012). *Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013*, FEDER, Julho de 2012 (http://www.qren.pt/np4/file/3148/POLisboa_Novo_texto_2012.pdf).

CCDR LVT (2013). *Turismo e Lazer na Região de Lisboa*, Lisboa 2020 Estratégia Nacional. CCDR LVT, Lisboa.

CCRLVT (1998). *Rotas do Tejo: Passado, Presente e Futuro*. CCDR LVT, Lisboa.

CCRLVT (1995). *Navegando no Tejo*. CCDR LVT, Lisboa.

CCRLVT (1998). *VALTEJO – Estudo de Valorização do Tejo*. Relatório final / José Manuel Simões, Mário Vale. CCDR LVT, Lisboa.

CCRLVT (2000). *Acção Integrada VALTEJO – Programa Estratégico e Operacional*, Setembro de 2000. CCDR LVT, Lisboa.

CCRLVT (2002). *Acção Integrada de Base Territorial VALTEJO*, Documento apresentado na IV Reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, Junho de 2002. CCDR LVT, Lisboa.

Comissão Europeia (1995). *5º Relatório ‘Em direcção a um desenvolvimento sustentável’*. [COM/95/0624 FINAL].

Comissão Europeia (2006). *Livro Verde da Comissão: Para uma futura política marítima da União: uma visão europeia para os oceanos e dos mares*. [COM(2006) 275 final - Não publicado no Jornal Oficial].

Comissão Europeia (2007). *Livro Azul sobre Uma política marítima integrada para a União Europeia*, Bruxelas, 2007.

Comissão Europeia (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa à revisão da aplicação da Directiva 1999/32/CE no que respeita ao teor de enxofre de determinados combustíveis líquidos e a novas reduções das emissões poluentes do transporte marítimo*, Bruxelas, 15.7.2011. [COM(2011) 441 final].

Comissão Europeia (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões ‘Desenvolver um Estratégia Marítima para a Região Atlântica’*. [COM (2011) 782 final].

Comissão Europeia (2011). *Relatório sobre a Estratégia da UE para a Região Atlântica no quadro da Política de Coesão* [2011/2310 (INI)]. Relator: Alain Cadec. (<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2012-0222+0+DOC+XML+V0//PT>).

Comissão Europeia (2012). *Blue Growth: opportunities for marine and maritime sustainable growth*. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions, Bruxelas, 13 de Setembro de 2012. (http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/blue_growth/documents/com_2012_494_en.pdf).

Comissão Europeia (2012). *Progress of the EU’s Integrated Maritime Policy* - Luxemburgo, 2012, 11p.

Comissão Europeia (2012). *Templates no âmbito do Fórum Atlântico enviados pela DGPM à Comissão Europeia* (versão final de 24/10/2012).

Comissão Europeia (2013). *Fórum Atlântico – DGMARE*. (http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins/atlantic_ocean/atlanticforum/index_pt.htm).

Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM) (2007). Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2007, *Diário da República, 1.ª série—N.º 50—12 de Março de 2007*.

COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação (2012). Relatório *Blue Growth for Portugal – Uma visão empresarial da Economia do Mar* – COTEC, Novembro 2012.

Direção-Geral de Política do Mar (2013). *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 – Adenda P -Outros Usos e Atividades / Recreio, Desporto e Turismo*(http://www.dgpm.gov.pt/Documents/19_Fichas_P_OutrosUsos_Nautica_VF.pdf).

Direção-Geral do Território (2007). *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território* (PNPOT). Lei n.º58/2007, de 4 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º80-A/2007, de 7 de Setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de Novembro.

Domingues, P. (2009). *Projeto de tese sobre Políticas Marítimas Europeias* (não entregue).

Fórum Permanente para os Assuntos do Mar (2012). *Náutica de Recreio em Portugal – Um pilar de desenvolvimento local e da economia do mar – Propostas de actuação e Planos de Acção*. Relatório do Grupo de Trabalho da Náutica de Recreio, Fórum Permanente para os Assuntos do Mar, EPUL, 2012.

Gourdon, J. (2012). Paths to success: Benchmarking cross-country sustainable tourism. *Tourism Management*. Vol.33, Issue 5, October 2012, 1044–1056.

- Governo de Portugal (2013). *Estratégia Nacional para o Mar – 2013-2020*.
- Hughes G. (1995). The cultural construction of sustainable tourism. *Tourism Management*, Vol. 16, No. 1, pp. 49-59, 1995.
- McCool S., Moisey R.N. (2008). *Tourism, recreation and Sustainability. Linking culture & the environment*. Oxfordshire, UK.
- Mota I. A., Pinto M., Vasconcellos e Sá J., Marques V.S., Ribeiro J.F. (2005). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2005-2015)*.
- Nações Unidas (1987). *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development (WCED).
- Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2007). *Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego*, (PNACE 2005-2008).
- Queirós M. (1996). *Ética no uso do solo. Princípios de política e planeamento*. Finisterra, XXXI, 62, 1996, pp.149-157.
- Queirós M. (2001). *O Desafio Ambiental, as Políticas e a Participação dos Actores*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 474p. (polic.)
- Queirós M. (2002). *O ambiente nas políticas públicas de Portugal*. Finisterra, XXXVII, 73, 2002, pp. 33-59.
- Queirós M. (2003). Questões para uma agenda contemporânea do desenvolvimento sustentável. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. Porto, I Série, ISSN: 0871-1666, Vol. XIX: 331–343.
- Queirós M. (2011). Ordenamento do Espaço e Actividades Marítimas no Contexto dos Instrumentos de Gestão Territorial: oportunidades e ameaças. *Atas do XIII Curso de Verão da Ericeira O Mar Que Nos Une. Reflexões sobre o Mar no Futuro de Portugal*, ICEA, Auditório da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira, 18 de Junho.

Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda./Associação Comercial de Lisboa (SaeR/ACL) (2009). *Estudo do Hypercluster da Economia do Mar: Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. - Lisboa, 17 de Fevereiro de 2009.

Tepelus, C.M., Córdoba, R.C. (2003). Recognition schemes in tourism—from ‘eco’ to ‘sustainability’? *Journal of Cleaner Production*. 13 (2005) 135–140.

União Europeia (2013). *Atlantic area transnational cooperation programme: Projects with a maritime dimension, Investing in our common future*. FEDER.

Vale, M., Simões, J.M. (1998). *VALTEJO – Estudo de Valorização do Tejo*. CCDR LVT, Lisboa, 143 p.

Vale, M., Simões, J.M. (2000). *Valorizar a fruir o Tejo: uma aposta estratégica da região de Lisboa e Vale do Tejo – Balanço 1970-2000*.

Zhenhua Liu (2003). Sustainable Tourism Development: A Critique. *Journal of Sustainable Tourism*, 11:6, 459-475.

Sites consultados:

Assuntos Marítimos, Comissão Europeia (2013) - http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/index_pt.htm [acedido a 3 de Janeiro de 2013]

Coelho, 2007. Dicionário dos Termos Europeus: Política Marítima Europeia, (2013) - http://www.carloscoelho.eu/saber_mais/ver_dicionario.asp?submenu=35&gloss=732 [acedido a 19 de Abril de 2013]

Comissão Europeia: Assuntos Marítimos, Política Marítima Integrada (2013) - http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/index_pt.htm [acedido a 5 de Janeiro de 2013]

Direção-Geral de Política do Mar (2013) - <http://www.dgpm.gov.pt/Pages/default.aspx> [acedido a 1 de Março de 2013]

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (2013) -
<http://www.dgpm.gov.pt/Pages/default.aspx> [acedido a 1 de Março de 2013]

Estratégia Atlântica (Grupo Trabalho da Comissão do Arco Atlântico) (2013) -
<http://www.arcatlantique.org/index.php?act=1,3,2,11> [acedido a 11 de Fevereiro de 2013]

Estratégias para as bacias marítimas - Oceano Atlântico (2013) -
http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins/atlantic_ocean/index_pt.htm
[acedido a 18 de Fevereiro de 2013]

Fórum Atlântico (2013) - <https://webgate.ec.europa.eu/maritimeforum/category/555>
[acedido a 11 de Março de 2013]

Fórum Permanente para os Assuntos do Mar (2013) -
<http://www.maroceano.pt/politica-maritima-europeia> [acedido a 11 de Março de 2013]

Cluster do Mar: O Mar como novo designio nacional (2013) -
<http://www.clusterdomar.com/> [acedido a 14 de Janeiro de 2013]

13. Anexos

ANEXO 1 - INFORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DA LEZÍRIA E MÉDIO TEJO

Município de Azambuja	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	<p>1 - Projeto recuperação da Praia Fluvial do Tejo.</p> <p>2 - Recuperação e reabilitação da aldeia avieira, Lezirão e zona envolvente (Proveve)</p>
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	<p>1 - Cais de atracagem, em madeira, e rampa junto à foz da Vala Real/ Estagem das Obras Nova . Coordenadas GPS PALÁCIO – VALA REAL Latitude: 39° 2'10.19"N - Longitude: 8°52'22.15"W</p> <p>2 - Cais / pontão praia fluvial (difícil acesso devido a mouchões existentes) - Coordenada GPS PRAIA FLUVIAL - Latitude: 39° 1'58.91"N Longitude: 8°50'6.77"W</p> <p>3 - Rampa e pequenos pesqueiros (rudimentares) na Aldeia Avieira "Lezirão" - Coordenadas GPS: LEZIRÃO Latitude: 39° 2'44.64"N - Longitude: 8°48'47.83"W</p>
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>Alojamento Azambuja- Ouro Negro: n.º Quartos:39 (camas individual 81 + camas casal7); Residencial "Flor da Primavera"APT: n.º quartos: 8 (camas individuais:10 + camas casal: 3) ; Residencial Flor da Primavera: 12 Quartos (camas individuais: 19+ camas casal:3); Residencial Jorge da Música (fica em Casais britos - azambuja): n.º quartos5 (camas individuais10); Residencial Jacinto: n.ºQuartos5 (Camas individuais2 + casal) .</p> <p>Restauração Azambuja - Rest. Redes ao Mar ; Passobloble ; Os Sabores; Espaço Real; Valverde; Mercearia do Peixe</p> <p>Agencia viagem Azambuja: Almeida Viagem</p> <p>Restauração Aveiras de Baixo: O Retiro do Convento (virtudes)</p>
Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Freguesia de Azambuja: Esteiro e Vala Real , Praia Fluvial , Aldeia Avieira " Lezirão";Turismo fluvial e de natureza : Rota dos Mouchões (passeio fluvial em barco Varino, no Rio Tejo). Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque, Igreja Matriz Santa Maria de Azambuja (imovel de interesse público), Igreja e edificio da Misericórdia da Azambuja (imovel interesse público), Pateo Valverde, Núcleo Central de Azambuja; Quinta Vale de Fornos (privado - enoturismo); Quinta do alqueidão (Batismo Voo - privado), Eventos: Feira de Maio.</p> <p>Freguesia de Vila Nova da Rainha: Igreja de Sta Marta .</p> <p>Freguesia de Aveiras de Baixo: Convento Sta Maria das Virtudes (classificado interesse Municipal), Palácio dos Condes de Aveiras (privado-imovel interesse público); Quinta do Pilar (privado-turismo equestre); Mata Nacional das Virtudes, Evento: Feira Medieval das Virtudes.</p> <p>Freguesia de Vale do Paraíso: Centro de Interpretação Colombo, Igreja Nª Sra. do Paraíso; Evento gastronómico: Paraísabor.</p> <p>Freguesia de Aveiras de Cima: Centro Cultural/biblioteca Escola Grandella; Aveiras de Cima - Vila Museu do Vinho (enoturismo); Evento: Ávinho - Festa do Vinho e das Adegas.</p> <p>Freguesia de Alcoentre: Igreja "Velha, Igreja Matriz, Palácio Conselheiro Arouca (biblioteca).</p> <p>Freguesia de Manique do Intendente: Igreja/Palacio Pina Manique (imovel interesse publico), Praça dos Imperadores; Quinta da Lapa (enoturismo; Alojamento) Ponto de Fuga (eventos);</p> <p>Freguesia de Vila Nova de São Pedro: Castro Vila Nova de São Pedro (monumento nacional);</p> <p>Freguesia de Maçussa: Moinho; local de interesse ao nível dos produtos locais: Queijo Maçussa, pão, ervas aromáticas, Percurso Pedestres "terras de Pão" - PR1AZB.</p>

Município da Chamusca	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	Não existe
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	<p>Locais com pontos de atracagem: Lugar de Arripiado: Porto Civil- 39º 27'25.49"N; 8º 23'50.41"W e Porto Militar - 39º 27'23.50"N; 8º 23'54.02"W</p> <p>Locais de interesse sem ponto de atracagem: Lugar de Pinheiro Grande: Arrezima - 39°23'17.70"N; 8°27'15.59"W e Dique- 39°23'38.34"N; 8°27'3.52"W</p> <p>Lugar: Vila da Chamusca: Porto do Carvão - 39°22'0.79"N; 8°28'42.17"W, Porto da Mulheres - 39°21'36.34"N; 8°29'28.68"W e Porto da Cortiça - 39°22'12.40"N; 8°28'25.12"W</p>
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>Unidades Hoteleiras: Geraltura unipessoal- Quinta Arneiro de Cima (Chamusca)- Alojamento Local- 14 camas; Casa das Hortenses (Chamusca)- Turismo de habitação- 10 camas; Sebastião Verga- Turismo Rural (Carregueira) - 14 camas.</p> <p>Estabelecimentos de Restauração: Lugar de Arripiado: O Retiro; O Moinante - Lugar de Carregueira: O carcavelo - Lugar de Pinheiro Grande: a Paragem da Ponte; A Taberna da Rita; Flor do Ribatejo; Bar da Bola do Grupo Desportivo - Lugar de Chamusca: O Poiso do Besoiro; O Pachi, Restaurante Bombeiros Voluntários; Uma Questão de Gosto; Café Central; O Corticeiro; O areal; O Vital; Pizaria Castelo</p>
Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Artes e Cultura: Biblioteca Municipal - Ruy Gomes da Silva Um novo espaço de cultura e lazer no seio da comunidade chamusquense Posto de Turismo No Posto de Turismo encontra toda a informação do concelho da Chamusca Teatro de Bolso na Chamusca Espaço de dinamização cultural vocacionado a pequenas produções teatrais Coreto da Chamusca Um espaço de animação e tradição cultural na Vila da Chamusca Cine-Teatro da Misericórdia da Chamusca Um renovado espaço de promoção de diversas atividades</p> <p>Artesanato: Chamusca - A Vila da Chamusca apresenta uma grande riqueza em termos culturais Artesanato em cortiça no Chouto Uma tradição natural de um povo cheio de arte e engenho Charneca e Campina Carregueira - Famosa pelos seus laranjais... Tem junto à sua Mãe d'Água um agradável espaço de lazer... Chouto - Capital da Charneca, onde se realiza a tradicional e centenária Feira de S. Pedro. Na sua imensa área de freguesia é frequente verem-se manadas de gado bravo pastando... Parreira - Freguesia jovem, tem na floresta a sua principal riqueza. Oferece óptimas condições para o repouso e prática de actividades em plena Natureza, com destaque para a caça. Pinheiro Grande - Situando-se a nordeste da vila de Chamusca a uma distância de 4 km aproximadamente. Ulme - Vila gémea da Chamusca, antiga sede de concelho, conserva ainda a Casa da Forca, onde estava instalada a Câmara e se fazia justiça. Ao longo da sua Ribeira, funcionaram até há bem pouco tempo dezenas de moinhos... Vale de Cavalos - Abundantes vestígios romanos provam a antiguidade da presença humana neste lugar entre a Charneca e a Campina. Merece destaque a Igreja de Nossa Srª dos Remédios</p> <p>Espaços Verdes: Jardim das Piscinas - Chamusca Um amplo espaço verde de grande beleza e utilidade urbana... Jardim do Largo João de Deus - Chamusca Um dos mais emblemáticos espaços verdes da Vila Parque Municipal - Chamusca Zona privilegiada de animação e lazer, com amplos espaços verdes Jardim Joaquim Maria Cabeça - Chamusca Um renovado espaço de lazer e utilidade pública Porto das Mulheres - Chamusca Um renovado espaço de lazer e utilidade pública... Dique da Senhora das Dores - Chamusca Um local ao ar livre onde pode usufruir de equipamentos informais lúdico-desportivos Circuito de Manutenção - Pinheiro Grande Um local ao ar livre onde pode usufruir de equipamentos informais lúdico-desportivos</p> <p>Igrejas: Ermida do Senhor do Bonfim Antigo local de romagem de toda esta região à mais 250 anos... Ermida Nossa Senhora do Pranto Ornamentada com azulejos dos Séc. XVII e XVIII e talha dourada do Séc. XVIII Igreja da Misericórdia Templo do século XVII. Possui talha dourada e azulejos do século XVIII Igreja de Nª Srª da Piedade e Sete Dores Um monumento religioso erigido em meados do século XVIII Igreja de S. Pedro Construção do séc. XVII... Possui mármore trabalhado estilo Renascença Italiana... Igreja Matriz (S. Brás) Igreja Paroquial de S. Brás, conserva ainda o pórtico Manuelino do séc. XVI...</p>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Miradouros: Miradouro do Almourol Miradouro de N. Sra. do Pranto Miradouro do Senhor do Bonfim Miradouro de S. Francisco Miradouro da Chã D. Bento</p> <p>Património Fontes, Fontenários e Chafarizes Municipais: Espaços públicos com um historial secular na Vila da Chamusca Piscinas Municipais: Um espaço de actividades lúdicas e desportivas no Concelho da Chamusca Clube Agrícola da Chamusca: Antigo Grémio Agrícola, com estatutos aprovados em 24 de Novembro de 1900 Edifício dos Paços do Concelho: Edifício onde está sediada a Câmara Municipal de Chamusca Edifício S. Francisco: Centro de congressos e alojamento com um belo miradouro para lezíria... Monumentos no Concelho: Alguns dos mais emblemáticos ícones do concelho da Chamusca Ponte da Chamusca: Uma importante obra realizada no Concelho durante o século passado Mercado Municipal da Chamusca: Local de diversas actividades económicas situado no centro da Vila Praça de Touros da Chamusca: Chamusca, terra aficcionada! Mantém vivas tradições à muitas gerações...</p> <p>Zona Ribeirinha Percurso Pedestre do Almourol: Mude os seus hábitos, dê qualidade à sua vida! Barca do Arripiado: Com funcionamento diário, permite inesquecíveis passeios pelo rio Tejo... Passeio Ribeirinho no Arripiado: Espaço de grande beleza, convida ao lazer e a passeios à beira-rio... Arripiado: Aldeia de grande beleza, edificada em declive que desce até ao Tejo, tem vista panorâmica sobre o Castelo de Almourol e a imensidão da Lezíria que aqui começa... Portos Fluviais: Espaços de lazer e de contacto com a natureza junto à margem do Rio Tejo A Lenda do Arripiado: O povo passou a chamar de "Aripeada", à bela Aldeia do Arripiado... Castelo de Almourol: Situando-se em plena ilhota rochosa entre as margens do Rio Tejo...</p>
---	---

Município do Cartaxo	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	Foi aprovado no âmbito do Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural a candidatura n.º 04 - 131 FEDER - 0001368 - Valada XXI - Intervenção na área afluente de Valada. Por razões de conjuntura económica - financeira desfavorável ainda não se conseguiu avançar com este projecto. O Município participa ainda no projecto da Cultura Avieira, liderado pelo Instituto Politécnico de Santarém e pondera a possibilidade de avançar com uma candidatura nesta área.
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	Local de apoio náutico e ponto de atracagem: fluvina Valada / Cartaxo - coordenadas: N 39 graus 4.907 - W 8 graus 45.504
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>Turismo no Espaço Rural: Quinta da Marchanta - Porto de Muge - Valada. Capacidade: 3 quartos duplos; 1 suite; 2 apartamentos T1 e 1 T2 com cozinha equipada; sala de refeições; piscina; quinta pedagógica; coudelaria). Contato: 965895960 (Graça Vinagre). Página web: www.quintadamarchanta.pt.</p> <p>Restauração: Restaurante Campitejo - Casa das Enguias, Rua 1ª de Maio - Valada. Contato: 243749230. Encerra à 3ª feira.</p>
Identificação de locais de interesse e atração turística do município	Museu Rural e do Vinho e Complexo Quinta das Pratas - Cartaxo; Museu Escolar do Cartaxo - Vale da Pinta; Igreja Matriz do Cartaxo e Cruzeiro Manuelino - Cartaxo; Igreja de Nossa Senhora da Purificação - Pontével; Antiga Central Elétrica e Mercado Municipal - Cartaxo; Quinta do Gaio de Baixo (animação turística); Quinta do Falcão - Vila Chã de Ourique (Vinhos); Quinta da Fonte Bela - Vila Chã Ourique (Vinhos).

Município da Golegã	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	"Ordenamento da margem do Rio Almonda " – aguarda parecer (há cerca de 6 meses) do INA Alentejo
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>Alojamento Hotel Lusitano - Rua Gil Vicente, nº 4 - 2150-193 Golegã - Tel. 249 979 170 E-mail: reservas@hotellusitano.com www.hotellusitano.com</p> <p>Sporthotel Largo D. Manuel I - 2150 - 128 Golegã - Tel. 249 979 000 E-mail: sporthotel@cm-golega.pt www.cm-golega.pt</p> <p>Parque Municipal de Campismo Largo do Parque de Campismo - 2150-269 Golegã - Tel. 249 979 003 E-mail: parque.campismo@cm-golega.pt www.cm-golega.pt</p> <p>Lusitanus, S.A Pátio dos campinos Felício e Singeis - 2150 Golegã - Tel. 249 976 933 E-mail: info@lusitanus.pt www.lusitanus.pt</p> <p>Pátio das Vendas Largo Marquês de Pombal - 2150-130 Golegã - Tel. 249 070 170 E-mail: reservas@patiodasvendas.com www.patiodasvendas.com</p> <p>Quartos do Lagar Rua D. João IV, nº 138 - 2150-171 Golegã - Telem. 917 591 833 E-mail: josefinoredol@gmail.com</p> <p>Quinta dos Álamos 2150-064 Golegã - Tel. 249 976 424 E-mail: geral@quintadosalamos.pt www.quintadosalamos.pt</p> <p>Quinta da Miranda Quinta da Miranda - Mato de Miranda - 2150-073 Golegã</p> <p>Turismo de Habitação Pátio da Avó Faustina - Rua Carlos Mendes Gonçalves, nº 15 - 2150 - 204 Golegã - Tel. 249 977 480</p> <p>Casa da Azinhaga Rua da Misericórdia, nº 26 - 2150-021 Azinhaga - Tel. 249 957 146 E-mail: joaooliveiraesousa@gmail.com</p> <p>Casa da Tia Guida Rua José Relvas, nº 86</p> <p>Turismo Equestre Solar do Espírito Santo - Rua do Espírito Santo, nº 25/27 - 2150-034 Azinhaga - Tel. 249 957 252 E-mail: geral@solarespiritosanto.com www.solarespiritosanto.com</p> <p>Restauração Restaurante Capriola - Rua Gil Vicente, nº 4 - 2150 Golegã - Tel. 249 979 170 www.hotellusitano.com</p> <p>Restaurante Lusitanus Largo Marquês de Pombal, nº 25 - 2150 - 130 Golegã - Tel. 249 977 572 E-mail: rest.lusitanus@hotmail.com</p> <p>Restaurante O Barrigas Largo 5 de Outubro, nº 55 - 2150-124 Golegã - Tel. 249 717 631 www.obarrigas.com</p>

<p>Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração</p>	<p>Restaurante Café Central Largo da Imaculada Conceição, nº 3 a 8 - 2150-125 Golegã - Tel. 249 976 345 E-mail: info@cafecentral.pt; reservas@cafecentral.pt www.cafecentral.pt</p> <p>Restaurante Boutique do Bolo Rua D. afonso henriques, nº 111 - 2150-167 Golegã - Tel. 249 976 093</p> <p>Restaurante Páteo Sevilhano Largo da Imaculada Conceição, nº 56 - 2150-125 Golegã - Tel. 939 472 999</p> <p>Restaurante Cú da Mula Rua de Oliveira, nº 50 - 2150-145 Golegã - Tel. 249 976 413</p> <p>Restaurante O Té Rua José Relvas, nº 119 - 2150 Golegã - Tel. 249 976 404</p>
<p>Identificação de locais de interesse e atração turística do município</p>	<p>Espaços Naturais Rio Tejo Rio Almonda Lagoa da Alverca do Campo Reserva Natural do Paúl do Boquilobo</p> <p>Espaços Verdes de Recreio e Lazer - Freguesia da Golegã Parque da Juventude Parque de Merendas</p> <p>Monumento Nacional Igreja Matriz da Golegã</p> <p>Imóvel de Interesse Público Capela de S. José (freguesia de Azinhaga) Torre Ameada da Quinta da Cardiga (freguesia da Golegã) Casa Estúdio Carlos Relvas (freguesia da Golegã) Pelourinho da Golegã</p> <p>Imóveis ou Conjuntos de Interesse Municipal Preservar</p> <p>Freguesia de Azinhaga: Quinta de Miranda Quinta das Teixeira Quinta da Cholda Estrada Real Quinta da Brôa Conjunto de Fachadas com Interesse - Quinta da Piedade Ermida de S. João Quinta de S. Inês Quinta do Meirinho Quinta da Melhorada Igreja Matriz da Azinhaga Conjunto de fachadas com interesse</p> <p>Freguesia de Golegã: Quinta da Labruja Quinta dos Álamos Quinta da Cardiga Quinta de Santo António Quinta das Obras Quinta do Salvador Quinta de Guadalupe Conjunto de fachadas com interesse</p> <p>Património Religioso Capela de Nossa Senhora dos Anjos (freguesia da Golegã) Capela de São João (freguesia da Golegã) Capela de Santo António (freguesia da Golegã) Capela do Divino Espírito Santo (freguesia da Azinhaga) Capela de São Sebastião (freguesia da Azinhaga)</p> <p>Património Cultural Biblioteca Municipal da Golegã Biblioteca José Saramago (freguesia de Azinhaga) Museu Municipal Mestre Martins Correia (freguesia de Golegã)</p>

Município de Vila Nova da Barquinha	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Centro 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	<p>Os projetos do Município respeitantes à frente ribeirinha apoiados no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro são os seguintes:</p> <p>No âmbito da Regeneração Urbana, a operação Mercado das Artes com as seguintes operações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Esculturas no Parque - Edifício Atelier Oficial complementar ao Centro de Artes - Reutilização do Edifício da Hidráulica e do centro cultural (em fase de análise) - Dinamização económica dos Produtos de Vila Nova da Barquinha - Alojamento Temporário para Criadores - Rede wireless e CCTV - Ações de Comunicação e Marketing (em fase de análise) <p>No âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva Provere, Mercados do Tejo , cuja entidade promotora é o NERSANT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percursos Ribeirinhos, projeto âncora da EEC Mercados do Tejo - Musealização do castelo de Almourol , projeto âncora da EEC Mercados do Tejo (em fase de análise) - Promoção e dinamização do Percursos, Rotas e Eventos do Tejo (operação conjunta com as restantes entidades promotoras do projecto de EEC Mercados do Tejo)
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	<p>Cais de Tancos Localização GPS: 08º23'56,552"W – 39º27'31,494"N Passeio Fluvial com embarque no Cais D'El Rei, em Tancos, com paragem para visita à Ilha e ao castelo de Almourol, e regresso a Tancos. Embarcação de recreio com capacidade para 50 pessoas. Reservas e informações: Junta de Freguesia de Tancos. Tel/Fax: 249712094 Tel.m. 962625678. E-mail: jftancos@gmail.com Terça-feira a domingo (só com marcação prévia) Fim-de-semana (partidas de hora a hora) 1 Novembro a 28 Fevereiro: 10h às 13h – 14h30 às 17h 1 Março a 31 Outubro: 10h às 13h – 14h30 às 19h</p> <p>Cais de Almourol (junto ao castelo) Localização GPS: 08º23'02,301"W – 39º27'43,126"N Acesso à ilha e ao castelo de Almourol em embarcações com capacidade para 20 pessoas. Terça-feira a domingo. 1 Novembro a 28 Fevereiro: 10h às 13h – 14h30 às 17h. 1 Março a 31 Outubro: 10h às 13h – 14h30 às 19h Visitas guiadas com marcação prévia para 916910739 ou 915081737. Email: reservas@welcometo.pt</p>
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>ALOJAMENTO Casa do Patriarca Turismo de Habitação Capacidade: 4 quartos de casal e 2 duplos Rua Patriarca D. José nº. 134 2260-039 Atalaia, Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249710581 / 962818115 E-mail: casadopatriarca@mail.telepac.pt www.casadopatriarca.pt.vu</p> <p>Pensão Soltejo Capacidade: 16 camas Estrada Nacional 3 - 2260-418 Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249720150 ou 918111702</p> <p>RESTAURAÇÃO Almourol Restaurante Rua Cais de Tancos 2-6 2260-314 Tancos - Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249720100 E-mail: restaurante@almourol.com www.almourol.com</p> <p>Stop Rua Patriarca D. José, 90 - 2260-039 Atalaia - Telefone: 249710691 / 962762754</p> <p>Recanto da Barquinha Rua Dr. Barral Filipe, 5 - 2260-416 Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249711733</p> <p>A Palmeira Rua Alfredo Martinho da Fonseca, 29 e 31 - 2260-415 Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249711513 E-mail: palmeirarest@mail.telepac.pt</p> <p>Colonial Praça da República, 5 e 6 - Vila Nova da Barquinha - Telefone: 302 042 262</p> <p>Restaurante Soltejo Estrada Nacional 3 - 2260-418 Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249720157 ou 918111702</p> <p>O Chico Rua Comendador Manuel Vieira da Cruz, 100 - Praia do Ribatejo - Telefone: 249733224</p> <p>O Estrela Rua João Paulo II, nº 17 - 2260-230 Praia Do Ribatejo - Telefone: 249736070</p> <p>A Carroça Rua Humberto Delgado - 2260-122 Umeiras - Telefone: 249739718</p> <p>Tasquinha da Adélia Largo Luís de Camões, 4 - Vila Nova da Barquinha - Telefone: 249711792</p> <p>Trindade Rua da Torrinha, Lote E6 - r/c Loja 2 - Moita do Norte - Telefone: 249712060 / 916306351</p> <p>Platina Estrada do Cardal, 79 r/c - Moita do Norte - Telefone: 918386244</p>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Castelo de Almourol – monumento nacional</p> <p>Fortaleza reconstruída por Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários, em 1171, é o Ex-libris do Concelho de Vila Nova da Barquinha. Cercado pelas águas do rio Tejo, destaca-se num maciço granítico de uma ilhota do Tejo, entre Vila Nova da Barquinha e a freguesia da Praia do Ribatejo. A singular localização do Castelo torna-o um dos mais bonitos monumentos do país, tendo sido considerado Monumento Nacional em 1910.</p> <p>Horário</p> <p>1 Novembro a 28 Fevereiro: 10h às 13h – 14h30 às 17h30</p> <p>1 Março a 31 Outubro: 10h às 13h – 14h30 às 19h30</p> <p>Encerra à segunda-feira.</p> <p>Visitas guiadas com marcação prévia para 916910739 ou 915081737. Email: reservas@welcometo.pt</p> <p>Filme: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=VTZ-hoUFR2c</p> <p>Parque de Escultura Contemporânea de Almourol</p> <p>Barquinha Parque – Vila Nova da Barquinha</p> <p>Pela primeira vez em Portugal, um espaço com o melhor da escultura contemporânea portuguesa, cobrindo autores e obras cujo trabalho se desenvolveu da década de 60 até à atualidade. Obras de Alberto Carneiro, Ângela Ferreira, Carlos Nogueira, Cristina Ataíde, Fernanda Fragateiro, Joana Vasconcelos, José Pedro Croft, Pedro Cabrita Reis, Rui Chafes, Xana e Zulmiro de Carvalho.</p> <p>Podem ver vistas nos sete hectares do Barquinha Parque, Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista 2007 na categoria "Espaços Exteriores de Uso Público", da autoria da dupla de Arquitectos Paisagistas – Hipólito Bettencourt e Joana Sena RegoL</p> <p>Visitas guiadas com marcação prévia para 916910739 ou 915081737. Email: reservas@welcometo.pt</p> <p>Site: http://www.barquinhaearte.pt/</p> <p>Galeria do Parque de Escultura Contemporânea Almourol</p> <p>Vila Nova da Barquinha</p> <p>De 6 de Julho a Dezembro 2012 uma exposição de obras e artistas – 2 filmes de Abílio Leitão.</p> <p>Com uma longa carreira como fotógrafo e cineasta documental, atento às cidades, à arquitetura, às artes e aos seus autores, o olhar do realizador Abílio Leitão percorre, aqui, as etapas que conduziram à concretização do Parque de Esculturas, novo e significativo capítulo da arte pública portuguesa. A recolha de depoimentos dos artistas e responsáveis pelo projeto e dos gestos de criação, com registo de desenhos e maquetas, acompanhamento da construção, transporte e finalização das obras permitem-nos ver crescer projetos individuais tornados públicos, estabelecer ritmos, antecipar usos e prazeres.</p> <p>Horário: Quarta, quinta e sexta-feira das 11:00 às 13:00, e das 15:00 às 19:00</p> <p>Sábado: Das 16:00 às 22:00</p> <p>Domingo: Das 14:00 às 20:00</p> <p>Encerra à segunda e terça-feira</p> <p>Igreja Matriz de Atalaia – monumento nacional</p> <p>Um dos mais belos exemplares da arquitetura renascentista em Portugal, possui no seu interior azulejos de grande efeito artístico do século XVII e um tesouro de arte sacra representado pelo cálice do Século XVI, em prata dourada. Este edifício do século XVI é considerado Monumento Nacional desde 1926.</p> <p>Visitas guiadas com marcação prévia para 916910739 ou 915081737. Email: reservas@welcometo.pt</p> <p>Horário de culto: 9h às 10h (Domingo)</p> <p>Filme: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=ZTGZOb7hqpU</p> <p>Igreja Matriz de Tancos – monumento de interesse público</p> <p>Dedicada a N. º Sr. º da Conceição, foi construída no século XVI, possuindo uma ampla abóbada de caixotões e azulejos do século XVII e retábulo de talha maneirista, enquadrando pinturas da época. Enquadra-se num cenário de encanto, tendo o Tejo e o Castelo de Almourol como "pano de fundo".</p> <p>Visitas guiadas com marcação prévia para 916910739 ou 915081737. Email: reservas@welcometo.pt</p> <p>Horário de culto: Sábados. Das 18h30 às 19h30 no Verão e das 17h30 às 18h30 no Inverno.</p> <p>Museu Etnográfico 21</p> <p>O museu Etnográfico "21" funciona como bar noturno e possui um espólio considerável, que vai desde fotografias, cartas, brochuras, peças relativas à tauromaquia, agricultura, pesca e cerâmica, entre outras.</p> <p>Horário: Após as 20:00 de 2ª a Sábado com encerramento ao Domingo</p> <p>Rua Marechal Carmona, nº21</p> <p>Vila Nova da Barquinha</p> <p>Telefone: 249711450</p> <p>Site: http://21barquinha.com/</p> <p>Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo (CIAAR)</p> <p>Dispõe de uma exposição permanente onde está representado o espólio arqueológico do Ribatejo Norte.</p> <p>Horário: 09:00 às 12:30 e das 14h00 às 17h30</p> <p>Encerramento ao Sábado e Domingo</p> <p>Visita com marcação prévia aos fins de semana, telefone 96307682</p> <p>Largo do Chafariz, 3</p> <p>Vila Nova da Barquinha</p> <p>Telefone: 249711390. E-mail: ciaar@portugalmail.pt</p> <p>Praça de Touros de Vila Nova da Barquinha</p> <p>A segunda mais antiga de Portugal.</p> <p>Construída em 1853 sendo palco de várias corridas de touros realizadas anualmente.</p> <p>Rua da Fonte</p> <p>2260-554 Vila Nova da Barquinha</p> <p>DESPORTO e AVENTURA</p> <p>Diver Almourol</p> <p>Canoagem, BTT, Paintball, Arborismo, Rappel, Slide, Caça ao tesouro, Escalada, Orientação, Insufláveis, Kartcross, 4x4</p> <p>Centro Náutico de Vila Nova da Barquinha</p> <p>Rua da Barca, Vila Nova da Barquinha</p> <p>Telefone: 249736680</p> <p>E-mail: tiagoduarte@diveralmoural.com.pt</p> <p>www.diver.com.pt</p> <p>Clube Náutico Barquinhense</p> <p>Canoagem, Rafting, Paintball, Rappel, Slide</p> <p>Rua 5 Outubro, Ap. 12, Vila Nova da Barquinha</p> <p>Telefone: 917916050 / 963731721</p> <p>E-mail: cnbarquinhense@gmail.com</p> <p>http://cnb.do.sapo.pt/</p>
---	--

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>TEMPLAR – Escola de Mergulho Vila Nova da Barquinha Canoagem e actividade náuticas, Mergulho, Passeios pedestres e Montanhismo Reservas: 249 817 165 ou 919518794 Email: torresnovas@templar.pt</p> <p>Pára Clube Nacional “Os Boínas Verdes” Páraquedismo, Balonismo, Equitação, Mergulho Rua Pedro Álvares Cabral, 4 Vila Nova da Barquinha Telefone: 249 711449 Fax: 249 711161 E-mail: geral@osboinasverdes.pt http://www.osboinasverdes.pt/</p>
---	---

Município de Salvaterra de Magos	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	<p>Clube Náutico de Salvaterra de Magos – Cais da Vala Morada: Edifício do C.I.E.A Cais da Vala - 2120 – 000 - Telefone: 914591687(Rafael)</p> <p>Horário de Recepção: 24h/dia Correio Electrónico: cnsn.canoagem@gmail.com Localização GPS: GPS: N = 39º 1' 48" O = 8º 47' 31"</p> <p>Breve Descrição: Colectividade que administra a Marina de Salvaterra de Magos, tem uma secção de canoagem no âmbito da formação desportiva e de lazer.</p> <p>TIPO DE ESTRUTURAS Tipo de Embarcações de Recreio: embarcações vela Nº de Postos de Amarração: 38 Dimensão dos Postos de Amarração: 6*2.5m Fundeadouro / Ancoradouro / Embarcadouro - sim Passadiço Flutuante - sim Terrapleno ou Estaleiro - sim Cais de Acostagem - sim Cais de Amarração - sim Ponte - Cais - sim Passeio Marítimo – sim</p> <p>SERVIÇOS A MENOS DE 500 METROS Unidades Hoteleiras - sim Parque Campismo / Caravanismo – sim (carta de campista) Restaurantes - sim Parque Infantil - sim Zona Comercial - sim Banco / Agência de Câmbio - sim MB / ATM - sim Farmácia – sim</p> <p>• ALDEIA AVIEIRA DO ESCAROUPIM – ESCAROUPIM TIPO DE ESTRUTURAS Embarcações de Recreio Cais de Acostagem - sim Cais de Amarração – sim Cais - sim Passeio Marítimo – sim</p> <p>• FOROS DE SALVATERRA – SALVATERRA DE MAGOS BARRAGEM DE MAGOS O Posto de Turismo Municipal em Salvaterra de Magos, está aberto ao público diariamente, com o seguinte horário: Segunda a Sexta-feira – 9h00/12h30 e das 14h00/17h30</p> <p>Avenida José Luís Brito Seabra Salvaterra de Magos Telefone: 263 509 520 Fax: 263 509 501 E-mail: turismo@cm-salvaterrademagos.pt</p>

<p>Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração</p>	<p>Foros de Salvaterra</p> <p>Restaurante Tira Picos Estrada Nacional 114-3, nº899 - FOROS DE SALVATERRA - Telef. 263 501 447- Encerramento: Segunda-feira</p> <p>Restaurante Califórnia Estrada Nacional 114-3 – 498-A - Várzea Fresca - FOROS DE SALVATERRA - Telef. 263 504 643 - Encerramento: Terça-feira</p> <p>Restaurante Quinta da Barragem Barragem de Magos – Várzea Fresca - FOROS DE SALVATERRA - Telef. 263 506 981 - Encerramento: Segunda-feira</p> <p>Restaurante Tananas Foros de Salvaterra - Estrada das Malhadinhas, nº 4 - FOROS DE SALVATERRA - Telef. 263 508 597 - Encerramento: Segunda-feira</p> <p>Marinhais</p> <p>Restaurante O Pinto Estrada Nacional 118, km 54 - MARINHAIS - Telef. 263 595 130 - Encerramento: Quinta-feira</p> <p>Restaurante O Bom Garfo Rua dos Grilos, nº17 - 2125-175 MARINHAIS - Telef. 263 595 724 - Encerramento: Terça-feira</p> <p>Restaurante Flor da Vila Estrada Nacional 367, nº468 - 2125-114 MARINHAIS - Salvaterra de Magos - Telef. 263 597 401 - Encerramento: Quinta-feira</p> <p>Restaurante D. Roberto Av. Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, nº 70/72 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 912 559 184/912 838 536 - Encerramento: Quinta-feira</p> <p>Restaurante A Casinha Av. Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, nº 54 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 504 795 - Encerramento: Domingo ao Jantar</p> <p>Restaurante Cabana dos Parodiantes Av. Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, nº 40 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 504 177 - Encerramento: Quarta-feira</p> <p>Restaurante Preto e Branco Av. Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, n 144 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 507 858</p> <p>Restaurante Zé do Moinho Quinta do Rego- E.N. 118 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 507 330 - Encerramento: Segunda-feira</p> <p>Restaurante O Escaroupim Largo dos Avieiros – Escaroupim - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 107 332 - Encerramento: Domingo a 5ª feira ao jantar</p> <p>Restaurante Parque Real Estrada Nacional 118, Vale Queimado, nº 51 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 505 508</p> <p>Restaurante Casa João da Quinta Rua Padre Cruz, nº 26 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 263 507 575 - Encerramento: Domingo</p> <p>Restaurante O Falcão Falcoaria Real - Av. José Luís Brito Seabra, nº 1 - SALVATERRA DE MAGOS - Telef. 913 646 260 - Encerramento: Segunda-feira</p> <p>Unidades Hoteleiras</p> <p>Parque de Campismo do Escaroupim (carta de campista) Escaroupim – Salvaterra de Magos - 2120 Salvaterra de Magos – Telefone: 263 595 484</p> <p>Casa do Massapez Quinta do Massapez - Estrada do Massapez – Salvaterra de Magos - 2120 Salvaterra de Magos - Telefone: 263 501 196 - Fax: 263 501 197 E-mail: info@filhosdovento.pt</p> <p>Palhota Turismo Estrada do Tejo – Stª Maria da Palhota nº 1 - 2120-013 Salvaterra de Magos - Telefone: 263 501 358/263 508 544 - Fax: 263 501 360 E-mail: palhota.turismo@sapo.pt</p>
<p>Identificação de locais de interesse e atração turística do município</p>	<p>FALCOARIA REAL</p> <p>A história da Falcoaria Real de Salvaterra de Magos (edifício único na Península Ibérica) está intimamente ligada à história do Paço Real - Casa de Campo da Coroa - que transformou a nobre vila ribatejana de Salvaterra de Magos num importante centro da vida social e artística da corte portuguesa. É difícil precisar a data da construção do Palácio da Real Falcoaria, contudo vários autores apontam as primeiras décadas do séc. XVIII, como a data da construção do Palácio. O período de maior ascensão da Falcoaria, dá-se em 1752 quando chegaram ao Palácio da Falcoaria Real, 10 falcoeiros holandeses de Valkenswaard, para ensinar esta arte. Durante o séc. XVIII, ficaram famosas as pomposas caçadas que se realizaram em Salvaterra de Magos, contudo a partir do início do séc. XIX, esta actividade começa a perder o seu fulgor e entre lentamente em decadência. São várias as razões apontadas para este declínio: as invasões francesas que obrigaram a que família real se fixasse no Brasil, a instabilidade política vivida nos anos 20 e 30, e a abolição das coutadas em 1821. Após décadas de abandono, a Falcoaria Real de Salvaterra de Magos foi recuperada pela Câmara Municipal e inaugurada em 19 de Setembro de 2009, tornando-se num dos principais elementos turísticos do concelho, estando dotada de uma Exposição Permanente de Aves, um Auditório, Pombal, Restaurante e Casa de Chá.</p> <p>CAPELA DO ANTIGO PAÇO REAL</p> <p>A origem deste templo remonta ao séc. X VI, quando o Infante D. Luís o manda edificar. Trata-se de um templo renascentista, onde se destaca a cúpula que assenta em 12 volumosas colunas e meias colunas com capitéis dóricos, adossados às paredes laterais. O resto do corpo da Capela é formado por um jogo de 10 colunas, 6 delas encostadas 3 a 3, junto a 2 pilares. A capela Real sofreu obras no reinado de D. Pedro II (séc. XVII), que mandou executar o altar em talha dourada, com colunas barrocas e capitéis coríntios, no altar destaca-se também um Cristo em tamanho natural. É deste período que datam os frescos do tecto, que são constituídos por uma excelente composição barroca, decorada por anjos esvoaçando em redor de um medalhão central, e nos quatro cantos do tecto figuram pequenos medalhões ovais com motivos decorativos relacionados com a paixão de Cristo.</p>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>ESCAROUPIM - Aldeia Avieira</p> <p>Escaroupim é uma típica aldeia piscatória, formada em meados dos anos 30 por pescadores oriunda da Praia da Vieira (Marinha Grande), que sazonalmente vinham ao Tejo fazer as campanhas de pesca de inverno, sobretudo o sável, procurando no Tejo o sustento das suas numerosas famílias, num Tejo rico em pescado, regressando à Praia da Vieira no Verão. Muitos destes pescadores foram ficando pelas margens do Tejo, deixando de ir à sua Praia da Vieira, e assim formaram pequenas povoações piscatórias ao longo do rio. Nestas povoações as habitações são feitas em madeira, pintadas de cores vivas e assentes em estacaria, de modo a estarem protegidas das frequentes cheias do rio.</p> <p>A peculiaridade das duas casas é extensiva aos seus barcos de pescas, também em madeira e pintados de cores vivas.</p> <p>A Câmara Municipal criou um museu - Casa Típica Avieira - cuja origem resulta das recolhas efectuadas pela autarquia junto da população local, com o intuito de preservar a memória colectiva destes pescadores que um dia deixaram Vieira de Leira e se fixaram nas margens do Rio Tejo.</p> <p>Alves Redol definiu estes grupo de pescadores como "nómadas do rio", pois eles representam uma das mais interessantes migrações que Portugal assistiu, durante os meses do Inverno famílias de pescadores, deslocavam-se de Vieira de Leira para o Rio Tejo, para pescar o sável, no princípio do verão voltavam novamente à sua terra natal, para pescar no mar.</p> <p>A Casa Típica Avieira é de pequenas dimensões, pintada com cores vivas, assente em pilares devido às cheias do Tejo, o acesso é feito por umas escadas, no interior destacam-se três espaços: a cozinha onde o elemento que mais se destaca é a lareira ladeada por tijolos e cheia com terra batida, a mesa das refeições e várias prateleiras completam esta divisão, a sala é a outra divisão onde estão dois baús para guardar roupa, neste espaço dois manequins envergam os trajes típicos dos avieiros, a última divisão são os dois quartos de pequenas dimensões com camas em ferro, por cima dos quartos uma última divisão que serve de sótão para guardarem os materiais relacionados com a pesca.</p> <p>CELEIRO DA VALA REAL - ESPAÇO CULTURAL</p> <p>A sua origem remonta ao séc. XVII e, esteve intimamente ligado à Casa do Infantado – Instituição Real que consistia numa organização patrimonial, para os segundos filhos dos monarcas.</p> <p>No período conturbado após a revolução liberal, a Casa do Infantado é extinta em 1834 por um decreto de D. Pedro IV. Todos os seus bens foram integrados na Fazenda Nacional. Em 1836 o edifício passa para a Companhia das Lezírias, acentuando ainda mais a sua característica agrícola.</p> <p>No exterior do edifício, um nicho em mármore com um frontão triangular, rematado por uma cruz em pedra, com a data de 1657, assinala um antigo passo da paixão de Cristo.</p> <p>Com o passar dos tempos, Celeiro cessa as suas funções de cariz agrícola e foi abandonado, em 1998 foi adquirida pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, e iniciou-se um processo moroso de recuperação, respeitando sempre a traça urbanística, e desta forma adoptou este edifício para Espaço Cultural.</p> <p>IGREJA DE SÃO PAULO (MATRIZ)</p> <p>Situada no centro da vila, foi construída no ano de 1296 e quase destruída nos terramotos de 1705 e 1909.</p> <p>Edifício bem conservado, no qual se destaca, na Capela-Mor, o altar de talha dourada, decorado com uma tela do século XVI e na antiga sacristia, um dos painéis de azulejos tem uma cartela com a data de 1725. No interior da igreja, uma das nave tem um tecto de falsa abóbada em madeira com a pintura representado o seu orago, São Paulo, elevando-se aos céus guardado por um grupo de anjos.</p> <p>Os representantes do clero, por volta do século XVII, encomendaram pequenos painéis de azulejos que continham uma imagem diversificada, como cenas religiosas, de caça, guerreiras, mitológicas.</p> <p>CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CAIS DA VALA</p> <p>Em 2004, o Cais da Vala Real de Salvaterra de Magos, foi construído pela Câmara Municipal, o Centro de Interpretação e Educação Ambiental.</p> <p>Este centro é composto pelo posto de Turismo de Salvaterra de Magos. Este espaço além de promover a divulgação do concelho e fornecer informações turísticas, proporciona ao visitante um espaço gratuito de internet, bem como alberga ainda o “Museu do Rio”, que tem como objectivo a salvaguarda, valorização e divulgação do património Natural, dos vestígios arqueológicos e históricos, bem como dos testemunhos das comunidades ribeirinhas.</p> <p>Morada: Av. Dr. José Luís Brito Seabra, Salvaterra de Magos</p> <p>GPS: N = 39º 1' 48" O = 8º 47' 31"</p> <p>Horário: Segunda a Sexta - 09h00/12h30m e das 14h00/17h30</p> <p>PONTE DO CAIS DA VALA</p> <p>A ponte da Vala Real de Salvaterra de Magos, localiza-se na linha de água que vem do Paul de Magos, e que vai escoar ao rio Tejo. Esta linha de água durante séculos, foi a principal via de comunicação de Salvaterra de Magos, o seu topónimo (Vala Real), deve-se às constantes deslocações da Família Real a Salvaterra de Magos, nestas viagens os bergantins reais aportavam ao Cais desta vala.</p> <p>No imaginário popular, esta ponte é de origem romana, contudo este facto é completamente falso.</p> <p>Em termos históricos, é difícil precisar a origem da ponte, contudo podemos inclinar o séc. XVII, como a data em que se edificou. As razões apontadas para este século, incide que no reinado de D. João IV, promoveram-se grandes obras no Paul de Magos em toda a sua extensão, e por consequência terá mandado construir a ponte.</p> <p>No séc. XVIII, surgem referência às pontes na Vala Real, no Dicionário Geográfico de Portugal (1758), “há no rio desta Terra duas pontes de cantaria: uma ao pé da Vila, e outra para a parte do Noroeste ao pé de um sítio a que chamam o Casal”. A ponte da Vala Real, é assim referenciada em termos geográficos, como a “ponte ao pé da Vila”</p> <p>É um dos monumentos mais emblemáticos de Salvaterra de Magos, localizado junto de uma das principais vias de comunicação de Salvaterra de Magos: a Vala Real.</p> <p>FONTE DO ARNEIRO</p> <p>Há quem afirme que esta mãe de água da Fonte do Arneiro está localizada junto do Convento de Jericó.</p> <p>A água é o líquido fundamental à vida de qualquer ser vivo, ao longo da história o Homem sempre se esforçou para conseguir captar a água, criando e inventando inúmeros mecanismos. Nos pequenos aglomerados urbanos, o abastecimento de água às populações, era feito normalmente por fontes.</p> <p>Em Salvaterra de Magos, na zona denominada “Arneiro”, na primeira metade do Séc. XVIII, foi edificada em 1711, segundo a data inscrita na frontaria, a Fonte do Arneiro, que durante séculos abasteceu a população da vila.</p> <p>Em termos de caracterização arquitectónica, revela um traçado simples, onde se destaca o tecto abobadado, a data da construção no frontão, tem duas bicas para captação de água, e o seu acesso é feito por uma escadaria em pedra lioz.</p> <p>Associado ao imaginário popular, estão presentes os “misteriosos túneis”, que o povo associa aos locais de refúgio e fuga dos elementos da Corte. Estes “túneis”, não são mais que os canais que iam buscar a água à nascente (mãe de água), que se localizava a grande distância da fonte. Há quem afirme que esta mãe de água da Fonte do Arneiro esteja localizada junto do Convento de Jericó, porém a falta de elementos não nos permite verificar a autenticidade desta afirmação popular.</p> <p>PRAÇA DE TOIROS</p> <p>Inaugurada em 1920, ainda hoje é uma das Praças com mais espectáculos tauromáquicos ao longo do ano.</p> <p>Uma das mais célebres páginas da nossa literatura tauromáquica é “A última Corrida de Toiros em Salvaterra de Magos”, imortalizada por Rebelo da Silva, nos seus Contos e Lendas.</p> <p>A praça de Toiros de Salvaterra de Magos, foi construída em 1920, situada à entrada da vila, junto à estrada nacional, é um cartão de visita para todos os “aficionados”.</p>
---	--

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>CAIS DA VALA E AS EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS Durante séculos a Vala Real, foi a principal via de comunicação de Salvaterra de Magos. No seu pequeno cais, aportavam os reais bergantins, que partiam do Terreiro do Paço, com a família real. A corte aclamou Salvaterra de Magos como um local único para as suas estadias, pois nesta vila podiam assistir a grandes espectáculos de ópera e teatro, como participar em pomposas caçadas com falcões. A Vala Real foi um dos mais importantes entrepostos comerciais do sul do país, daqui embarcavam e chegavam todos os tipos de mercadorias para Lisboa. Com a construção da ponte em Vila Franca de Xira na década de 50, começou a perder o seu fulgor inicial. Hoje em dia nas suas margens entre choupos e salgueiros, pequenas embarcações de pesca repousam, após um dia de dedicação à pesca.</p> <p>IGREJA DA MISERICÓRDIA DE SALVATERRA DE MAGOS A sua fundação remonta ao séc. XVII, é um templo de uma só nave, com o altar-mor em talha dourada, ostentava no tecto até 1979, vários painéis representando as Obras da Misericórdia e os Passos da Vida de Nossa Senhora, nesse ano o Inverno rigoroso fez desabar o tecto, e danificou algumas telas. Em termos de beleza arquitectónica há a destacar o púlpito e o coro, e assim como os azulejos datáveis ao séc. XVIII.</p> <p>PONTE ROMANA DE MUGE Construída no período romano, é um importante vestígio da presença daquele povo no concelho. A presença romana na freguesia de Muge, está bem acentuada no lugar de Porto de Sabugueiro. Neste local encontram-se os vestígios mais marcantes deste período histórico. O Porto de Sabugueiro, devido à sua proximidade junto ao rio Tejo, foi durante o período romano, um importante porto fluvial, as escavações realizadas e os estudos publicados, definem este local como uma importante vila romana, com produção de material cerâmico, devido à existência de um forno de cerâmica, aqui encontrado na década de 60. Sensivelmente a 400 metros deste local, encontra-se a Ponte Romana, que atravessa a ribeira de Muge. Pelo aparelho de construção usado, em especial no arco de maiores dimensões, verifica-se sem dúvida que a sua origem é romana, contudo os outros dois arcos mais pequenos, pela sua tipologia são atribuíveis à Idade Média. Esta Ponte foi um dos principais pontos de travessia, que ligava Muge, quer ao interior do país (Alentejo), quer à cidade de Santarém. Possui um inegável valor histórico, fazendo parte da memória e identidade patrimonial do concelho de Salvaterra de Magos, atenta a estes factores a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, decidiu avançar para a sua recuperação, valorizando desta forma a sua história local.</p>
---	---

Município de Santarém	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	Não se aplica
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	Não se aplica
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	Restaurante Adega Típica Miratejo
Identificação de locais de interesse e atração turística do município	O Centro Historico da cidade de Santarém (destacando-se os jardins-miradouro das Portas do Sol e de S. Bento, os jardins da República e da Liberdade, a ig. De Stª Clara, Convento de S. Francisco, Mercado Municipal, Sé Catedral, Ig de Marvila, Ig da Graça, Torre das Cabaças, Ig S. João de Alporão e Igreja do Milagre), Complexo Aquatico. Pelo concelho destacam-se as pegadas de dinossauros de Vale de Meios, O Centro de Interpretação ruta do Algar do Pena, o Castelo de Alcanede, a Quinta da Ribeirinha, a Quinta de Vale de Lobos e o Convento de Almoester.

Município de Benavente	
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Alentejo 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município	No âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, foi apoiado o projeto “Reconstrução do Jardim da Fateixa – Benavente” com o seguinte número de identificação: ALENT-08-0231-FEDER-001248
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	<p>Pontos de apoio náutico e respetivos pontos de atracagem, como zona navegável pode se considerar dois locais, designados por “Vala Nova” (estrada Nacional 118) e Rio Tejo – Porto Alto.</p> <p>No que diz respeito a zonas não navegáveis identificamos o Rio Almansor que passa na Freguesia de Samora Correia e ainda o Rio Sorraia que passa na Freguesia de Benavente</p>
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	<p>Freguesia de Benavente - Alojamento Benavente Vila Hotel Praça da República, 39/40 - 2130-037 Benavente - Tel.: 263 518 210 - Fax: 263 518 215 benaventevilahotel@benaventevilahotel.pt www.benaventevilahotel.pt Quartos: 20</p> <p>Albergaria São Lourenço E.N. 10 / 5 - Porto Alto - 2135-115 Samora Correia - Tel.: 263 654 447 - Fax: 263 654 694 s.lourenco@mail.telepac.pt www.hotelslourenco.com Quartos: 48</p> <p>Hospedaria Santo António Rua Luís de Camões, 82/84 - 2130 Benavente - Tel.: 263 559 154 - Fax: 263 559 154 Quartos: 13</p> <p>Pensão O Cantinho Rua Dr. Ribeiro Sanches - Parte Nova - Lote 10 - 2130-196 Benavente - Tel.: 263 516 717 - Fax: 263 651 662 residencial.ocantinho@gmail.com www.ocantinho.com Quartos: 10</p> <p>Plaza Suite Rua Luís de Camões, 15/17 - 2130-062 Benavente - Tel.: 91 450 34 79 plazainvestimentos@hotmail.com Quartos: 5</p> <p>Freguesia de Samora Correia - Alojamento Albergaria São Lourenço - E.N. 10 / 5 - Porto Alto - 2135-115 Samora Correia - Tel.: 263 654 447 - Fax: 263 654 694 s.lourenco@mail.telepac.pt www.hotelslourenco.com Quartos: 48</p> <p>Paris de Rochas, Lda Estrada Nacional, 10 - Porto Alto - 2135-115 Samora Correia - Tel.: 263 651 176 - Fax: 263 654 467 Elisabete.c.rocha@hotmail.com Quartos: 7</p> <p>Freguesia de Benavente - Restaurantes Restaurante O Solar de Benavente Rua Dr. Domingos F. Pedrosa, 25 - 2130-053 Benavente - Telf. 263 580 537</p> <p>Restaurante Tertúlia do Camané Olival Basto - 2130 Benavente - Telf. 933 383 852 tertuliadocamane@hotmail.com</p> <p>Restaurante Montegreste Bairro Caixa Providencia, 3 - 2130 Benavente - Tel: 263 516 270</p> <p>Restaurante Típico Os Moços Largo do Jogo da Bola, 6-7, junto ao Calvário - 2130-105 Benavente - Telf.: 263 517 199</p> <p>Restaurante O Miradouro Estrada do Miradouro, 5 - 2130-029 Benavente - Telf.: 263516398 - Fax: 263517326</p> <p>Freguesia de Samora Correia - Restaurantes Restaurante Típico a Taverna do Ginguinha Rua dos Operários Agrícolas - 2135-322 Samora Correia - Telf. 263 653 222</p> <p>Restaurante O Lagar Rua Malacas Cardoso - 2135-296 Samora Correia (Junto ao Edifício Pingo Doce) - Telf. 263 655 594</p> <p>Restaurante Chico do Porto Av. Mário Mendes Delgado, 69 - 2135 Samora Correia - Telf. 263 651 371</p> <p>Restaurante A Coudelaria Monte de Braço de Prata – Porto Alto - 2135 Samora Correia - Telf. 263 654 985</p> <p>Restaurante A Tasca do Caniço Rua Guerra Junqueiro - Casal do Caniço - 2135-131 Porto Alto - Telf: 263 653 195</p> <p>Restaurante Paris de Rochas Retiro do Porto Alto - Porto Alto - 2135 Samora Correia - Telf. 263651176</p> <p>Freguesia de Santo Estêvão Restaurante “O Telheiro” Estrada Nacional 119 ao Km29 - Foros de Almada - 2130 Benavente - Telf.: 263 949 937</p>

	<p>Pelourinho de Benavente</p> <p>O Pelourinho de Benavente foi, provavelmente, erigido quando da atribuição do novo foral a Benavente por D. Manuel I, em 1516. Enquanto símbolo público de jurisdição municipal, o pelourinho erguia-se junto aos paços do concelho, pelo que se situava na Praça principal da vila onde se encontrava também a antiga Igreja Matriz. No século XVII, o Pelourinho foi transposto para a Praça Nova, e colocado à esquerda dos antigos paços no sentido de permitir a que nesse local continuassem a ser corridos touros. Quando da construção do novo edifício, que ampliava a área de implantação do anterior, o pelourinho foi apeado em 1874 e, apenas em 1954, foi recolocado desta vez no centro da referida Praça do Município. O Pelourinho é de "muito boa pedra laurada, alto com seus ferros, e grimpá, e cruz de São Bento com suas pomas douradas, com cinco degraus a redondo da mesma pedraria"(In Tombo do Concelho, 1574). No entanto, já antes de ser demolido o pelourinho não se apresentava completo, de notar a ausência da grimpá, da cruz e das pomas douradas. Mesmo os ferros que ostentava não seriam os originais e, nos últimos anos antes da sua demolição, serviriam para "sustentar uma balança grande de pratos, pertencente à Câmara Municipal, que nela fazia pesar o peixe todas as manhãs antes da venda a miúdo, para cobrar o imposto do pescado"(Rui de Azevedo)</p> <p>Imóvel de interesse público, Decreto-Lei nº 23122 de 11.10.1933.</p> <p>Cruzeiro e Adro do Calvário</p> <p>Em 1644, foi erigido um Calvário em mármore de Estremoz com a seguinte inscrição: "Est obra mandara fazer os irmaos dos Santos Passos em o ano de 1644", no então denominado Rocío do Moinho de Vento que a partir desta data se passou a designar como o Rossio do Calvário. O cruzeiro está envolvido por um adro, sobranceiro ao Rio Sorraia de onde se avista a lezíria, correspondendo ao limite norte da vila.</p> <p>Igreja da Misericórdia de Benavente</p> <p>A Igreja do Espírito Santo da misericórdia teve origem numa modesta capela do século XIII. Após numerosas intervenções, das quais se destacam as dos séculos XVI e XVII, a igreja apresenta as características que tem hoje. Desenvolve-se ao longo do comprimento da rua, possui uma nave central, no extremo oposto do altar existe um varandim que comunicava com o Hospital. As paredes são revestidas a azulejos, provenientes do Convento de Jenicó.</p> <p>Edifício do Museu Municipal</p> <p>Palacete do século XVIII, mandado construir por Francisco José Colaço Lobo, lavrador e capitão-mor da vila, situado no designado arrabalde da vila. O edifício funcionou como casa de habitação até que em meados do século XX foi adquirido pelo Dr. António Gabriel Ferreira Lourenço, onde foi instalado o Pensionato do Colégio de Benavente.</p> <p>O edifício desenvolve-se em dois pisos e originalmente possuía outras construções anexas para estúbulos e armazéns, bem como um pequeno jardim que facilitava o acesso para o exterior através de um portão contíguo à fachada principal.</p> <p>A fachada principal ostenta varandas no primeiro piso e uma porta com frontão em pedra. No interior existe um grande átrio de entrada de onde parte num dos extremos uma escadaria em pedra, que começa num patamar encimado por dois arcos de cantaria.</p> <p>O Museu foi instalado neste edifício, por doação do mesmo, em 1980 tendo sofrido algumas obras de conservação embora mantendo a tipologia original. Numa parte do jardim foi construído um anexo no sentido de ampliar as áreas disponíveis para reserva.</p> <p>Convento de Jenicó</p> <p>O Convento de Jenicó foi mandado construir pelo infante D. Luís, em 1542, no sopé da pequena elevação onde em 1626 foi construído o edifício de qual ainda restam alguns muros exteriores, o arranque de arcarias e ainda uma pequena capela dedicada a São Baco. O Convento de frades arrábidos, foi construído segundo os preceitos da Ordem obedecendo a critérios de pobreza e sem quaisquer elementos de ostentação, possuía um só dormitório no piso superior, oficinas e uma capela. Existia ainda no piso inferior, sob o dormitório, a casa de habitação do infante e um pequeno claustro cujos lados eram formados por dois arcos que assentavam numa coluna de jaspe.</p> <p>O terramoto de 1909 causou danos profundos na construção e deste local foram retirados os painéis de azulejos que hoje se encontram no revestimento da Igreja da Misericórdia de Benavente.</p> <p>Fonte do Jardim de Santo António</p> <p>A Fonte de Santo António, construída no final do século XVIII, constituiu a primeira canalização pública existente na vila. A água era canalizada a partir da Fonte de D. João V, nos Camarinhais, e neste local vinham abastecer-se de água, nas tradicionais quartas de água, a população de Benavente.</p>
Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Edifício do Núcleo Museológico Agrícola de Benavente</p> <p>Artigo Matadouro Municipal de Benavente foi construído em 1890, seguindo o projecto definido em 1886, embora apresentando alterações significativas, nomeadamente no que respeita à diminuição da área de implantação e à redução do número de corpos que compõem o edifício. Como resultado destas alterações, o Matadouro Municipal de Benavente, ficou menor mas manteve a linguagem arquitectónica e orgânica inicialmente propostas.</p> <p>Igreja Matriz Nossa Senhora de Oliveira</p> <p>Igreja consagrada a N.Sra. De Oliveira padroeira da freguesia. A construção existente foi inaugurada em 1721, embora se encontre no local onde existia a primitiva Igreja medieval. Interior revestido com azulejos, destacando-se dois grandes painéis dedicados a S. Tiago, datados do século XVIII e de autor referenciado. Altar-mor em talha dourada, com imagem da padroeira, do lado oposta ao da epístola encontra-se um pequeno retábulo com a imagem de N.Sra. Do Ó.</p> <p>Fachada do Palácio D. Miguel</p> <p>Datado do final do século XVIII e integrado na antiga Casa do Infantado, aí se fixa, no século XIX, a Administração da Companhia das Lezírias. O edifício mantém até 1976, momento em que deflagra um grande incêndio que arrasa todo o interior, as características iniciais. A construção apresenta uma sólida implantação que envolve um quarteirão, desenvolvendo-se em dois pisos e apresentando todas as fachadas recortadas por janelas no piso térreo e varandas no primeiro piso. O palácio foi objecto de uma recuperação arquitectónica garantindo a definição de um programa funcional diversificado.</p> <p>Igreja da Misericórdia de Samora Correia</p> <p>Antiga capela do Espírito Santo, datada do final do século XV início do século XVI. No início do século XVIII foi inteiramente remodelada no exterior, conservando no interior os azulejos, o cadeiral dos irmãos do Espírito Santo e o Retábulo. A partir de então passou a designar-se por Igreja da Misericórdia.</p> <p>Fonte do Concelho</p> <p>A referência mais antiga que possuímos relativa à Fonte do Concelho encontra-se nas Memórias Paroquiais, de 1758, coordenadas pelo Padre Luís Cardoso e que resulta de um inquérito dirigido a todos os párocos. Neste documento, o pároco de Samora Correia refere a existência de "hum fonte chamada do concelho que suas águas sam boas para os olhos e de que faz menção (...) medicinal." Temos, assim, que no início da segunda metade do século XVIII, a fonte é a única mencionada, possuindo ainda propriedades terapêuticas. Embora esta constitua a referência documental mais segura sobre a antiguidade da Fonte, as características construtivas que assume remetem para um período anterior, provavelmente para o século XIV, logo num enquadramento de tradição românica.</p> <p>A fonte é uma construção simples, apresentando um arco em pedra de dimensões regulares, 3,5 metros de largura por 1,55 metros de altura, e tecto abobadado. No interior define-se um tanque com cerca de 70 cm de profundidade encimado pela referida abóbada. É uma construção que não ostenta quaisquer elementos decorativos, de tipo simples e cujos paralelos com outras fontes são frequentes. No entanto, a data de construção é naturalmente atribuível ao momento de fixação e criação deste núcleo urbano o que valoriza a sua existência no contexto da história local.</p> <p>Fonte dos Escudeiros</p> <p>A Fonte dos Escudeiros, localizada no limite poente do centro histórico de Samora Correia, aparece já referenciada numa planta da vila datada do final do século XVIII. Representaria, provavelmente, um dos locais para abastecimento doméstico de água e no que respeita às características da água, o Aquilégio Medicinal, refere as propriedades terapêuticas para "preservar da pedra e das queixas nefríticas".</p> <p>Igreja de Santo Estêvão</p> <p>A Igreja de Santo Estêvão corresponde estilisticamente ao modelo de igrejas típicas das zonas rurais, de modesto traço arquitectónico e reduzida dimensão. A sua planta longitudinal, apresenta um certo prolongamento do corpo central, na dependência que lhe está anexa. Este é um pequeno templo, em alvenaria. A fachada principal é arrematada por uma empena triangular, rasgado por uma única janela. Esta última, juntamente com o portal, formam um conjunto harmonioso e simétrico, quer pela sua disposição quer pelo tratamento dos vãos.</p> <p>O templo desenvolve-se de frente para um adro cujo núcleo central é ocupado por um cruzeiro de reduzida escala.</p> <p>Esta Igreja sempre foi modesta, e o único elemento de real valor que nele podemos observar é uma custódia do século XVIII, proveniente do extinto Convento de Jenicó.</p>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	<p>Capela de São Brás São Brás da Barrosa, pequena ermida, situada na margem esquerda do Rio Sorraia e distando cerca de 3 Km da aldeia da Barrosa, constituindo provavelmente o seu núcleo original. Em seu torno reúne-se um conjunto de casas térreas e, anualmente, na quinta-feira da Ascensão, a festa de São Brás garante animação e colorido ao local. Instituída pelo Padre António Fernandes de Moura, tesoureiro da Matriz de Benavente, esta capela foi a mais importante entre as várias que se encontravam vinculadas à Matriz. Estamos perante um templo despojado, de uma só nave e de planta rectangular, sendo possível constatar no lavrado da talha elementos que se enquadram de modo perfeito com a talha Maneirista.</p> <p>Reserva Natural do Estuário do Tejo Uma mancha húmida, à volta dos rios Sorraia e Tejo, peculiar poiso de uma vastíssima fauna, constitui a mais nobre porta de entrada, a Sul, na Lezíria do Tejo. Por terras de Benavente, englobando os vastos campos da Companhia das Lezírias, encontramos a Reserva Natural do Estuário do Tejo. Aqui vê-se o respeito e a paixão que as gentes ribatejanas têm pela natureza. De dimensões impressionantes – 14 560 hectares –, a Reserva está inscrita na lista de zonas húmidas de importância internacional, especialmente como habitat de aves aquáticas. A Reserva Natural do Estuário do Tejo, uma das dez mais importantes da Europa Ocidental, é, na sua maioria, constituída por zonas de lamias esturianas, sapais, açudes, salinas, mouchões e terrenos agrícolas, que explicam a diversidade de espécies animais e de vegetação. Neste magnífico espaço o visitante pode deliciar-se a ouvir e observar belos exemplos de aves aquáticas, que encontram aqui um local ideal para repousar e se alimentarem nos seus percursos de migração da Europa para a África Ocidental e admirar as inúmeras espécies residentes. Para além da observação privilegiada das aves aquáticas, visite também os Arroais da Giganta de grandes dimensões e verá as grandes plantações de arroz. Portinho de abrigo à pesca artesanal é o Lugar Hortas. Daqui observa-se a imensidão de todo este estuário, perdendo o visitante o horizonte da vista. Viaje até ao Sapal das Pancas. Aqui a paisagem não é azul: salta a imensidão do verde, o extenso verde. A Ponta da Erva, o Cais Mouchão e o Alcamé, com a sua modesta capela situada na Lezíria, constituem pontos obrigatórios que o turista não poderá deixar de visitar, pela sua singularidade.</p>
	<p>Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 1 - 2890-015 Alcochete - Tel: + 351 212 348 021 - Fax: + 351 212 341 654 E-mail: met@icnb.pt http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-EstuárioTejo/Homepage+Areas+Protegidas.htm</p>
	<p>Desportos e Actividades Freguesia de Benavente Cine-teatro de Benavente Praça da República - 2130 Benavente - Telefone: 263 516 923 E-mail: cineteatro@cm-benavente.pt Capacidade da sala de espectáculos: 440 lugares (Plateia + Balcão)</p>
	<p>Biblioteca Municipal de Benavente Rua Fernando de Oliveira, n.º 29, 2130 Benavente - Telf. 263519655 E-mail: bibbnv@mail.telepac.pt Blog: http://www.benaventealer.blogspot.com HORÁRIO 2ª a 6ª Feira das 10.00h às 18.00h 4ª Feira das 13.00h às 18.00h Encerra: Sábados, Domingos e Feriados</p> <p>Freguesia de Samora Correia Centro Cultural de Samora Correia Rua dos Operários Agrícolas - 2135 Samora Correia - Tel.: 263 659 350 centrocult.samoracorreia@cm-benavente.pt Capacidade da sala de espectáculos: 300 lugares (Plateia)</p> <p>Biblioteca Odete e Carlos Gaspar Palácio do Infantado, 2135 Samora Correia - Telf. 263650510 HORÁRIO 2ª a 6ª Feira das 10.00h às 18.00h 4ª Feira das 14.30h às 20.00h Encerra: Sábados, Domingos e Feriados</p>
	<p>Companhia das Lezírias Monte de Braço de Prata - Estrada Nacional N.º 118 - Km 19 - 2135 Porto Alto – Samora Correia Sede Largo 25 de Abril, 17 - 2135-318 SAMORA CORREIA - Telefone: 263 654 593 ou 263 654 989 - Fax: 263 653 681 E-mail: lezirias.coudelaria@ccl.pt</p> <p>Freguesia de Santo Estêvão La Varzea – Polo & Golf Resort Herdade do Zambujeiro CC19, Santo Estêvão - 2130-130 Santo Estêvão, Benavente - Telefone: 263 930 050 - Fax: 263 930 059 E-mail: info@lavarzeaapolo.com http://www.lavarzea.com/</p> <p>Ribagolfe - Empreendimentos de Golfe Vargem Fresca, EN 10-Km 93 – Infantado - 2135-407 Samora Correia - Secretariado: 263 930 040 - Fax: 263 930 049 E-Mail : geral@ribagolfe.com www.ribagolfe.pt</p> <p>Santo Estêvão Golfe Vila Nova de Santo Estêvão - CC1 19 - 2130-127 Benavente - Secretariado: 263 949 492 - Fax: 263 949 497 E-mail: santoestevagolfe@mail.telepac.pt http://www.vnsantoestevao.com/pt/default.htm</p>

Município de Abrantes		
Identificação dos Projetos apoiados no âmbito do POR Centro 2007-2013 respeitantes à frente ribeirinha do município		Aquapólis – Centro de Acolhimento do Tejo
		Aquapólis – Margem Sul – 1ª fase – Parque Ribeirinho de Abrantes
		Para além destes o Município apresenta ainda o projeto Centro de Interpretação do Tejo englobado na estratégia de eficiência coletiva do Tejo denominada “Mercados do Tejo”, o qual ainda está em fase de análise. O projeto Centro de Interpretação do Tejo, para além da componente lúdico-educativa inclui a intervenção no Cais de Rio de Moinhos, no Miradouro da Penha e no cais da Barca no Tramagal, bem como a requalificação da Estação de Canoagem de Alvega.
Levantamento dos locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações, identificando as coordenadas GPS	RIO TEJO	Aquapólis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Margem Norte : GPS: 39.452217N / 8.193805W - uma rampa de acesso ao rio e um cais de atracagem.
		Aquapólis - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Margem Sul (Fonte dos Touros) GPS: 39.449748N / 8.190758W - o local de acesso ao rio para a prática de desportos náuticos situa-se junto à Fonte dos Touros. Neste local existe a Escola de Canoagem e a prática desta modalidade é uma constante nas águas do Tejo em Abrantes.
		Estação de Canoagem de Alvega: GPS: 39.468846N / 8.045495W Situada junto do Rio Tejo, esta zona de recreio e lazer de Alvega dispõe de condições criadas para a prática de canoagem e vólei de praia. Para além disso, possui as seguintes infraestruturas de apoio aos seus utilizadores: chuveiros, instalações sanitárias, bar, posto de primeiros socorros e estacionamento.
		Cais da Barca, Tramagal : GPS: 39.454963N / 8.239515W No que diz respeito ao Cais da Barca, constitui um novo cais de entrada no rio das embarcações bem como um espaço de convívio, através da implantação de algum mobiliário urbano. Pelo Miradouro da Penha chega-se ao cais da Barca através de um percurso até ao rio. No miradouro existem dois locais de contemplação. A partir de muros de contenção vai-se desenrolando um percurso ondulante até ao atual cruzeiro e respetivo maciço rochoso.
	RIO ZÉZERE	Cais de Rio de Moinhos: GPS: 39.473604N / 8.246999W Partindo da ideia de um anfiteatro aberto sobre o Rio a estrutura funciona quase para concertos de pequena escala, lições das escolas locais, assembleias de freguesia ou um simples encontro. A partir do auditório, paralelo ao cais existente, aproveita-se para redesenhar todo o espaço à sua volta, sem lhe retirar o carácter naturalizado ainda que dotando-o de mobiliário urbano – bancos e mesas, para uma mais efetiva utilização da população.
		Praia Fluvial de Aldeia do Mato GPS: 39.545084N / 8.277179W Situado na Albufeira de Castelo de Bode, reúne condições excelentes reconhecidas pela distinção de “Qualidade de Ouro” em relação às boas características da sua água, Bandeira Azul e Bandeira Praia Acessível – Praia para todos, que comprovam a qualidade, segurança e acessibilidades desta praia. Encontra ainda um cais de acostagem/ancoradouro, equipamentos para a prática de desportos náuticos, balneários, bar e uma praia fluvial vigiada. Disponibiliza quatro bungalows que permitem um contacto privilegiado com a natureza.
Infraestruturas turísticas existentes nas freguesias ribeirinhas do município, identificando as unidades hoteleiras e respetiva capacidade de tipo de alojamento, bem como os estabelecimentos de restauração	Unidades Hoteleiras	<u>Unidades Hoteleiras'IA1</u>
	Estabelecimentos de Restauração	<u>Estabelecimentos de Restauração'IA1</u>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	PATRIMÓNIO NATURAL	<p>Albufeira do Castelo do Bode</p> <p>É um local agradável para o recreio e lazer, proporcionando o contacto com a natureza, com um ecossistema rico e a prática de várias atividades. A Albufeira do Castelo do Bode, com mais de 60km de extensão é uma das maiores bacias hidrográficas do País, faz parte do riquíssimo património natural do concelho de Abrantes, sendo hoje, um dos maiores atrativos turísticos deste concelho. Criada no curso do Rio Zêzere e localizada no limite norte do concelho, assume tripla função: de espaço de lazer (possibilitando a prática de desportos), fornecimento de água e produção de energia elétrica. Envolta por pinhais, a Albufeira é um local agradável e de eleição para o recreio e lazer, proporcionando o contacto com a natureza e a prática de várias atividades, como desportos náuticos (vela, remo, canoagem, kayaks, windsurf), a pesca, natação e navegação.</p> <p>GPS: 39.543632N / 8.313818W (Zona de Martinchel junto à Barragem de Castelo do Bode)</p>
	PATRIMÓNIO EDIFICADO	<p>Centro Histórico – espaço âncora da Cidade</p> <p>Abrantes é conhecida pelo seu património adquirido e construído, com especial destaque para o Castelo/fortaleza de Abrantes e Centro Histórico. Os atributos da cultura local também constituem um facto de enorme importância, nomeadamente os locais históricos e arqueológicos, os edifícios construídos por arquitetos de renome e a arquitetura tradicional, presente quer no centro histórico, quer no Concelho.</p> <p>Em Abrantes destaca-se um importante acervo arquitetónico abraçando influências artísticas diversas, desde gótico, renascimento, barroco e modernidade. O património histórico-monumental é um dos cartões-de-visita da cidade, onde se localizam alguns dos principais motivos de interesse turístico do concelho. O desenvolvimento de Abrantes está relacionado diretamente com a sua fundação e história. Como testemunhos a cidade conserva um Centro histórico rico com elevado interesse histórico, comercial, artístico e com diversos edifícios notáveis de valor arquitetónico e monumentos religiosos classificados.</p> <p>Castelo/Fortaleza de Abrantes - Imóvel de Interesse Público.</p> <p>Terá sido mandado construir por D. Afonso Henriques, no século XII, aquando da reconquista, para defesa da linha do Tejo, sendo doado em 1173, pelo mesmo à Ordem de Santiago de Espada.</p> <p>Manteve a sua importância estratégica e militar ao longo da sua história até à segunda metade do Século XX. Alvo de sucessivas alterações, chegou aos nossos dias como Fortaleza, albergando diversas construções. De realçar o notável Palácio dos Alcaldes e Governadores, detentor de uma majestosa frente em arcada virada para a cidade, a Torre de Menagem, mandada construir por D. Dinis, em 1300, de onde se avista uma rara panorâmica de 360º sobre o Rio Tejo, o Ribatejo, o Alto Alentejo e a Beira Baixa e o Outeiro de S. Pedro, pequeno morro transformado em reduto militar em 1809. Segundo a lenda terá sido aqui que D. Nuno Alvares Pereira pemoitou com as suas tropas antes de partir para a Batalha de Aljubarrota, com D. João I</p> <p>Horário: Verão: 3.ª a domingo, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00 / Inverno: 3.ª a domingo, das 09h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30. Encerra 2ª feira.</p> <p>Igreja de Santa Maria do Castelo – Monumento Nacional.</p> <p>Considerado um dos imóveis de maior valor da cidade, por se tratar de um dos poucos exemplos existentes da construção medieval, a Igreja original terá sido construída no século XIII, embora o actual templo date do século XV.</p> <p>A partir do século XVI transformou-se em Panteão dos Almeidas, passando a albergar os seus preciosos túmulos. Foi extinta ao culto em 1834. Em 1921 recebeu o actual Museu D. Lopo de Almeida, onde se pode encontrar, em exposição permanente, notáveis colecções de estatutária sacra e um espólio arqueológico interessante, recolhido no concelho de Abrantes.</p> <p>O interior da Igreja conserva ainda na sua capela-mor, um notável núcleo de azulejos hispano-árabes de “corda-seca”, sob os quais se encontram vestígios de frescos e um baldaquino flamejante, raro e valioso.</p> <p>Possibilidade de visita guiada, com marcação prévia através do contacto com o Museu.</p> <p>Igreja de São João Baptista – Monumento Nacional.</p> <p>As provas documentais da sua existência, remontam ao ano de 1176, sendo que a sua dimensão não ultrapassaria o espaço da actual nave central. Nos séculos XIV e XVI sofreu remodelações. A sua fachada principal é maneirista, estando inacabada (faltando-lhe uma torre).</p> <p>O interior é constituído por três naves, com arcos de volta perfeita, sendo o tecto revestido a painéis de madeira. Os retábulos dos altares, também maneiristas, são obra da autoria do mestre Dionísio Rodrigues, no entanto, no séc. XVIII, alguns foram substituídos por talha dourada. A Capela-mor, de tecto em caixotões de pedra, é revestida de azulejos seiscentistas de desenho enxadrezado e possui, suspenso na parede, órgão de marcenaria setecentista talhado em madeira de castanho (séc. XVIII).</p> <p>Horário de culto: domingos e dias Santos às 18h00; de segunda a sábado, às 9h30 (excepto na 1.ª segunda-feira de cada mês)</p> <p>Igreja da Misericórdia – Imóvel de Interesse Público.</p> <p>Construída no século XVI, por iniciativa do Infante D. Fernando, possui uma única nave, sem transepto, mas com alto-coro sustentado por colunas dóricas, tendo sido restaurada em 1729. No interior da Igreja podem-se contemplar as valiosas tábuas quinhentistas, que representam as várias fases da vida de Cristo.</p> <p>Formando conjunto com a Igreja, encontra-se o Lar-Hospital da Misericórdia, antigo Hospital Salvador, fundado em 1483, por D. Lopo de Almeida, onde persiste o antigo claustro com a cisterna e a sala de Definitório, constituída por interessante mobiliário setecentistas e sete painéis de azulejos do século XVIII, que representam as Obras Corporais da Misericórdia. De realçar também, no exterior, o Pórtico lateral renascentista, em pedra lavrada de Coimbra, datado de 1548, da autoria de Gaspar Dinis.</p> <p>Encerrada ao público. Possibilidade de visita guiada, através do contacto com o Posto de Turismo de Abrantes ou com a Santa Casa da Misericórdia – Tel. 241 360 020.</p> <p>Igreja de São Vicente – Monumento Nacional.</p> <p>A data da construção deste templo é desconhecida, sabendo-se que já existia em 1224. No século XVI, no reinado de D. Sebastião, foi reconstruída quase de raiz, dando-lhe o seu actual aspecto monumental. A fachada principal é maneirista e encontra-se inacabada (faltando-lhe uma torre).</p> <p>O interior, segue o mesmo estilo (maneirista), possuindo três naves, tectos de abóbada de berço em caixotões, na capela-mor e nas naves, nove altares e revestimento a azulejo padrão, azul e amarelo, do século XVIII. Ainda no seu interior, é de realçar: órgão barroco do século XVIII (altar-mor), dois painéis de azulejos com a nau de S. Vicente; alguns retábulos seiscentistas e um púlpito de base com cálice e varanda de balaustrés simples.</p> <p>Horário de culto: domingos e dias Santos, às 11h00; sábados às 19h00; de segunda a sexta, às 19h15.</p> <p>Antigo Convento de São Domingos – Imóvel de Interesse Público.</p> <p>Erigido na zona alta da cidade, entre 1509 e 1517, para albergar a ordem dominicana, desempenhou funções militares desde 1798 até 1955, tendo acolhido entre 1810 e 1833 o Hospital Militar e entre 1849 e 1955, o Quartel Militar. Em 1968 foi sede da Escola Preparatória de Abrantes, que ali permaneceu até 1976.</p> <p>Posteriormente, em 1983 passou a funcionar no edifício a Biblioteca Fixa nº. 134 e o Arquivo Histórico do Concelho. Após obras de remodelação, nos anos 90 (1993), passou a albergar a Biblioteca Municipal António Botto. Da sua construção arquitetónica, destaca-se o Claustro tardo-renascentista, de dois andares com colunas toscanas, e alguns exemplos de azulejos do século XVI, da autoria dos Mestres: de Abrantes e do Sardoal.</p> <p>Capela de Sant’Ana – Imóvel de Valor Concelhio.</p> <p>A sua existência data de 17 de Junho de 1496. Por volta de 1734, foi alvo de obras, promovidas pelo Cônego da Sé da Guarda, para que aqui se pudesse realizar missa. Da sua fachada ressalta um belo painel de azulejos setecentistas, em azul e branco, representando o episódio da “Apresentação no Templo”.</p> <p>Portal do Antigo Convento de Nossa Senhora da Esperança - Imóvel de Interesse Público.</p> <p>O Convento foi construído entre 1576 e 1621. No início do século XIX, foi parcialmente destruído, devido às obras de fortificação da Vila, tendo desaparecido o seu Claustro. Com a extinção das Ordens Religiosas, foi aqui fundado o Teatro Nacional de Abrantes, mais tarde designado - Teatro Taborda (episódio lembrado pelo busto do actor abrantino, que se encontra na praça em frente ao convento). Do convento, resta apenas o seu altar e o Portal renascentista.</p> <p>Ermida de São Lourenço – Imóvel de Interesse Público</p> <p>Localiza-se junto ao Parque Urbano de S. Lourenço. A sua primeira referência documental data de 1430. No entanto, a construção actual é do século XVI, tratando-se de uma ermida de evocação a São Lourenço. Por volta de 1569, foi transformada em hospital. Conserva ainda o altar-mor revestido de azulejos mudéjares e no exterior um Pórtico em arco de volta perfeita com jambas coroadas de esferas com a Cruz de Malta inscrita. Encerrada. Possibilidade de visita ao seu interior, através do contacto com a Junta de freguesia de S. Vicente.</p>

Identificação de locais de interesse e atração turística do município	JARDINS E MIRADOUROS	<p>Jardim do Castelo</p> <p>A fundação deste jardim data do final do século XIX. É um espaço muito bem cuidado e procurado pelos abrantinos para passeios de final de tarde ou de fim-de-semana e pelos turistas. A partir do jardim é possível aceder ao Castelo, através da Porta da Traição. Deste local é possível visualizar paisagens lindíssimas, tendo ao fundo o rio Tejo. É seguramente um dos locais mais fotografados do concelho dada a beleza dos canteiros de flores diversas e a harmonia dos seus espaços verdes. Dispõe também de um coreto.</p>
		<p>Jardim da República</p> <p>Antigo Rossio, foi ponto de encontro para as mais diversas manifestações populares (largadas e corridas de touros, mercado semanal, desfiles militares e comícios políticos). Também designada de Praça da República. Adquiriu a sua actual designação em 1910. Desde 1940 que alberga o Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1914-1918), obra da autoria de Ruy Roque Gameiro, a primeira a ser esculpida em cimento e ferro no nosso País. A escultura simboliza todos os soldados conhecidos e desconhecidos que perderam a vida na Batalha de "La Lys" a 9 de Abril de 1918. Em 1942, altura em que se iniciou a campanha "Abrantes, Cidade Florida", passou a ser mais um dos espaços verdes da cidade, um projecto do Arq. João António de Aguiar, sendo-lhe atribuída a designação popular de Jardim da República.</p>
		<p>Miradouro da Torre de Menagem</p> <p>Localizada estrategicamente no interior do Castelo. Excelente miradouro. Deste ponto mais alto do monte onde se implantou Abrantes, em dias de céu limpo, o horizonte abarcado chega a ser de 80 km, a toda a volta, constituindo um panorama único: do rio Tejo, de Alvega a Constância, e das três províncias circundantes: Ribatejo, Beira-Baixa e Alto Alentejo. Recentemente recuperado o acesso à Torre, este local é também ele muito procurado pelos turistas.</p>
		<p>Miradouro do Outeiro de S. Pedro</p> <p>Situado nas imediações do Castelo, é um dos locais aprazíveis, a partir de onde é possível desfrutar magníficas paisagens sobre o Tejo e a margem sul. Pequeno morro transformado em reduto militar em 1809, terá sido o local do primeiro assento da Igreja de S. Pedro. A Câmara Municipal mandou ali colocar um Monumento em honra de D. Nuno Álvares Pereira, da autoria do escultor António Augusto Lagoa Henriques, inaugurado em 1968, pelo Presidente da República, Almirante Américo Tomás.</p>
		<p>Miradouro do Alto de St.º António</p> <p>Permite alcançar desde o Rossio ao Sul do Tejo, Pego, Tramagal e São Miguel do Rio Torto.</p>
		<p>Miradouro de São Domingos</p> <p>Do Parque de Estacionamento do Convento de S. Domingos, junto ao extinto convento e actual Biblioteca Municipal António Botto, obtém-se uma vista sobre o troço do Tejo que atravessa o concelho.</p>
	Espaços de Lazer e Animação Turística	<p>Parque Urbano de Abrantes</p> <p>Localizado na Mata de S. Lourenço, disponibiliza uma oferta diversificada de produtos recreativos e culturais e de bons momentos de convívio social e em família. Este espaço possibilita uma oferta diversificada de atividades de recreio e lazer, tendo ao dispor percursos pedonais, uma ciclovia, um circuito de manutenção, um parque infantil e de merendas, uma parede de escalada, bicicletas, bergues, um lago artificial, um parque de insufláveis e mini karts, uma cafetaria/Bar, restaurante e uma ludoteca. GPS: 39.2831N / 8.1301W</p>
		<p>Jardim do Castelo e Outeiro de São Pedro</p> <p>Zona de passeio e contemplação paisagística e contacto com a flora local. Espaço envolvente ao castelo que será futuramente intervenção para se transformar numa zona de convívio e contemplação paisagísticas.</p>
		<p>Aquapolo - Parque Urbano e Ribeirinho de Abrantes</p> <p>Polo de atração turística e cultural, principalmente na época de verão. Oferece excelentes condições para a realização de inúmeras atividades desportivas e de lazer. Resulta da reabilitação das duas margens do rio Tejo, junto à encosta sul da cidade, assente na criação de um espelho de água, resultante da construção do açude insuflável, detentor de tecnologia de ponta Japonesa que permite a passagem das espécies piscícolas existentes. É constituído por zonas pedonais, parque de merendas, bares, esplanadas, bem como espaços de lazer e de animação cultural. Conta com um estabelecimento de restauração e uma estação de serviço para autocaravanas. Um polidesportivo, um parque infantil e o parque equipado com aparelhos e um circuito para promoção do exercício físico. Concilia também, na margem sul um anfiteatro moderno com cobertura extensível para a realização de eventos, um miradouro virtual e o testemunho de uma antiga ponte de Barcas. Sendo também um espaço de contemplação, oferece um espelho de água e elementos histórico- culturais para repousar o olhar, como também zonas pedonais e ciclovias para passeios à beira-rio. GPS: 39.452217N / 8.193805W</p>
		<p>Albufeira de Castelo do Bode</p> <p>Criada no curso do Rio Zêzere faz parte do riquíssimo património natural do concelho de Abrantes. É um local agradável para o recreio e lazer, proporcionando o contacto com a natureza, com um ecossistema rico e a prática de várias atividades. GPS: 39.543632N / 8.313818W (Zona de Martinchel junto à Barragem de Castelo do Bode)</p>
	GASTRONOMIA	<p>Praia Fluvial de Aldeia do Mato</p> <p>Local agradável e com potencialidades únicas, apresentando-se como um centro de veraneio, ideal para quem ama a natureza e os desportos náuticos. Dentro das atividades que proporciona destaca-se a vela, remo, canoagem, passeios em gaivotas e kayaks, o windsurf, a pesca, natação e navegação, passeios de barco e jangada (marcação). A envolvente da Praia Fluvial é ideal também para a realização de percursos pedestres, BTT e orientação. GPS: 39.3233N / 8.1609W</p>
		<p>Abrantes oferece um cardápio variado em mais de 20 estabelecimentos de restauração (com diversas classificações) e casas de petiscos. Começando pela Sopa de couve com feijão e passando para os pratos de carne como Cabrito guisado ou assado no forno, Maranhos, Entrecosto com migas carvoeiras ou Migas de couve com feijão vermelho e broa de milho. Por estarmos numa região com inúmeros cursos de água, os pratos de peixe, como Arroz de lampreia, Açorda de sável, Achigã grelhado, Peixe do rio frito ou o Bacalhau assado com migas, também estão presentes. Nos pratos de caça, destaca-se o Javali estufado ou na brasa, o Coelho bravo, a Lebre, o Pombo bravo estufado, a Perdiz ou o Faisão estufados. Na doçaria, de origem conventual, salientam-se a Palha de Abrantes, as Tigeladas, as Broas de Mel ou dos Santos, a Lampreia de ovos, as Limas, as Castanhas e os Mulatos. A Palha de Abrantes é constituída por doce de ovos com amêndoa, coberto por fios de ovos ligeiramente tostados no forno bem quente, sendo considerada o símbolo gastronómico da cidade. Segundo a tradição popular a forma original deste doce seria semelhante a um fardo de palha em miniatura, ligando, assim, o nome "Palha de Abrantes" à imagem da palha, que vinda do Alentejo passava por Abrantes, importante entreposto fluvial, a caminho dos estúbulos de Lisboa. Estas iguarias estão à venda em quase todas as pastelarias da cidade e freguesias limítrofes.</p>
	PRODUTOS REGIONAIS	<p>Ainda no sector gastronómico há a destacar os produtos regionais como o vinho e o azeite, detentores de inúmeros prémios, o mel e os enchidos de confeção.</p> <p>Produtos Regionais'IA1</p>

ANEXO 2 - DIÁRIO DE ESTÁGIO

Janeiro 2013

Semana 1:

- Leitura de documentos.
- Tratamento de informação (introduzir dados no excel – contabilizar a informação);
- Início da introdução;
- Tabela em excel com os locais de apoio náutico de cada município;
- Telefonema à Câmara da Golegã (não atendido pela pessoa responsável) referente ao projeto “Ordenamento da margem do Rio Almonda; envio de email;
- Pesquisa e recolha de documentos na biblioteca; leitura do artigo “Valorizar a fruir o Tejo: uma aposta estratégica da região de Lisboa e Vale do Tejo” – Balanço 1970-2000 (José Manuel Simões e Mário Vale).

Semana 2:

- Fim de leitura do artigo, leitura do “Parque de Almourol” (Programa de intervenção 2000-2006), e início de leitura do Valtejo;
- Continuação da introdução;
- Envio de email à Marinha do Tejo sobre eventos em 2013;
- Email recebido da Marinha do Tejo com calendário de eventos;
- Envio de email para geral@cm-golega.pt;
- Continuação da leitura do Valtejo e do “Navegando no Tejo” (a partir pág. 134 - <http://www.ccdr-lvt.pt/09/Livros/D1330-10/D1330-0134.html>)
- Continuação da Introdução e início de índice e “sumário”;
- Leitura de “Lisboa, Oeste e Vale do Tejo”, “Rotas do Tejo” e “Festas, feiras e romarias: percursos na costa azul”;
- Leitura de documentos da Comissão Europeia: “Ambiente: Novas normas reduzem a poluição dos combustíveis navais e vão melhorar a saúde pública” (2012): <http://ulisses.sibul.ul.pt/cde/docs/2012/NL112012NoticiasCombustiveisNavais.pdf> e “Directiva no que respeita ao teor de enxofre de determinados combustíveis líquidos e a novas reduções das emissões poluentes do transporte marítimo” (2011): [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com\(2011\)0441_/com_com\(2011\)0441_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0441_/com_com(2011)0441_pt.pdf)

- Leitura do Valtejo (até pág. 66)

Semana 3:

- Leitura de “Lisboa, Oeste e Vale do Tejo. Ligar a Europa e o Atlântico: competitividade e solidariedade.” – CCRLVT, 2001
- Enumeração dos espaços de intervenção – oportunidades/apostas.

Semana 4:

- Início da redação relativa à recolha e tratamento da informação relevante;
- Continuação da leitura do Valtejo;
- Redação sobre a informação recolhida.

Fevereiro 2013

Semana 5:

- Continuação da redação;
- Leitura de artigos sobre turismo sustentável;
- Fim da redação sobre a informação dos municípios;
- Leitura de artigo “Benchmarking cross-country Sustainable Tourism”.

Semana 6:

- Envio do draft da redação relativa à informação recolhida e correção;
- Conclusão e envio do plano de estágio;
- Leitura do artigo “Recognition schemes in tourism – from ‘eco’ to ‘sustainability’?”;
- Leitura do artigo “The cultural construction of sustainable tourism”.

Sexta-feira, 8 de Fevereiro 2013

- Alterações às duas primeiras tarefas e envio do trabalho e plano à orientadora;
- Tabela inserida no draft da redação relativa à recolha e tratamento da informação relevante sobre os locais de apoio náutico existentes e respetivos pontos de atracagem das embarcações de cada município.

Semana 7:

- Leitura artigos;
- Elaboração de uma tabela geral;
- Elaboração de propostas de ações e projetos.

Semana 8:

- <http://www.maiscentro.qren.pt/roteiros/medietejo/>
- Continuação de elaboração das propostas de ações e projetos;
- Reunião c/ prof. Margarida Queirós na CCDR

Março 2013**Semana 9:**

- Continuação redação;
- Entrega do registo de estágio (IGOT);
- Sessão pública na Fundação cidade de Lisboa (Campo Grande).

Semana 10:

- Início de propostas de fontes de financiamento;
- Continuação das propostas de financiamento
- Início de leitura dos documentos “Náutica de recreio em Portugal” e “Plano Estratégico do porto de Lisboa” .

Semana 11:

- Leitura do documento “Náutica de recreio em Portugal” até pág. 27 e apontamentos sobre este;
- Conclusão do draft;
- Pesquisa sobre o FEAMP;
- Alterações e conclusão final do draft.

Semana 12:

- Pesquisa e recolha de documentos;

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=7&p_cot_id=7688&p_est_id=15351

Encontra-se a decorrer o procedimento de consulta pública sobre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM2013-2020), instrumento de política que pretende recuperar a visão do oceano como um vetor estratégico de desenvolvimento nacional, assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos.

A ENM2013-2020 identifica os domínios de intervenção e apresenta um plano de ação, o Plano Mar-Portugal, que inclui os programas a executar e a desenvolver, visando a valorização económica, social e ambiental do espaço marítimo nacional através da execução de projetos sectoriais e intersectoriais, e dos planos estratégicos de âmbito nacional já existentes ou em preparação.

Por deliberação da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, o procedimento de consulta decorre entre os dias 1 de março e 31 de maio de 2013, proporcionando, dessa forma, condições para ampla participação da sociedade portuguesa na discussão deste documento, como passo fundamental para garantir o reconhecimento e a partilha da visão e dos objetivos nele estabelecidos.

Todos os interessados poderão participar através do preenchimento do «Formulário de Participação no Processo de Consulta Pública», proporcionado pela Direção-Geral de Política do Mar, que poderá ser submetido através de correio eletrónico até à data do fim do período de consulta pública.

- Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020: Direção-Geral de Política do Mar;

- <http://www.dgpm.gov.pt/Pages/ENM.aspx>.

Semana 13:

- Elaboração do ponto 4;
- Leitura de documentos.

Abril 2013

Semana 14:

- Continuação do ponto 4;
- Alterações ao relatório consoante a revisão recebida;
- Leitura de informação relevante no Relatório *Blu eGrowth for Portugal*, pág. 15;
- Ponto 3 e 4 completos;
- Continuação leitura do documento “Náutica de recreio em Portugal”;
- Leitura de outros documentos sobre *Blue Growth*.

Semana 15:

- Continuação do ponto 6 tendo como base o relatório *Blue Growth for Portugal*;
- Elaboração de tabelas com a análise SWOT;
- Continuação do ponto 6;
- Revisão do relatório.

Semana 16:

- Acrescentado ao ponto 6 o despacho do diário de república sobre o PENT;
- Conclusão do ponto 6 e revisão de outros pontos;
- Recolha de informação final no relatório sobre a Náutica em Portugal;
- Leitura documentos e projetos do Espaço Atlântico:

<http://atlanticarea.ccd-r-n.pt/presentation/maritime-strategy-for-the-atlantic-ocean-area/projects-with-a-maritime-dimension>.

Semana 17:

- Conclusão do ponto 7;
- Início da conclusão e bibliografia.

Semana 18:

- Revisão final do relatório e entrega.